

DISSERTAÇÃO INAUGURAL

PARA O ACTO

DE

CONCLUSÕES MAGNAS

NA

FACULDADE DE DIREITO

POR

Alberto Guedes Coutinho Garrido

— 215503/100 —

COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1868

AO

ILL.^{no} E EX.^{no} SR

JOSÉ MANÇOS DE FARIA

COMMENDADOR DA ORDEN MILITAR DE S. BENTO DE AVIZ
GENERAL DE BRIGADA, COMMANDANTE GERAL DA ENGENHARIA

Amicum tuum, et amicum patris tui, ne demiseris

Prov 27—10

De sa vie il n'a fait d'action qui ne fût
Saine, blanche et loyale, et la grande pucelle,
L'épée, en sa main pure et sans tache, étincelle.

V HUGO

O.

Alberto Guedes Coutinho Garrido.

ARGUMENTO

Quaes os limites da acção do Estado em relação á industria mineira ?

Appreciação dos artigos do Código Civil e da Legislação Administrativa correspondentes.

Dado pela Congregação da Faculdade de Direito,
em 16 de dezembro de 1867.

PRIMEIRA PARTE

Determinar os limites da acção do Estado, quando intervem numa industria, é um trabalho complexo. Cumpre attender aos principios absolutos da sciencia, ás circumstancias particulares da industria de que se tracta, e ás suas condições de existencia neste ou naquelle paiz. As circumstancias variam com os paizes, e nem ainda naquelles, que por mais lados se approximam, poderá encontrar-se absoluta identidade de condições.

Quanto a intervenção na industria mineira ha ainda que attender a uma circumstancia especial — a falta de accordo sobre a propriedade do objecto dos trabalhos industriaes. Tres opiniões conheço sobre este importantissimo ponto (†). Segundo uma, a propriedade subterranea é inherente a da superficie; outra distingue as duas propriedades, e concede a primeira ao descobridor; a terceira, seguida em quasi todas as actuaes legislações, embora algumas vezes disfarçadamente, confere ao Estado a propriedade de todas as minas, como representante da communidade.

Esta theoria é conhecida pelo nome de theoria realenga.

Não é possivel dispensar a critica d'estas tres theorias. Tendo de assentar os limites da acção do Estado, a abstenção neste ponto

(1) Ha alguns escriptores que accrescentam uma quarta opinião, que é a que considera as minas não concedidas como cousas *nullius*. Não julgo, porém, que esta opinião constitua um systema á parte, porque, se as minas são cousas *nullius*, ou accrescem á superficie, e temos o systema da accessão, ou pertencem ao primeiro occupante, e temos o systema do direito do descobridor, ou ha de o Estado, como tutor da riqueza publica e representante dos interesses geraes, dispor d'ellas, e temos então o systema regalista

importava o abandono de um dos elementos necessarios. E claro que os principios, segundo os quaes ha de ser regulada a limitação, variam conforme a opinião que se adoptar. A circumstancia de ser a intervenção exercida numa propriedade que pertence ou pertenceu ao Estado, não pode deixar de influir poderosamente; e as conclusões a que se chegar neste ponto, serão diversas d'aquellas a que nos levaria o principio opposto.

Não julgo necessario, nem é compativel com a natureza d'este escripto, expor e fundamentar uma theoria ácerca do direito de propriedade. Um trabalho d'esta ordem seria só por si igual ao que agora apresento, e supponho que o não elucidaria. Limitar-me-hei portanto a responder á seguinte pergunta: — *Com a actual constituição da propriedade a quem pertencem as minas?*

Duas causas explicam a formação da theoria da inherencia da propriedade subterranea á soberania. Manifesta-se uma nas palavras — *direito realengo*. Com effeito a latitude dos direitos que eram outr'ora reconhecidos ao imperante, levava naturalmente a attribuir-lhe a propriedade das minas. Nas antigas monarchias do Oriente o soberano era o senhor absoluto da pessoa e dos bens dos seus subditos ou escravos; e, se nos estados republicanos da Grecia desaparece a personalidade do soberano, lá fica a ficção da soberania para lhe succeder nos direitos, quanto a propriedade subterranea. Em Athenas, por exemplo, as minas pertenciam ao Estado; e este facto, que se explica naturalmente pelas leis e costumes de um povo que pospunha em tudo os interesses particulares ao interesse publico, mostra como se operou a transformação, ha pouco, apontada.

Tambem se encontra na historia esta metamorphose em sentido inverso. Quando a dictadura dos imperadores succedeu em Roma a administração consular, a constituição da propriedade subterranea resentiu-se d'esta profunda alteração na constituição publica, e com o tempo os principes transferiram para o fisco os direitos então reconhecidos aos proprietarios da superficie. Em 805 Carlos Magno mandou vigorar nos estados teutonicos os principios do direito realengo, e desde então a propriedade das minas passou a ser inherente antes ao soberano do que á soberania.

No seculo passado, quando os sãos principios do direito publico

começaram a antepor a soberania ao soberano, passou-se a considerar a propriedade subterranea como propriedade nacional, e já a Lei franceza de 12 de julho de 1791 estabelecia que as minas ficavam á disposição da nação. Vigorava sempre o principio da *regalia*. «A faculdade attribuida á nação, diz Dunoyer, equivale simplesmente á deslocação do direito que nos antigos tempos assumia o rei. Como a nação succedia a realza no poder, quizeram que lhe succedesse tambem nos privilegios. A revolução desejava dar tudo ao povo, como a velha monarchia dava tudo ao principe.»

Esta é uma das causas do predomínio do direito do Estado. Encontra-se a outra, a meu ver, na duvida que sempre houve ácerca dos principios juridicos em que se podia fundamentar o direito do proprietario da superficie e do descobridor. Se aquelle tinha por si numerosos defensores, como ainda hoje tem em muitos sectarios da eschola economica, este não se achava inteiramente desprotegido, e no numero dos seus campeões figura o nome illustre de Turgot (2).

Por outra parte, não escasseavam apologistas á theoria realenga; e como no embate de tantas opiniões nenhuma ficava incontestavelmente victoriosa, a maior parte dos homens esclarecidos, mas desinteressados na questão, concluiam que, se a propriedade das minas não era do proprietario da superficie nem do descobridor, não podia ser senão do Estado, como representante da commuidade. Originava-se tambem d'aqui o não ser o merecimento d'esta theoria avaliado como importava que fosse.

Não é tão facil de achar a origem da theoria do direito do descobridor. Julgo todavia que deve ser attribuida á repugnancia que a muitos inspira o direito de regalia, as difficuldades que se levantam contra o reconhecimento do direito do proprietario do solo, e a um exaggerado e vicioso apêgo a certas consequencias falsas do systema que adopta o trabalho como fundamento da propriedade.

Pelo contrario não ha que indagar sobre a origem da theoria

(2) Turgot escreveu sobre este assumpto uma extensa memoria, publicada no tomo 2.º das suas obras da collecção Guillaumin.

da inherencia da propriedade mineira á da superficie. Está indagada de sua natureza. Foi o principio adoptado no direito romano e seguido nas suas mais latas consequencias, até que a avareza dos imperadores fez cahir a maior parte das minas debaixo do dominio do fisco; e naturalmente occorre que o proprietario da superficie é tambem o proprietario da riqueza interior, sem distincção alguma, quer esta riqueza consista em agua, quer consista em pedrã, metal ou combustivel.

A importancia do assumpto de que me occupo, não pode ser contestada. Temos prova cabal no cuidado que tem merecido e esta merecendo a todos os legisladores, na exploração constante das riquezas subterraneas, na multiplicidade dos embarços que encontra o desenvolvimento da industria mineira, nas especiaes condições em que muitas vezes ficam constituídos os que se occupam em trabalhos a ella relativos, no auxilio ou antes na base que a lavra das minas fornece a um variado numero de ramos da industria fabril, finalmente na valiosa e indispensavel cooperação que esta dando a tantos melhoramentos materiaes com o amplo fornecimento de combustivel as fábricas e aos instrumentos de locomoção. Juncte-se a necessidade dos metaes destinados a cunhagem da moeda, e veja-se que responsabilidade pesa sobre o legislador que se não inspirar dos verdadeiros principios quando elabora uma lei de minas.

I

Como acabamos de ver, a solução da questão da propriedade das minas importa á determinação dos limites da intervenção do Estado, o qual, fiscalizando o exercicio de uma industria em objecto seu ou por elle cedido, pode praticar actos que, noutro caso, o direito repellia absolutamente.

Uma das principaes bases da theoria do direito do Estado é a distincção entre a propriedade superficial e a propriedade subterranea. Por minha parte, inclino-me a que a falta de fundamento para esta distincção é uma das razões por que tal theoria não pode ser accepta.

Que o proprietario seja senhor absoluto da superficie (diz-se) de accordo: é essa uma das qualidades inherentes ao direito de propriedade; mas que se julgue tambem com direito ás minas que jazem no interior do solo é o que nada justifica, porque uma coisa é a terra aravel, outra os depositos de metal ou combustivel.

Não ha duvida que a terra aravel tem diversa applicação do que os jazigos de mineral ou combustivel; mas não serão diferentes partes do mesmo composto — a propriedade territorial? Responde-se que não, e que a propriedade acaba onde principia o deposito metallurgico, creado pela natureza para satisfazer importantes ordens de necessidades sociaes, de que o possuidor da superficie não é nem pode ser juiz. Na defesa da regalia nota-se, modernamente, uma pronunciada tendencia não só para separar o interesse individual do interesse social, mas até para crear divergencias entre elles.

Se a resposta que acabo de referir, procedesse, a consequencia era que, sendo a terra destinada a satisfazer importantissimas ordens de necessidades sociaes, de que o particular não é nem pode ser juiz, não podia constituir-se em propriedade exclusiva de alguém, e seria então inherente á soberania. Se o principio é verdadeiro, a consequencia é forçosamente acceptavel.

Por minha parte rejeito o principio, e, por isso, não accepto a consequencia. Diz-se ainda que o aproveitamento das riquezas subterraneas é uma coisa intencionalmente distincta do aproveitamento das riquezas da superficie, havendo duas propriedades, por isso que a do solo é restricta aos usos e applicações da industria agricola, diversos dos que se consideram na industria mineira. Acceto a existencia das duas propriedades, se entre ellas houver independencia. Assim, se a lavra das minas for um trabalho independente dos usos que o possuidor da superficie quizer dar a sua propriedade, e estes forem igualmente independentes d'aquella, a distincção deve ser tida como verdadeira, e pode acceptar-se como elemento para a decisão da controversia.

Na maior parte dos paizes da Europa está hoje a propriedade mineira pertencendo, em geral, a pessoas diversas d'aquellas a que pertence a da superficie. Se estivesse constituida por outro modo,

seria difficil averiguar a verdade da distincção, mas assim basta reparar para o que existe. Observar-se-ha que se esta dando exactamente aquillo que a reflexão só por si poderia indicar, partundo da hypothese da diversidade dos proprietarios.

A simples idea de mina traz associada a idea de profundidade no interior da terra, e no interior da terra só se pode penetrar por aberturas feitas na superficie. Por estas aberturas não passam só homens, nem dar passagem é o seu unico fim, exigindo a exploração de uma mina, como todos sabem, relações constantes com a superficie. A mina não vive para si: a razão da sua existencia encontra-se na necessidade geral ou parcial dos seus productos.

A passagem, pois, para tudo o que é necessario que entre para a mina e saia d'ella, é a primeira dependencia em que o aproveitamento da riqueza interior esta do aproveitamento da superficie, e vice-versa.

Por outro lado a exploração e a lavra das minas é impossivel sempre que não houver harmonia entre os dois trabalhos — superior e inferior — e até os partidarios do direito realengo (3) entendem que a concessão da mina importa para o proprietario da superficie a necessidade legal de a conservar no *statu-quo*, visto que o concessionario tem não só o direito, mas até a obrigação de explorar, direito e obrigação impossiveis de satisfazer, se o destino do terreno superior poder variar a vontade de seu dono. Effectivamente é claro que da superficie pode usar-se por modo tal que não só impeça a lavra da mina subjacente, mas que até a arruine.

Em 1855 o escriptor ha pouco citado, P. Rey, recebeu uma carta do director da exploração das minas de *Saint-Berain*, em que se lhe dizia: «Um proprietario converteu o seu campo em um prado no qual faz irrigações, e as aguas escoam-se para os nossos trabalhos de minas... Notai que ha proprietarios que, se resolvessem fazer o mesmo, arruinariam os nossos trabalhos.»

Onde está pois a independencia das duas pretendidas proprie-

(3) P. Rey — *Législation de la propriété minière. — De la propriété des mines et de ses conséquences d'après les principes de la loi du 21 avril 1810.*

dades? São diversos os trabalhos do interior e do exterior da terra, mas d'essa diversidade á existencia de duas propriedades vai muito.

O uso que geralmente se dá á terra é o exercicio da industria agricola, que ou ha de ficar acanhada pela rotina, pelo *statu quo*, ou ha de necessitar, no seu desenvolvimento, de trabalhos muitas vezes incompativeis com a lavra das minas subjacentes. A importancia da agua na agricultura, conhecida por todos, é tal, que geralmente se considera rico o lavrador que a possui, e pobre o que a não tem; e todavia, alem de que o mineiro precisa da agua existente tanto como o lavrador, está não a pode procurar no seio da terra sem quasi, com certeza, prejudicar aquelle.

Sei que em resposta a isto se pode dizer — que a exploração por conta do senhor da superficie tem os mesmos inconvenientes, porque estes não nascem da differença dos proprietarios, mas da diversidade dos interesses das duas industrias; todavia a objecção não procede, por quanto o melhor meio de harmonisar interesses é, sempre que seja possivel, reuni-los, reunião que, nesta hypothese, só se dá pela inherencia da propriedade da mina a da superficie. Aquelle a quem a prosperidade das duas industrias interessar igualmente, é o unico competente para saber até que ponto a agricultura deve ceder á industria extractiva, e o mineiro ao lavrador.

A indemnisação que o proprietario da mina possa dar ao da superficie, nos casos referidos, não resolve as duvidas expostas; por quanto, adoptado o principio de que ella era devida em semelhantes hypotheses, a industria mineira, salvo rarissimas excepções, deixava de fazer parte das industrias vivas, e passava a ter lugar somente na historia industrial. Nenhuma, ou quasi nenhuma empresa poderia indemnisar os proprietarios do solo dos prejuizos que lhes causaria a impossibilidade de extrahir agua do interior, de cultivar a terra de modo que mais lucro tirasse, de fazer edificações, e de aproveitar a pedra existente na propriedade.

Tanto a exploração agricola como a mineira necessitam de diversas ordens de construcções, para as quaes é necessario terreno e pedra, e se excepcionalmente poderão as necessidades de

ambas as indústrias ser completamente satisfeitas. D'este modo a desharmonia entre os seus interesses é evidente, e impossivel uma preferencia bem fundada da parte do legislador a favor de alguma. A adopção da protecção á industria mineira, se for branda, é inefficaz; se for tal qual a estabelece a legislação prussiana, que manda ao proprietario da superficie fornecer ao da mina a agua necessaria para a lavagem do mineral, embora fiquem esgotados os seus tanques e paradas as suas azenhas, sera attentatoria do direito de propriedade por modo tal que nenhuma legislação baseada na justiça a podera acceitar.

A natureza das cousas e o interesse social reclamam pois que a mina seja do proprietario da superficie, por quanto entre os trabalhos indispensaveis para o conveniente aproveitamento das suas riquezas naturaes não ha a independencia necessaria para ser uma de um e outra de outro.

Se não ha independencia nos trabalhos, não ha diversidade de propriedade; e, se não ha diversidade de propriedade, não pode haver diversidade de proprietarios. Que, depois de constituida nas mesmas mãos, o proprietario possa ceder parcelas de terreno inuteis ao aproveitamento da riqueza mineral, ou vender esta e a superficie que lhe é util, conservando aquellas, concebe-se como um dos muitos desmembramentos da propriedade que o actual estado de civilisação tem feito estabelecer; mas que naturalmente sejam distinctas e independentes, a ponto de deverem pertencer a pessoas diversas, a propriedade da terra aravel e a das riquezas subjacentes, é o que a philosophia e o interesse social não podem justificar. Nem razão alguma ha para que se acceite o principio de que o que esta no interior da terra é ou deixa de ser do dono d'ella, conforme é metal ou combustivel, agua ou pedra, e está a esta ou aquella profundidade. Se quizerem resolver a difficuldade expropriando a superficie a favor de quem possuir a mina, caem no principio que pretendo justificar, isto é, que não ha uma propriedade na superficie da terra e outra no interior, mas que ambas são partes do mesmo todo.

A extensão que pede este assumpto, faz com que nada mais diga sobre tal separação, invocada nas côrtes portuguezas de 1850 a favor da inherencia da propriedade mineira á soberania, separação que

julgo não poder ser accerta, em vista da constante dependencia em que os trabalhos do mineiro e os do lavrador estão uns dos outros.

Pelo que dizem os partidarios da regalia, não é só a existencia das duas propriedades que justifica o seu modo de ver. Á falta de outros, soccorrem-se a um argumento indirecto em que já toquei. Combatem o direito do proprietario da superficie e do descobridor, e concluem, por exclusão de partes, que, não sendo as minas nem de um de outro, são do Estado. Este modo de argumentar, e outros de que hei de fallar, são melhor apreciados discutindo a inherencia da propriedade subterranea a da superficie.

Se a dependencia que ha entre os trabalhos que se executam no interior da terra, e os que têm logar na parte superior, mostra que as riquezas subterraneas são inherentes a superficie, o principio philosophico, que sobre esta materia se pode invocar, traz a mesma consequencia.

Constituida de qualquer modo a propriedade, a lei não pode recusar o principio da accessão, cujo fim é regular hypothesees a que a natureza, a industria, ou ambas reunidas, dão muitas vezes logar. E por este principio que a alluvão de particulas de terra, que a corrente da agua traz a um predio, constitue um augmento de valores pertencente ao dono d'elle, como ao dono dos annuaes pertencem as crias filhas d'estes.

Uma mina descoberta constitue uma verdadeira accessão, porque ao terreno accresceu na sua parte interior uma certa quantidade de valores. Nem se diga que não accresceu, debaixo do pretexto de que o jazigo ja existia; porque o que existe ignorado, é como se não existisse. Ignora-se a existencia do deposito subterraneo, e essa ignorancia tem o mesmo effeito que tinha a não existencia; mas, descoberto elle, fica conhecido e susceptivel de se lhe applicar o principio da accessão. Tambem é do possuidor da superficie a agua que existe na propriedade, e todavia esta agua está muitas vezes ignorada; mas, apenas descoberta, fica inherente ao solo pela accessão. E, se para conseguir a agua são necessarios certos trabalhos, taes como poços, ou outras obras similhantes, a extracção do mineral ou do combustivel demanda não menores esforços. Incontestavelmente o veio corresponde a uma certa superficie. Como contestar que elle accresceu a essa parte do solo?

A forma mais engenhosa por que se conteste, pode conseguir desluzir, mas não convencer.

É o que succede com o argumento de quem sustenta que a mina accresceu a parte do terreno que não pertence ao dono da superficie. Perguntarei: que parte? e logo: porquê? Pois as minas formar-se-hão sempre a mesma altura; e, seja esta qual for, e sempre tal que nunca la chega o direito do proprietario? E porque não se estende o seu dominio até la? Porque as necessidades da sua industria acabam antes. E falso; e, verdade que fosse, nada provava. Primeiro que tudo, que industria? Sera a terra destinada para um unico fim, e esse tal que não haja nunca necessidade de a profundar algum tanto? E, profundada que seja, nada mais facil do que dar-se com o jazigo.

Supponha-se, porém, que é verdade que as exigencias do trabalho a que foi destinada a superficie, não trazem nunca a necessidade de encontrar os depositos interiores, arvore-se o erro em acerto, e veja-se se é possível chegar ao resultado pretendido. Ainda assim, quem pode exercer dominio sobre os jazigos subterraneos? So o proprietario da superficie correspondente, porque so elle la pode chegar sem invasão de direitos. Pois pode deixar de ser meu aquillo que é por forma tal inherente á minha propriedade que só eu posso tocar-lhe? Seja a mina do Estado. Como chega lá o seu representante? Através da propriedade superficial não, que não é d'elle. Por outra forma também não, que a não ha. Então, diz-se, constitue-se uma servidão exigida pelo interesse publico. Termina a questão. Tractava-se de decidir de quem são as minas segundo os principios juridicos, e invocando-se a utilidade publica a controversia acabou com resultado desfavoravel contra quem recorre a tal principio. Desterrou-se a questão para outro campo, porque naquella em que estava já não tinha defesa. Ahi me compete acompanhá-la, mas não já

Cumpra agora não esquecer a theoria do direito do descobridor, e alguns argumentos a favor das regalias, os quaes, embora respondidos indirectamente, demandam mais demorada attenção.

O direito do proprietario, desconhecido nas nossas leis, exceptuando o Decreto de 13 de agosto de 1832, foi largamente discutido na camara electiva em algumas das sessões de maio de 1850,

por occasião dos debates do projecto n.º 36. que foi convertido na Lei de 25 de julho do mesmo anno. Nessa memoravel discussão, a theoria do direito do proprietario do solo, combatida por alguns dos oradores mais notaveis da camara, especialmente pelo illustrado presidente da commissão de administração publica, o sr. José Bernardo da Silva Cabral, ficou vencida, apezar dos esforços, mais conscienciosos do que felizes, de alguns deputados. O voto sempre auctorizado do sr. Rebello da Silva, não so então como membro da camara, mas especialmente no seu commentario ao Decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, unico escripto portuguez que conheço exclusivamente dedicado a legislação de minas, foi também contrario a opinião que me parece a unica juridica.

Nem na discussão da Lei de 1850 nem na obra do sr. Rebello da Silva encontro argumentos que não julgue já completamente respondidos, a não ser o da utilidade publica, de que aqui se não pode cuidar, como ja disse, e dois que passo a considerar

Diz-se que — «o comprador da superficie não paga senão o seu valor venal, visto ignorar-se a existencia de qualquer mineral escondido no seio da terra (4)»; e — «que o proprietario, quando obteve o solo por direito hereditario, por contracto, ou por outra qualquer forma de transmissão, não recebeu nem apreciou para o valor venal e estimativo os productos preciosos que a terra até ahi escondia no seu seio, e que se achavam por tanto fora de toda a provisão e calculo (5)»

Deduzia-se d'aqui que o proprietario não tinha titulo para possuir a mina, e, como o direito do descobridor tinha sido posto de parte, chegava-se a desejada conclusão da inherencia da propriedade subterranea á soberania, theoria cujo esteio principal é, não a producção de argumentos juridicos seus, mas a refutação dos outros systemas. O argumento de que me occupo agora, invoca principios juridicos, e como tal pode ser accento para a decisao da controversia. Deve, porém, notar-se desde ja que o reconhecimento da verdade d'elle importa a aniquilação de grande

(1) Sessão da camara electiva de 18 de maio de 1850

(5) Sr. Rebello da Silva, Commentario ao Decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, publicado no Boletim do Ministerio das Obras Publicas.

numero de direitos relativos á propriedade tal qual está constituída.

Acceite aquelle argumento, o resultado é o seguinte: comprou-se um terreno secco, e depois encontrou-se-lhe agua que o fertiliza; mas esta agua não pode ser aproveitada pelo comprador, porque *estava fóra de toda a previsão e calculo*. Adquiriu-se uma propriedade, que, algumas gerações depois, pela sua situação próxima de um grande centro ou pela pedra que se lhe encontrou augmenta muito de valor; mas este valor não pode pertencer ao actual proprietario, porque estava ao tempo da aquisição *fóra de toda a previsão e calculo*. Sei que se pode dizer que a agua e a pedra estão nas mesmas circumstancias que os jazigos mineiros; mas sei que se não diz, como se vê dos escriptos dos partidarios da regalia, que attribuem as pedreiras ao proprietario, e das leis por elles feitas, que sancionam este principio.

E, ainda que assim não fosse, o argumento, em todo o caso, trava ao proprietario o direito filho do augmento natural do valor da propriedade, porque, não se sabendo que elle viria a existir, *estava fóra de toda a previsão e calculo*, isto é, nega a accessão. Nem se diga que, para o aproveitamento de outros augmentos naturaes de valor, é necessario o trabalho, porque este mesmo é indispensavel para o aproveitamento das minas.

Por outro lado, este argumento é ainda inadmissivel, não só porque não nos diz por onde é que o representante do Estado havia de chegar á mina, mas tambem porque é contraproducente, como vou mostrar. Se a propriedade da mina não pode pertencer ao senhor da superficie, porque este, quando a adquiriu, não podia *prever nem calcular os productos preciosos que a terra escondia em seu seio*, segue-se que, quando elle os previu e calculou, lhe pertencem; e como isto pode acontecer, qualquer que seja a forma da aquisição, ahí fica destruido o direito realengo que se queria defender. Este argumento, realmente especioso, nada pode fazer a favor da theoria da regalia, antes a prejudica, em vista do exposto, e ainda porque facilmente se vê que violenta o senso geral, segundo o qual quem adquire uma propriedade tem no titulo da aquisição baseado o seu direito a tudo o que nella encontrar, caso lhe esteja naturalmente unido.

Em segundo logar tem-se dito — « que a mina, as mais das vezes, não corresponde a superficie de uma só propriedade, (6) » e procurado nesta observação, realmente verdadeira, argumento contra o direito do proprietario. Não é facil vêr em que consiste o argumento, porque o que se segue da observação é que cada proprietario e apenas dono da parte da beta correspondente ao solo que lhe pertence, e que para a constituição definitiva da mina pode então ser razoavel a intervenção do Estado, se o desenvolvimento do espirito de associação e a iniciativa individual a não dispensar, como em Inglaterra succede. De mais o argumento vai prender-se no principio da utilidade publica, de que não cuido agora.

Antes de passar alem, devo aqui registrar umas significativas palavras do sr. Rebello da Silva; o qual, tendo fallado do Decreto de 13 de Agosto de 1832 (7), que determinava — « que as minas eram inherentes a propriedade, » acrescenta: — « similhante systema não se sustenta, nem resiste a alguns momentos de reflexão, quando se comparam os resultados da sua adopção com as circumstanciaes especiaes do paiz.

« Se Portugal fosse a Inglaterra, poderia ainda defender-se; mas, com a diversidade de indole, de recursos economicos, e de instituições praticas que nos separam, querer imitar o regimen de liberdade segundo na Gran Bretanha, equivale a elevarmos o interesse pessoal acima do interesse geral, creando uma serie interminavel de rixas e de pleitos entre os co-proprietarios, alem do sacrificio das industrias extractivas e da estagnação completa dos trabalhos »

Estas palavras indicam que o esclarecido escriptor cuidou mais de attender as circumstancias individuaes de Portugal do que as exigencias dos principios philosophicos; por quanto, se o systema é accetavel em Inglaterra, porque diversas condições o favorecem naquella paiz, julgo que só o poderemos rejeitar no nosso em quanto não possuirmos condições igualmente favoraveis. Chega-se assim a conclusão de que philosophicamente é o unico admissivel, porque é o unico juridico. Posta a questão nestes termos,

(6) Sessão da camara electiva de 18 de Maio de 1850.

(7) Citado Commentario, pag 155 do Boletim do Ministerio das Obras Publicas de Novembro de 1857

resta saber que modificações se lhe devem introduzir para o applicar vantajosamente a este ou aquelle paiz; ou, melhor, qual o modo pratico de o realisar em harmonia com as circumstancias particulares da industria e com o menor sacrificio dos seus principios absolutos. Esta materia é diversa, e d'ella me hei de occupar em seu logar; mas não quiz deixar de registrar aquellas palavras que parecem ser um brado a favor da theoria que sustento, brado tanto mais insuspeito, quanto partiu de um escriptor que a combatte com toda a força do seu talento e da sua erudição.

Finalmente invoca-se a favor da regalia o grande principio da utilidade publica. Diz-se:

As necessidades da industria fabril e variadas ordens de necessidades sociaes exigem certa quantidade de certo metal ou combustivel, que deve ser fornecido pelas minas do paiz, visto havel-as;

A conveniencia publica reclama que se lance á circulação outra ordem de productos interiores do solo, que, se não indispensaveis como aquelles, são todavia tão uteis, que o interesse geral esta autorisado a pedir que se não deixem fazer nas profundidades da terra;

D'aqui resulta que as minas não so devem ser exploradas, mas que o devem ser segundo um systema, que não comprometta o futuro do jazigo;

O proprietario da superficie não pode explorar as minas, porque: *primo*, muito raras são as que correspondem a uma so propriedade, não vindo assim ninguem a ser unico proprietario de uma mina; *secundo*, a exploração mineira é um trabalho tal, que difficilmente se encontrara um proprietario em circumstancias de o emprehender por sua conta;

Dando-se ao proprietario da superficie uma indemnisação pelos prejuizos, e dispondo o Estado da mina a favor de quem a possa explorar, fica salvo o interesse publico, e respeitado o particular.

Logo as minas são inherentes á soberania, isto é, á commumidade representada pelo Estado.

Em resposta pouco é o que tenho que dizer, porque o limite da acção do Estado na constituição da propriedade mineira, justificada pelo interesse publico, é assumpto que ha de ser tractado mais largamente, e aqui apenas exporei as considerações que me parece invalidarem o argumento deduzido da utilidade.

Que a necessidade que em um paiz haja de productos que as minas lhe possam fornecer, e a conveniencia do fornecimento de outros, que, embora não sejam tão necessarios, são todavia uteis, demonstram que as minas devem ser exploradas, e exploradas de modo que o jazigo se aproveite quanto fôr possivel, é ponto que não pode razoavelmente ser contestado. Nem era preciso invocar razões tão fortes para mostrar a necessidade e até a obrigação de aproveitar as riquezas naturaes. Do que se pode duvidar é que a utilidade geral ganhe com a violação dos principios de direito, declarando-se do Estado a propriedade subterranea, tão intimamente ligada com a superficie, e separando esta d'aquella. Não nego que, em certos casos, e uma circumstancia desfavoravel o estar a beta dividida por diversas propriedades; mas no systema da regalia haverá só vantagens? E este inconveniente não se resolvera no systema do direito do senhor da superficie com muito menor violencia do que no da regalia?

Em primeiro logar deve suppor-se que os proprietarios de pequenas parcelas de terra não se abalarão ás despesas enormes, necessarias para a pesquisa e exploração de uma mina. Em segundo logar deve-se esperar alguma cousa do interesse individual, para a constituição da mina.

O proprietario da superficie correspondente á parte de um veiro está naturalmente em boas condições para se associar com seu vizinho co-proprietario da riqueza subterranea. Une-se assim a propriedade da superficie, que, como já se viu (8), deve pertencer ao dono da mina, sob pena de desharmonia entre os interesses das duas industrias, e favorece-se o principio da associação, quasi indispensavel quando se tracta de explorações mineiras.

Suppor que os proprietarios do solo, a que corresponder a mina, não irão procurar os capitães e a competencia scientifica, associando-se com capitalistas, e interessando na exploração homens technicos, é desconhecer as leis que regem o espirito humano, e negar os factos.

Todos sabem que os tres factores da producção — agentes naturaes, capital, e trabalho — tendem sempre a reunir-se, e esta

tendencia dará logar a exploração das minas que estiverem em circumstancias de ser exploradas. Não julgo necessario fallar das excepções que ao que fica dito podera trazer algum espirito phantastico e viciosamente constituido, que despreze os seus interesses para se oppor aos de outrem. Esta excepção não pode ser considerada senão como uma aberração d'aquellas para que ha sempre remedios legais.

Em relação aos co-proprietarios que receassem entrar numa especulação que os intimidasse, julgo que não seria mais difficil transigir com elles do que obter uma concessão do Estado. Não vejo tambem que tenha força o dizer-se que, so sendo as minas do Estado, é que a extracção dos productos estará em harmonia com a necessidade que d'elles haja; porque o interesse pessoal é o meio mais proprio para estabelecer essa harmonia. Principiada a exploração de uma mina, podem os productos exceder as necessidades; mas estas nunca excederão aquelles, porque o explorador corresponderá sempre com a offerta á procura, que é o que os seus interesses pedem. Para os casos em que a procura exceda as forças da mina, não sei em que melhorem as circumstancias d'ella por ser a propriedade subterranea do Estado e não do dono do solo.

Por outro lado ainda, a theoria da inherencia da propriedade interior a da superficie, embora rejeitada ou mal comprehendida em quasi todas as legislações, parece ser a mais natural. Tenho-me abtido do invocar auctoridades, mas julgo que não sera desacerto quebrar a abstenção com o nome de Napoleão 1.^o Lendo-se a discussão que no Conselho d'Estado francez houve acerca da Lei de 21 de Abril de 1810, encontram-se na sessão de 21 de Outubro de 1808 as seguintes palavras do imperador: — «E necessario em primeiro logar estabelecer claramente o principio de que a mina faz parte da propriedade da superficie.» Alem d'isto Napoleão não cessava de invocar o art. 552 do seu Codigo, que dá ao proprietario da superficie a propriedade do interior, e, levado por estas ideas, chegou a perguntar: — «O governo não obriga o proprietario a abandonar a sua fazenda quando cessa de a explorar? por que se ha de proceder de outro modo com relação ás minas?» E quando o Conde Regnault de Saint-Jean d'Angely, auctor da exposição dos motivos da lei, observou que havia necessidade de regulamentos para que

as minas não se arruinassem, o imperador respondeu: «—Não são necessarios; devemos confiar no interesse pessoal, como para a exploração de um campo.»

E já que fallei na discussão da lei franceza no Conselho d'Estado, citarei as palavras proferidas na sessão de 18 de Novembro de 1809 pelo grande jurisconsulto Cambacères, que disse entender que se devia declarar o proprietario da superficie proprietario da mina, com obrigação de a explorar. Em quanto a obrigação, Napoleão parecia não estar de accordo com o seu antigo collega no consulado, nas palavras ha pouco citadas.

Do que acabo de dizer e do que exporei quando fallar da legislação franceza, ver-se-ha que nem a opinião do imperador nem a do archichancellor prevaleceru, tendo aquelle cedido em mais de uma parte. Em vez de se adoptar abertamente uma das theorias, reconheceu-se o direito do proprietario da superficie, dueto que immediatamente foi sophismado, dando-se em troca d'elle uma parte do rendimento, da mina tão diminuta, que Miguel Chevalier diz — «que é apenas uma cortezia ao direito.»

A theoria que da a propriedade da mina ao descobridor foi sempre menos seguida do que as outras duas, mas merece ser considerada, ainda que não seja senão em attenção ao nome illustre do seu defensor — Turgot —, que mereceu que d'elle se dissesse: — «Homem, completo e admiravel nas diversas manifestações de suas faculdades, pertence a sciencia pelo seu genio, á França pelo seu patriotismo, a todos os seculos pela sua virtude (9).»

Julgo que a opinião do grande economista deve ser attribuida, em parte, ao desejo do fazer cessar, por uma legislação assente em bases novas, os escandalos a que, no seu tempo, davam logar as concessões de minas. Dando a propriedade ao descobridor, tirava ao Estado toda a intervenção na constituição da propriedade da mina, e evitava os abusos que tantas vezes presenciara.

Esta theoria, porém, não pode ser accета. A sua condemnação esta nos argumentos com que o proprio Turgot victoriosamente refutou a regalia, como se vê da seguinte passagem: — «Tem-se querido concluir que estas materias (as subterraneas) pertencem ao

(9) Monjeau no Dic. de Econ. Pol. verb. Turgot

Estado, e fazem parte do dominio do soberano, do mesmo modo que os terrenos baldios e desoccupados. Mas ha duas differenças consideraveis. A primeira consiste em que, para occupar os terrenos naquellas circumstancias, basta que o soberano tenha vontade de o fazer, no passo que não pode chegar ás materias subterraneas sem passar pela superficie, o que não pode fazer sem attentar contra o direito de propriedade... Uma segunda differença consiste em que ninguem tem direito algum sobre os terrenos baldios e desoccupados; mas, ainda que o proprietario do solo não tenha um direito exclusivo sobre as materias subterraneas, não se pode negar que o direito de abrir a terra no seu campo e de se appropriar, por meio da occupação, as materias que lá encontrar, seja um accessorio do seu direito de propriedade.» Para que se não dissesse que o descobridor estaria nas mesmas circumstancias que o Estado, Turgot accrescentou que ninguem podia invadir a propriedade de outrem para ir procurar o jazigo; mas se o jazigo era encontrado nas buscas que debaixo de terreno alheio fazia, quem abrisse a terra em propriedade sua, que nenhuma duvida havia que lhe pertencia... Não se pode porem admitir este modo de constituir a propriedade mineira, porque suppõe duas propriedades, uma a superficie, outra no interior da terra, o que já se viu que é injustificavel, attendendo a dependencia das duas ordens de trabalhos.

Mirabeau, ardente impugnador do direito do proprietario da superficie (10), tambem não poupou a theoria do direito do descobridor (11), e depois de lhe chamar especie de conquista no estado social, declarou que ella deixaria as minas ao acaso, offereceria um combate perpetuo entre os mineiros, e substituiria as verdadeiras minas por minas de processos.

Não foi possivel verificar pela experiencia se o grande orador se enganava na previsão d'estes inconvenientes, porque a opinião de Turgot nunca prevaleceu na legislação; mas, até onde a reflexão pode substituir a pratica, julgo que não errará quem, nesta parte, der razão a Mirabeau.

Em vão se tem invocado, a favor do direito do descobridor,

(10) Discussão da Lei de 12 de julho de 1791.

(11) Idem

o argumento deduzido do facto de se dar metade de um thesouro descoberto a quem o encontrou; porque não se sabe se o deposito foi feito por pessoa estranha ao proprietario e ás pessoas em cujos direitos elle succedeu, e a equidade pedia que se seguisse o meio termo entre as duas presumpções. Em relação ás minas não pode haver duvida. E uma riqueza creada pela natureza, e o unico principio applicavel é o da accessão, principio tanto mais acceptavel quanto já houve aqui occasião de mostrar que entre os trabalhos do mineiro e os do lavrador não ha independencia.

Considerados em si mesmo os argumentos a favor do systema de que me estou occupando, vê-se que são de duas classes: uns, que tambem são invocados pelos partidarios da theoria regalista, outros independentes. Os que pertencem á primeira ficaram já considerados, e o proprio Turgot os não acceptava; os outros, que tambem já referi, reduzem-se a dizer que se pode chegar á mina sem invasão do predio alheio, e que, por isso, se pode assenhorear d'ella quem a encontrou, e tambem que, não sendo o interior da terra de ninguem, todos podem procurar debaixo da superficie alheia, com tanto que a respeitem. Este modo de argumentar, alem de ter o vicio, já apontado, de suppor os trabalhos do interior independentes dos da superficie, e destruir o juridico principio da accessão, chama naturalmente aos labios as perguntas de Dunoyer: — onde é que cessa a propriedade da superficie? a um metro de profundidade? a dois, a dez, a cem? Onde esta a linha de separação? Evidentemente não é a consideração de uma certa espessura de terreno que a ha de determinar. Decidiremos então pela consideração da natureza dos materiaes de que é formada a terra? E qual a base da distincção? — Como ja se viu (12), estas perguntas não têm resposta satisfactoria, e tanto basta para que a propriedade interior deva ser considerada inherente a da superficie (13).

(12) Pag 17 e 18.

(13) Contra a theoria do direito do descobridor cita-se apenas uma autoridade (alem das palavras de Mirabeau que ficam referidas). Esta autoridade é a do distincto escriptor francez Batbie, na sua excellente obra *Turgot*, cuja opinião é tão insuspeita, que, para a sustentar, teve de combater a do homem que, segundo elle, «traçou antecipadamente o programma da revolução, e que teria consummado a obra nova sem abalo e sem effusão de sangue, se, para se defender contra intrigas e hostilidades suscitadas pelos

Contra a opinião que tenho exposto e fundamentado sei que se costuma dizer: senhor absoluto da mina, o proprietario da superficie usara d'ella como lhe parecer. Deixara de a explorar, embora as necessidades sociaes reclamem imperiosamente os seus productos, ou apenas entregará á circulação uma porção inferior ás necessidades. Usando e abusando do seu direito de proprietario, explorara a mina com mira em um maior lucro immediato, e sem consideração para com o futuro do jazigo. Quanto maior for a necessidade dos productos da mina, tanto mais exigente será elle nas condições com que os entregar á circulação. Finalmente, o interesse de todos estara sujeito ao egoismo, ao capricho e á vontade de um só.

Conheço o valor d'estas considerações, mas julgo que os graves inconvenientes, a que ellas se referem, não devem causar grande susto, uns porque são chimericos, outros porque desaparecem diante de uma legislação bem ordenada.

O senhor da superficie não é proprietario das riquezas interiores para as conservar intactas e desaproveitadas. O Creador, dando ao homem os meios de satisfazer todas as suas necessidades, impoz-lhe a obrigação de os não desprezar, e contra as leis naturaes não é licito a ninguem levantar-se. Para as aberrações de quem o tentar, ha, ou deve haver, remedio na legislação, porque com o desregramento de um não devem ser prejudicados os outros.

II

A idea da intervenção do Estado na industria é uma d'aquellas cuja importancia é facil de conhecer.

Para isso basta attender a consideração de que o trabalho para ser productivo ha de ser livre, e que a intervenção do Estado é restricção á liberdade.

interesses ameaçados, tivesse á sua disposição a prerogativa omnipotente de um rei, que ás boas e generosas intenções de Luiz XVI junctasse a firmeza de Luiz XIV.”

Esta restricção é combatida por muitos economistas, partidarios fervorosos da abstenção do Estado, cuja missão se lhes figura privativamente negativa. Neste ponto entendo que as duvidas devem ser consideradas relativamente. A missão do Estado está encerrada em certos limites, que não devem ser ultrapassados. Ha uma classe de meios, de que elle precisará sempre de fazer uso, e outras classes, cujo uso não é fatal.

Alem d'estas classes nunca se deve ir, assim como nunca se deve ficar áquem d'aquella. D'aqui se vê que, segundo o meu modo de pensar, ha serviços que o Estado deve prestar e dos quaes a sociedade necessitara sempre, e outros, cuja necessidade não é perpetua

A administração da justiça, a manutenção da segurança publica, e todas as outras condições da mesma natureza, pertencem ao primeiro numero.

Outras ordens de serviços ha que a sociedade tem o direito de exigir do governo, mas de que nem sempre necessitará, cessando o direito no momento em que cessar a necessidade. Por exemplo: em certo paiz ha difficuldades em se realisar largamente o principio da associação, e a iniciativa individual está acanhada ou não existe. Nestas circumstancias cumpre ao governo não sómente remover as difficuldades pelos meios indirectos ao seu alcance, mas tambem evitar, por via da sua acção, os prejudiciaes effectos d'aquellas faltas; mas no dia em que a primeira d'estas obrigações estiver completamente satisfeita, a segunda deixará de existir.

D'este modo considero legitima a intervenção util, e illegitima a que é desnecessaria. Qual é, porem, a intervenção util e qual a desnecessaria? E esta a questão que importa considerar, e cuja resolução não é facil.

Devemos julgar-nos longe da epocha em que o desenvolvimento individual e social tera attingido um grau tal, que para a sua continuação harmonica e regular bastara que o governo preste a sociedade as condições geraes de justiça e segurança. Pode-se mesmo duvidar se tal epocha chegara, ou se apenas se deve esperar por circumstancias que permitam que todas as condições, que não sejam aquellas duas, possam ser prestadas por entidades alheias ao Es-

tado. O que não é duvidoso é que taes condições só o Estado, na actualidade, as pode prestar.

Constitue isto, no meu modo de ver, um estado transitorio. Certa esphera social necessita *agora* de certa ordem de condições, que hão de ser fornecidas pelo governo, mas de que deixará de necessitar logo que esteja completamente constituida; e, por isso, o fornecimento d'ellas é uma funcção temporaria, que não é repugnante com a natureza do Estado, mas que tambem lhe não é essencial.

Sem irmos fóra de casa, temos em Portugal não só um, mas muitos exemplos, dos quaes citarei o da industria transportadora, na parte que diz respeito aos meios de transporte.

Quem ignora que esta industria deve ser deixada á iniciativa individual? Quem nega que, se num paiz ha necessidade de uma via ferrea, se deve esperar que a industria particular a construa e a explore com proveito seu e de todos? E todavia, se o Estado não tomasse a parte que tomou na construcção dos nossos caminhos de ferro, estaríamos hoje por ventura em communicação com a Europa por este systema de viação, e teríamos ligadas pela mesma fórma as duas principaes cidades do paiz? Não, porque diversas causas concorriam para que não fosse possível á industria particular, deixada a si propria, o emprender taes trabalhos. Supponhamos, porém, que semelhantes causas desaparecem: seria admissivel que o governo intervisse d'este ou d'aquelle modo na construcção das linhas ferreas, quando a industria particular as quizesse fazer sem auxilio, mas tambem sem dependencia dos poderes publicos? Por certo que não.

Por tanto, a intervenção do governo portuguez na construcção dos nossos caminhos de ferro foi uma d'aquellas condições que o Estado deve prestar ao desenvolvimento social, quando este as reclama, mas que podem deixar de ser reclamadas.

Nas mesmas circumstancias está toda a intervenção do Estado na industria, intervenção que temporariamente pode e deve existir para auxiliar a remoção dos obstaculos que ella pode encontrar no seu desenvolvimento, e para lhe prestar aquellas condições de que ella necessitar para progredir.

A conveniencia que ha em exemplificar as materias leva-me

a expor outro exemplo. As profissões necessitam todas de ensino previo, e o officio de mineiro não constitue excepção a esta regra. Assim, pois, uma condição essencial para o completo desenvolvimento da industria mineira é a existencia de escholas onde os operarios se instruem. Mas a industria particular está acanhada, receia embaraços que não possa vencer, e nestas circumstancias é facil predominar a propensão para a abstenção, ainda por parte dos mais emprehendedores. Compete então ao governo crear estabelecimentos onde a instrucção profissional possa ser dada aos que se destinarem á vida de mineiro. Suppondo agora que a feliz influencia dos estabelecimentos do Estado é tal, que a industria particular se resolve a entrar na liza, cumpre ao governo ir-lhe cedendo o terreno até que a completa constituição d'ella traga o completo aniquilamento dos estabelecimentos officiaes, cuja razão de ser acabou. E tanto mais seguro deye retirar-se o governo, quanto na concurrencia que creou entre os particulares, está a garantia do maior proveito publico.

Aqui temos, pois, uma outra ordem de condições que o Estado deve prestar temporariamente á sociedade e a industria.

Esta doutrina, que justifica uma certa intervenção do Estado, não é em geral admittida pelos economistas.— «Os economistas, diz Balbie (14), não reconhecem a administração senão o direito de impedir, e recusam-lhe a acção positiva.» Todavia nem todos deduzem do principio de não-intervenção as suas mais latas consequencias, ficando geralmente áquem do auctor das *Notes de S. La-zaro*, que pedia que ao governo fosse applicado o principio da concurrencia, pretendendo que em cada paiz cada cidadão vivesse debaixo da forma do governo que escolhesse. «El gobierno non es solo un escudo; es tambien una palanca (15) » Tal é a phrase energica e concisa, em que o sabio professor hespanhol resume a sua opinião sobre a materia sujeita, phrase que accento, ou que rejeito segundo a interpretação que se lhe der.

Accento o governo como alavanca quando cria nos centros do paiz escholas de instrucção superior que ministrem, aquelles que

(14) Dic Fol verb Administration.

(15) Di. D Manuel Colmeiro — *Derecho administrativo español*

a podêrem receber, a sciencia que torna os homens competentes para as mais altas funcções sociaes; quando espalha em grande extensão os meios de dar a um maior numero o grau de instrucção que as circumstancias individuaes lhe permitirem receber; quando diffunde por todos os angulos do paiz a instrucção primaria, tão necessaria a todas as classes, ainda as mais desfavorecidas da fortuna; quando cria, nos logares adequados, estabelecimentos technicos, que dêem aos operarios o ensino necessario para que a profissão lhes seja, desde o principio, um officio e não um aprendizado penoso para elles e prejudicial á industria; quando purifica uma atmosphera fetida, convertendo o pantano insalubre em prado fertil; quando estreita as relações sociaes, approximando o homem do homem pelas vias de comunicação; quando, para dar ao paiz homens competentes em todos os ramos do saber social, manda estudar ao estrangeiro o que se não pode aprender bem sem recorrer a taes meios; quando, finalmente, fomenta o bem estar moral e material da sociedade que o creou para provento seu.

Mas o governo não é uma alavanca, ou antes é uma alavanca do mal, quando cria monopolios; quando sobrecarrega esta ou aquella esphera social com este ou aquelle onus superior as forças d'ella, ou desigualmente repartido; quando, violando as leis naturaes, taxa os preços; quando constitue algum genero de trabalho como regalia do Estado; quando se constitue proprietario, quando, esquecendo o seu fim, se arvora em industrial; quando exige que uma industria lhe venda os seus productos por preços por elle determinados (16); quando, finalmente, aberra da sua missão, deixando o paiz sem escholae, sem vias de comunicação, e privado de tudo que pode contribuir para o desenvolvimento das diversas espheras sociaes.

O differente caracter dos povos é tambem uma causa justificativa da intervenção ou da abstenção do Estado. Se teriamos de condemnar o governo que, desconhecendo a febre laboriosa do inglez ou do americano (17), exercesse na Gran-Bretanha ou

(16) Vej. adiante a legislação russa.

(17) Batbie, no artigo citado.

nos Estados-Unidos uma intervenção forte na industria, a abstenção na Italia ou na Hespanha encontraria a sua condemnação no *far niente* dos italianos, e na verbosa inacção dos hespanhoes.

Onde o individuo é ousadamente emprehendedor, não recuando diante das difficuldades, a acção do Estado pode considerar-se, em geral, como negativa; mas outrotanto não acontece já onde, pelo contrario, a população for inerte, a iniciativa individual acanhada, e o espirito de associação estiver por desenvolver.

Concluo do exposto que a intervenção do Estado na industria deve ser subordinada as condições particulares do paiz em geral e da propria industria de que se tracta. Adoptado o principio de que o trabalho deve ser livre, tanto quanto for possivel, ao governo cumpre empregar os meios para que a liberdade não seja mal comprehendida, e de principio vivificador se não converta em causa de destruição.

Por outro lado o Estado deve ainda intervir, auxiliando a industria, e satisfazendo a sua missão de fornecer as diversas espheras sociaes os meios de que ellas carecem para o proseguimento na realisação do seu fim. Deixando á acção industrial tudo o que é d'ella, evitando os monopolios que são a amiquilação do trabalho livre, não pretendendo obrigar a industria a produzir melhor nem mais barato, proporcionando-lhe os meios que ella por si só não possa conseguir, e de que necessita para que a offerta dos productos esteja em harmonia com o pedido que d'elles se faça, e para que os preços sejam os mais proximos possivel do custo da produção, o Estado tera cumprido a sua missão em relação á esphera industrial, e tocado os limites da sua intervenção na industria.

III

A intervenção do Estado na constituição das minas é um dos pontos capitaes da theoria realenga. Segundo ella compete ao governo determinar que uma mina é constituida em certa localidade, sendo este e não aquelle o seu perimetro; e ao concessionario não é licito estender os trabalhos de mineração sem auctorisação,

e algumas vezes sem nova concessão. Não succede outrotanto na theoria do direito do proprietario do solo. Nas legislações que a adoptarem, a intervenção do Estado para a constituição da mina será apenas excepção. A paginas 21 se disse que, no caso de estar o jazigo distribuido por baixo de terrenos pertencentes a diversas pessoas, seria então razoavel, para a constituição definitiva da mina, a intervenção do Estado, se o espirito de associação e a iniciativa individual a não dispensarem.

Na Inglaterra esta intervenção não tem logar. Ninguém se recusa a associar-se com o co-proprietario da mina ou a ceder os seus direitos sobre a parte do veiro correspondente ao solo que possue. Creio que nos outros paizes aconteceria geralmente o mesmo; e nos casos em que tal não acontecesse, julgo legitima a intervenção do Estado para a constituição da mina.

Os principios que fundamentam a expropriação forçada por motivo de utilidade publica, são mais que sufficientes para justificar a intervenção do Estado na constituição da mina, quando da parte de alguns, ou de todos os proprietarios do jazigo, houver recusa a qualquer das transacções que tornariam possível a exploração.

Pode-se duvidar se esta intervenção deve ter logar em todos os casos, ou só quando houver utilidade publica na exploração da mina. Em geral deve suppor-se que, quando o particular co-proprietario do jazigo, unica hypothese de que tracto agora, tem interesse em explorar a mina, a sociedade e tambem interessada; porque, se esta não ganhar com a offerta dos novos productos, não sei como aquelle possa interessar em lh'os offerer. Para os casos excepcionaes em que se não verifique a utilidade publica, entendo que nada pode justificar a expropriação forçada.

Quem ha de decidir se ha utilidade publica na exploração da mina, e que porções de terreno devem ser expropriadas? a administração? o poder judicial? A declaração de que uma expropriação é de utilidade publica pertence em geral ao poder legislativo ou ao poder executivo, mas julgo que, pelo menos neste caso, admittido o contencioso administrativo, a elle deve pertencer a decisão.

Estes são os principios segundo os quaes, no meu modo de entender, se deve proceder para conseguir a constituição de uma

mina, sempre que as difficuldades nascem de algum dos co-proprietarios. Ha porém outra hypothese que deve merecer grande attenção ao legislador, que partir do principio que o proprietario da superficie é proprietario da mina. Quando os proprietarios a não quizerem explorar, podem dar-se dois casos particulares: 1.º se a existencia da mina é conhecida, sem todavia estar esta constituida; 2.º se a mina está constituida, e a sua exploração não foi começada, ou foi abandonada. Como se deve proceder?

A paginas 25 fica referida a opinão de Cambacérès, segundo a qual se devia declarar o proprietario da superficie proprietario da mina, com obrigação de a explorar, e já antes tinha havido occasião de mencionar as seguintes palavras de Napoleão: «O governo não obriga o proprietario a abandonar a sua fazenda quando cessa de a explorar; porque se ha de proceder de outro modo em relação ás minas?» No systema da regalia esta difficuldade resolve-se simplesmente. O Estado concede a mina com a condição de a explorar o concessionario; e este, se a não explora, perde-a, e não se pode queixar de ninguém senão de si. Mas na theoria que admitt o direito do proprietario do solo, como é que se ha de dizer: — *Tu não usas da tua propriedade, e por isso perdes o direito que tinhas sobre ella?* Aqui o ponto não pode ser resolvido com a mesma simplicidade, e é necessario recorrer a outros principios

Geralmente, o respeito á propriedade esta em cada paiz na razão directa do grau de civilisação de que elle goza. Mas o principio da inviolabilidade da propriedade não deve chegar até lhe subordinar completamente o interesse geral. D'aqui nasce a expropriação forçada por motivo de utilidade publica, e é pela expropriação que o ponto de que me occupo deve ser resolvido.

Fallarei em primeiro logar do caso de não estar a mina constituida, conhecendo-se todavia a sua existencia. E digo *conhecendo-se a sua existencia*, porque, para as pesquisas contra a vontade do proprietario do solo, entendo que não ha direito, admittido o systema da accessão. Com effeito, os indicios exteriores da existencia de uma mina são sempre taes que não justificam a violencia que se faria ao proprietario, obrigando-o a consentir nos trabalhos necessarios para a indagação de jazigos, cuja existencia

é ignorada. Conhecida pois a existência de uma mina, e não querendo o proprietario explorar-a; se ha utilidade publica na exploração, a acção do Estado deve ir até constituir a mina, e providenciar para que as riquezas subterraneas não sejam desaproveitadas. Para isto, no caso de haver opposição á declaração da utilidade publica, é indispensavel um processo, que pode ser requerido por um terceiro, mas cuja oportunidade deve ser apreciada pelas auctoridades competentes — administração das minas — conselho de minas — ou a instituição correspondente que existir no paiz. Nos processos requeridos pela administração das minas, ou quem suas funcções exerça, é desnecessario o julgamento da oportunidade. O tribunal competente para a declaração da utilidade publica é o contencioso administrativo, se existir no paiz em que for situada a mina; e a lei deve providenciar para que nos juizes de taes pleitos haja a necessaria competencia, aggregando ao tribunal um engenheiro de minas, pondo á sua disposição outros engenheiros, que sirvam de peritos, etc.

Como partes neste processo só reputo competentes o Estado por um lado, e o proprietario pelo outro. No caso de estar constituida a mina, mas não quererem os seus proprietarios explorar-a, tem igualmente logar a expropriação por utilidade publica; porque já se disse que não é razoavel que a vontade de um ou de poucos prejudique o interesse geral, deixando inertes e desaproveitadas riquezas que a natureza creou para serem applicadas a satisfação das necessidades sociaes.

Vejamos agora se a intervenção do Estado na constituição das minas se pode admittir nos termos em que acabo de a expor. «Parece-nos inquestionavel que nem pode (o proprietario da superficie) ser privado, por quem quer que seja, do direito de explorar o interior das suas terras, nem obrigado a consentir que outrem tente fazer essa mesma exploração. Como porém todo o direito tem limites, fôra absurdo reconhecer este tão illimitado, que o proprietario possa, a seu bel prazer, deixar de explorar, e ao mesmo tempo estorvar a exploração, apesar de indemnizado dos prejuizos, que esta lhe cause (18).» Effectivamente do pro-

(18) Novos Elementos do Economia Politica do sr. Conselheiro Forjaz de Sampaio — Nota (b) n.º 3 ao § 261.

prio facto do reconhecimento do direito de propriedade individual por parte da sociedade, e das garantias com que ella assegura o seu livre exercicio, nasce para o homem a obrigação de se não julgar isolado, e de se lembrar sempre de que os dons naturaes não foram creados para um unico individuo, mas sim para o bem geral; e que, se elle é o possuidor de uma riqueza natural, a essa posse é inherente a obrigação, tambem natural, de usar d'ella com proveito seu e de todos.

Nem penso que seriamente se possa affirmar que, vivendo o homem em sociedade, sendo-lhe indispensaveis as relações com os seus semelhantes, aproveitando-se dos serviços prestados pelo Estado, conseguindo pela força collectiva o que nunca conseguiria só, lhe não seja inherente o dever de usar do que é seu com o maximo proveito da commuidade. O que pretender subtrahir-se a esta obrigação julga que o mundo foi creado para elle só, e não para todos; e, violando deveres naturaes com prejuizo da sociedade, dá a esta o direito de exigir o cumprimento d'elles, e até de, para esse fim, se lhe substituir, indemnizando-o.

Creio que, em vista do exposto, a intervenção dos poderes publicos na constituição das minas, tal qual a admitto, não é repugnante aos principios da justiça, nem desharmonica com a missão do Estado. E tanto mais que a expropriação das minas, nos termos em que a expuz, nem expropriação forçada se pode chamar, porque o proprietario só é desapossado, sendo previamente indemnizado, quando se recusa a fazer valer as riquezas naturaes que lhe pertencem. E um dos pontos em que, a meu ver, a lei deve ser mais minuciosa, é a especificação dos modos pelos quaes o proprietario pode evitar a expropriação, taes como a associação de todos os co-proprietarios da mina para a explorarem, ou para a venderem, com a superficie necessaria aos trabalhos, a quem a explore; a formação de uma sociedade para a exploração, em que os senhores da mina entrem com os seus direitos, e outros com o capital, industria, etc. São estes modos tantos, que só por capricho alguém se sujeitara á expropriação; e para com os caprichos todos sabem que não pode a lei ter considerações.

A intervenção do Estado na constituição das minas é uma d'aquellas condições que temporariamente podem ser necessarias,

mas que são sempre relativas a um estado transitorio. Assim como na Inglaterra ella é desnecessaria, deve suppor-se que nos paizes continentaes viria tambem a ser inutil.

Em relação á expropriação das minas por utilidade publica, para deixarem de ser exploradas, apenas direi que é materia que deve ser regulada pelo direito commum, e segundo os principios applicados á propriedade em geral.

Ao Estado compete tambem o prohibir a exploração das minas em duas hypotheses: 1.^a quando com a prohibição previne um perigo imminente resultante dos trabalhos de exploração; 2.^a quando o interesse publico, baseado em outras razões, reclama a cessação dos trabalhos. No primeiro caso, o fundamento da prohibição está na propria exploração, e deve seguir-se um processo estabelecido nos regulamentos e leis especiaes; no segundo, a causa é estranha á exploração, e a prohibição o começo do processo de expropriação. Os motivos que justificam estas prohibições, são facéis de conhecer, attendendo-se a gravidade dos trabalhos de minas.

Se a intervenção do Estado na constituição da mina teve por fim reunir na mão de um dos proprietarios as diversas partes de que ella se compõe, vencendo a repugnancia dos co-proprietarios, que não queriam associar-se para a explorar ou ceder os seu direitos, está sabido que áquelle compete explorar-a directamente, ou por meio de alguma sociedade por elle organizada. Mas quando o Estado intervem para constituir ou expropriar uma mina, cuja exploração é de utilidade publica, sem que nenhum dos co-proprietarios queira encarregar-se d'ella, que destino se deve dar a essa mina? Deverá ser explorada por conta do Estado?

Avaliando o merecimento absoluto e intrinseco do systema da exploração das minas pelo Estado, abstrahindo das circumstancias de tempo, de logar e de desenvolvimento industrial, a minha opinião é-lhe, em harmonia com o antecedentemente exposto, completamente adversa. «O Estado não occupa o solo, nem foi constituído para o fazer valer, mas sim para o guardar e defender (19) »

(19) Si Conselheiro Forjaz de Sampaio, obra citada, nota (a) n.º 2 ao § 261

Effectivamente, o fim do Estado não é ser industrial. Dispondo de muitos meios, é natural que os productos lhe saiam mais caros do que á industria particular; e nada pode substituir, numa empreza, o omnipotente mobil do interesse pessoal, duplicada garantia da perseverança dos esforços e da economia dos meios.

Tive ja occasião de mencionar, entre os deveres do Estado, a obrigação de promover, por meios indirectos, o desenvolvimento do espirito de associação e da iniciativa individual (20); e o systema da exploração das minas por conta do governo é igualmente adverso a ambos, alem de obstar a que os habitos industriaes se desenvolvam livre e regularmente. Como alavanca do mal se deve considerar o governo, quando cria monopolios (21); e o systema que estou combatendo, estabelece um monopolio bem mais perigoso do que seria o formado por companhias poderosas, porque a natureza das cousas o levaria a degenerar em instrumento do fisco.

Alem d'isto o Estado, produzindo o ferro e o carvão por um preço mais elevado do que o faria a industria particular, teria de vender mais caro estas materias, que são o alimento das manufacturas.

As minas tambem não ganham com a exploração por conta do governo; porque esta tende a substituir, nos trabalhos, o espirito de iniciativa (que, no regimen da livre concorrência, a necessidade de produzir pelo menor custo possivel provoca e estimula com tanta energia) pelo espirito de rotina, inherente a todas as emprezas industriaes que se encontram sem competidores. Finalmente, olhada a questão pelo lado politico, o systema, de que me tenho occupado, compromette o prestigio e a auctoridade moral do governo, forçando-o, na qualidade de empregario, as discussões a que naturalmente dão logar as perdas e os accidentes, tão frequentes nas explorações mineiras, e collocando-o numa posição delicada, nas occasiões de perturbações economicas ou politicas, em relação ás paixões que suscitam no seio das classes operarias as questões dos salarios e da fixação dos preços de mercadorias, taes como o ferro

(20) Pag. 29

(21) Pag. 32.

e o carvão. A favor da exploração mineira por conta do Estado, tem-se citado o exemplo de algumas minas, que, administradas pelo governo, têm dado excellentes resultados, e especialmente as *hulheiras* de Saarbruck na Alta-Silesia, e de Kerkraede na Belgica. Estes exemplos, porém, não provam: os da *hulheiras* prussianas, porque, em vez de serem exploradas por immensos poços perpendiculares, são-n'o por meio de galerias horizontaes abertas juncto a montanhas, processo simples, pouco perigoso e pouco dispendioso, do qual não é regular argumentar para a exploração das minas em geral; porque raras são as que dispensam trabalhos pesados, custosos e arriscados. Alem d'isto, se a industria *hulheira* esta florescente na Prussia, onde domina o systema da exploração pelo Estado, deve isso attribuir-se não so ás facilidades excepçionaes de lavra, mas tambem, e talvez mais, á feliz influencia exercida pelos caminhos de ferro francezes nas exportações da hulha d'aquelle paiz (22); de sorte que é a circumstancias exteriores, e não a influencia do systema em *si proprio*, que este ramo das industrias extractivas deve na Prussia a prosperidade de que hoje goza. Sirva de prova o exemplo da Austria, onde é seguido o mesmo systema, e onde o desenvolvimento da riqueza mineral é realmente limitadissimo, como se pode ver num artigo de M. André Cochut sobre os caminhos de ferro austriacos, publicado na *Revista dos Dois Mundos* de 1855, t. 9.

O exemplo da mina de Kerkraede tambem não prova, não só porque o Estado, quando tomou conta d'ella, a recebeu com a exploração completamente organizada pela antiga abbadia de Rolduc, mas tambem porque a empresa offerecia vantagens de posição, de abundancia de minério e facilidades de extracção, circumstancias que raras vezes se encontram. Apesar da reunião d'estes elementos, a exploração da mina deu durante muitos annos perdas constantes; o que tambem, no meu modo de ver, concorre para mostrar os inconvenientes da exploração por conta do Estado.

Eis a minha opinião em these. Será necessario dizer que em hypothese reconheço circumstancias excepçionaes, que podem justificar a exploração temporaria por conta do Estado? Se é verdade

(22) V. *Situation de l'industrie houillère en 1859*, pag. 105 e seguintes.

que uma das causas do atrazo da Austria em relação a industria mineira é o systema da *régie*, tambem e exacto que este systema, se em parte é devido aos principios do direito realengo, foi tambem, em certa epocha, uma necessidade filha da situação economica d'aquelle paiz.

Se as condições economicas de um paiz são de tal ordem que a sua riqueza subterranea não pode ser aproveitada senão pela exploração feita pelo Estado, entendo que este, apesar de todos os inconvenientes que d'ahi provêm, não deve hesitar em lançar mão d'ella, empregando ao mesmo tempo todos os meios ao seu alcance (e os meios ao alcance do Estado nunca são poucos) para habilitar a industria particular a substituir a industria publica, quanto mais cedo melhor.

A necessidade de estabelecimentos proprios para o ensino não so profissional, mas até scientifico, é uma causa que justifica a exploração de uma ou outra mina por conta do governo. Cumprindo ao Estado edificar e sustentar escolas, é necessario reconhecer-lhe o direito de administrar os estabelecimentos indispensaveis para que o ensino pratico siga de perto o ensino theorico, pelo que diz respeito aos engenheiros, porque em relação aos mestres e operarios é aquelle mais importante do que este. E, se o Estado não poder possuir os institutos convenientes para a instrução, não so profissional dos mineiros, mas tambem scientifica dos engenheiros e normal dos professores, sem explorar por sua conta esta ou aquella mina, é claro que os principios absolutos devem ser aqui modificados, por forma que se habilite o governo a cumprir esta importante parte das suas obrigações relativas á industria.

Não devendo as minas ser exploradas pelo governo, deverão as expropriadas ser arrendadas a favor do Estado? Se o arrendamento é um acto de dominio, exercido sobre a coisa arrendada, e se o Estado não é proprietario das minas, segue-se que este destino dado á propriedade mineira, constituida por intervenção dos poderes publicos, é inadmissivel. E tanto mais, que o aluguel, pesando sobre a exploração, tornando-a ainda mais incerta, ha de afastar os capitaes das empresas mineiras, intimidar a iniciativa individual, e elevar o custo dos productos, causando, por isso, grande perturbação nas condições da fabri-

cação, viado finalmente a ser, em vez de condição de harmonia, elemento de desordem

A constituição de companhias, que explorassem as minas collocadas nas circumstancias de que estou tractando, e em que o Estado seria o primeiro accionista, é, como regra, tão repugnante aos bons principios da policia economica (23), que não vale a pena discuti-la; devendo, todavia, notar-se que, como auxilio a industria falta de capitães, pode, excepcionalmente, admittir-se que o governo tome acções, mas nunca pela forma por que o faria no caso de que se tracta, e menos ainda para tal fim

A concessão feita em concurso parece-me ser o modo conveniente de dar exploração a estas minas. Se o processo para a verificação da utilidade publica tiver sido requerido por um terceiro, este, em identidade de circumstancias, deve ser preferido aos outros concorrentes. Para que a concessão tenha lugar, o Estado exigirá, na pessoa a favor de quem a fizer, as garantias necessarias para a boa exploração; e a concessão importará para o concessionario a aquisição da propriedade da mina, que so poderá ser expropriada por motivo de utilidade publica. A determinação dos direitos com que o Estado fica, em relação ao concessionario, é assumpto de que adiante me occuparei

Mas, dir-se-ha, por esse systema o Estado, depois ter constituido a mina, aliena-a sem lucro algum, porque a concessão não é venda nem arrendamento. A vantagem que o Estado tira, e que só por si constitue completa indemnisação dos esforços e capitães empregados para a constituição da mina, é a sua conveniente exploração. Não foi para receber um aluguel, nem o preço de uma venda, que o Estado constituiu a mina, nem para tal fim o direito admittia a intervenção da sua parte. Se o augmento da riqueza social pelo lançamento ao mercado de valores até então desaproveitados, o accrescimento de condições favoraveis para o desenvolvimento das manufacturas pela offerta de novos productos, e o maior incremento dado a um dos mais importantes ramos da industria, forem o resultado da concessão da mina, os esforços empregados pelo Estado para a sua constituição ficam amplamente remunerados, remunera-

(23) Sr) Conselheiro Forjaz de Sampaio-obra, citada, § 245

ção que, em caso nenhum, lhe podia dar o aluguel pago pelo concessionario.

Alem d'isto, as minas estão sujeitas ao imposto, que deve attingir todas as fontes de receita particular.

Nem todos, porem, são d'esta opinião; e um estimavel escriptor francez, M. A. F. Pothier (24), entende que o interesse do governo é não lançar contribuições ás explorações mineiras, e obrigar-as, embora o rendimento varie, apenas ao pagamento de uma quantia invariavel, e proporcional ao perimetro da mina. Não posso concordar. Não entra no quadro d'este trabalho justificar a legitimidade do imposto, nem determinar a base da sua repartição, mas, desde o momento em que se duvida se as minas devem estar sujeitas a elle, cumpre-me investigar se ha razões especiaes, que sirvam de base à isenção

Entendendo, como entendo, que o imposto deve ser lançado sobre o rendimento e não sobre o capital, sendo a exploração mineira uma fonte de rendimento, e claro que a minha opinião é que as minas devem estar sujeitas a imposição das contribuições publicas. Como cidadão, nenhuma razão pode isentar o explorador de concorrer para as despesas geraes feitas em proveito common; como possuidor de uma mina, augmentam os motivos da obrigação. Que importa que o jazigo seja rico não so pela qualidade do mineral, mas ainda pela abundancia e facilidade de extracção, se o meio economico e social, em que a mina se acha collocada, lhe não é favoravel? De que serve que o minério seja de boa qualidade e abundante, facil de extrahir, se a população proxima é tão limitada e tão avessa aos habitos industriaes, que não ha operarios sufficientes para os trabalhos, e são maus os poucos que se podem encontrar? Ainda que se dêem todas as circumstancias para que a extracção seja prompta e facil, que lucro se pode tirar d'ella, se os productos não encontram consumo? E quem forma o meio economico e social em que a mina se acha? Quem fornece á população vizinha os elementos para que os seus membros sejam bons operarios? Quem cria mercados para o con-

(24) *De l'Exploitation et de la législation des Mines en Algérie et en Espagne.*

sumo dos productos pelo desenvolvimento das vias de communição? Quem fomenta a criação de grande numero de consumidores, offerecendo á industria fabril as condições de existencia que so o Estado pode fornecer? Quem dispensa o explorador de ir ao estrangeiro procurar um pessoal tecnico, habilitando-o nos estabelecimentos officiaes? E por outro lado: Quem affiança ao explorador que a segurança, não só geral mas tambem individual, ha de ser garantida pela força publica? Quem lhe diz que, nas leis e nos tribunaes, encontrara desaggravo das lesões a que está sujeito? Quem lhe offerece os meios de tornar effectivos os seus direitos? Quem lhe proporciona as vantagens do transporte facil da sua pessoa e da transmissão do seu pensamento? A sociedade, pelo trabalho accumulado de muitas gerações, e pelos esforços permanentes dos seus contemporaneos Quem remunera aquelle, e garante a permanencia d'estes? o imposto.

M. A. F. Pothier não apresenta contra esta opinião argumento que me pareça ter força. Limita-se a dizer que: — «A exploração das minas é uma fonte de riquezas para as populações; que o governo aproveita com o augmento dos impostos directos e indirectos; que o seu interesse é portanto solicitar o desenvolvimento das minas, e não submeter os exploradores senão as taxas (25) que os instigam a proseguir trabalhos remuneradores, ou a renunciar voluntariamente as concessões desvantajosas (26) » Este argumento acaba com o imposto lançado as industrias, inclusivamente á industria agraria, porque o governo interessa com o desenvolvimento de todas

Partidario do principio de que as minas devem estar sujeitas ao imposto, devo todavia declarar que comprehendendo perfeitamente que, com o fim de animar a industria extractiva em epocha de transição economica, o Estado suspenda por um certo tempo a percepção do imposto (27).

Na determinação do *quantum* do imposto deve a lei ser cautelosa, porque a industria mineira não supporta facilmente um im-

(25) É a quantia fixa em relação ao rendimento, e proporcional ao perimetro da mina

(26) Obra citada, pag. 54 e 55

(27) Vej. adiante a legislação portugueza sobre este ponto

posto pesado. Não me cumpre expor aqui os principios segundo os quaes deve ser feita a taxação; mas sempre direi que mal avisado andarão o legislador que não attender a que a exploração mineira não pode, pelo que respeita ao estabelecimento do imposto, ser assimilada á agricultura, porque as condições de produção d'estas industrias são diversas, e em geral menos favoraveis as minas.

Para concluir o que tenho que dizer ácerca de impostos, fallarei agora do imposto chamado fixo, que está em uso em quasi todas as nações da Europa.

Geralmente as leis têm sujeitado as minas a dois impostos, um que não varia com o rendimento, e é dependente da extensão superficial da mina; outro, que é proporcional ao producto da extracção. Nada digo d'este ultimo, porque não posso entrar nas minuciosidades relativas á determinação da taxa; quanto ao primeiro, entendo que é inadmissivel. Que razão se pode allegar para que o explorador francez pague 10 francos (1\$800 réis) por kilometro quadrado? Como foro ou reconhecimento do dominio não o posso admitir, porque não julgo o Estado senhorio das minas; como aluguel, tambem não, pelas razões apontadas. Finalmente, accietal-o como imposto seria notavel incoherencia da parte de quem não reputa legitimo qualquer imposto que não seja lançado sobre o rendimento. Com effeito, á propriedade e não aos productos é que este imposto é lançado, com quebra dos principios que tenho por verdadeiros em sciencia de fazenda. Para justificar este onus, que o systema da regalia impõe ás minas, sei que se costuma dizer que tem por fim evitar pedidos de concessões muito extensas, e convidar os requerentes a não solicitar senão o que é verdadeiramente util aos seus trabalhos. Não admitindo eu o systema realengo, não admitto a vantagem, que, ainda assim, não é real; por quanto o imposto fixo não preenche o fim, que tinham em vista os que o estabeleceram.

Sendo necessariamente modico, alias a industria não poderia supportal-o, mostra a experiencia que ninguem se tem prendido com elle; e que as concessões têm sido requeridas, sem que haja escrupulo de pedir mais do que é realmente util.

É tempo de procurar qual deva ser a intervenção do governo

nos trabalhos que constituem propriamente a industria mineira. Deve a sua acção limitar-se a fornecer os meios para que se explore e lavre convenientemente, ou deve ir até a prohibição dos systemas ruinosos, que compromettem o futuro de um jazigo? Devera porventura ir mais alem, e não consentir lavra que não seja prescripta ou approvada pelos engenheiros officiaes? Diz J. B. Say (28): «Os governos são muito inclinados a julgar que podem dar uma direcção favoravel aos trabalhos da industria; imaginam que, se os seus estimulantes viessem a cessar, escasseariam certas cousas necessarias a sociedade. E este um erro ao qual se subtrahem com tanto maior difficuldade, quanto menos esclarecidos são. Apparentemente haverá uma precaução mais judiciosa do que aquella que ordenasse aos cultivadores que reservassem o trigo necessario para as sementes? Quantos argumentos se podem adduzir em favor de uma medida d'esta natureza! O homem é tão pouco previdente, está de tal modo disposto a sacrificar o futuro ao presente! O engodo de um ganho actual é tão perigoso, que não se pode confiar do interesse pessoal uma precaução d'esta importancia! Que seria do povo, do Estado, se a imprevidencia ou a necessidade roubassem aos colleiros o penhor da proxima colheita?

«Todavia, por falta de officiaes publicos prepostos a inspecção, á conservação das sementes, têm ellas porventura faltado, ainda nos mais calamitosos tempos? E assim que se pode quasi sempre fiar do interesse particular o cuidado de fazer o que é opportuno. O unico cuidado util, que os governos podem tomar, é impedir que o interesse de uns prejudique aos direitos dos outros ou do publico. Tal é a sua verdadeira missão »

Esta conclusão é incontestavelmente uma das mais importantes da economia politica, assim como é uma d'aquellas que os principios economicos justificam com maior rigor logico. Ha porem casos em que a necessidade de regulamentos me parece evidente, porque diversas circumstancias concorrem para que não possa haver completa confiança no interesse privado (29). Se a auctoridade publica não prohibisse a caça e a pesca em certas epo-

(28) *Cours complet d'économie politique pratique* — ed de Bruxellas, 1844 pp 254—275.

(29) Vej. o artigo *Réglementation* no *Dicc. de l'économie politique*

chas, bem como o uso de certos instrumentos, poder-se-hia esperar que os rios continuassem a ser povoados (30), e que a caça não diminuise de um modo assombroso? E, se o Estado não intervisse, em relação aos estabelecimentos insalubres e ás culturas prejudiciaes a saúde, não teriamos o direito de o julgar cumplice nos males que d'ahi proviessem?

E se isto assim é, se a sciencia conhece systemas de exploração e lavra de minas ruinosos para o jazigo, que esgotam com pouco proveito, não terá o Estado direito a prohibi-los? Tem direito e tem obrigação. Aos exploradores cumpre acatar o direito, a sociedade exigir o cumprimento da obrigação. Deverá porem o Estado ir mais longe, e não consentir que as minas sejam exploradas senão na conformidade de planos approvados pela administração? Não vai tão longe a minha opinião. Que os engenheiros officiaes possam inspecionar as minas, e expor ao governo o estado em que as encontram, servindo ao mesmo tempo de conselho aos exploradores; que não possam negar o seu parecer quando estes lh'o pedirem, de accordo. Mas que a exploração não possa ser feita senão em harmonia com os planos approvados pela administração, é o que me parece injustificavel desde o momento em que a mina é considerada do explorador, e não do Estado. Admittir esta opinião é attribuir ao Estado mais direitos dominicaes do que ao proprietario.

Este era tambem o parecer de Napoleão, quando dizia: «Seria absurdo soffrer que engenheiros das duzias (*de petits ingénieurs*), que não têm senão theoria, viessem dominar homens experimentados, e que explorem a sua propriedade.» E tambem: «E um grande defeito num governo querer exercer em demasia o patrio poder: á força de sollicitude consegue acabar a um tempo com a liberdade e com a propriedade (31).»

Demais, que se não duvide da capacidade geral dos engenheiros officiaes, acho regular; mas do que se deve duvidar, por via de regra, é da sua aptidão particular em relação a qualquer mina. Não é com simples visitas que o engenheiro se pode habilitar para ava-

(30) Cod Civ artt 384, 395, Ord liv 5.º, tit. 88

(31) Discussão da Lei de 21 de abril de 1810 no Conselho de Estado francez — sessão de 13 de fevereiro de 1810

liar o plano de lavra de uma mina, plano para cuja combinação se attendeu a um grande numero de circumstancias, que so pode conhecer cabalmente quem lida com o jazigo todos os dias. E então, como se hão de trocar os conselhos do engenheiro da exploração, cuja occupação permanente é cuidar da mina, pela opinião de um homem que, embora competente em materia de sciencia, é como que hospede no conhecimento das condições particulares do jazigo?

Os deveres do corpo de engenheiros de minas estão exactamente expostos nas seguintes palavras de Regnault de Saint-Jean d'Angely: «O corpo de engenheiros de minas .. levará a toda a parte luzes e conselhos, sem impor leis nem exercer pressão sobre a direcção dos trabalhos. Não terão acção senão para prevenir os perigos, prover á conservação dos edificios, a segurança dos individuos (32).»

A intervenção do governo, tal qual a tenho combatido, tem ainda o grave inconveniente de habituar os povos a esperar tudo do Estado, desconfiando da proficuidade dos esforços individuaes: d'onde resulta annullar-se a iniciativa particular, tão fecunda em consequências beneficicas.

Por outro lado, porém, as leis devem providenciar para que se torne effectiva a responsabilidade de quem, desprezando as disposições regulamentares, pozer em execução um systema de lavra condemnado de antemão pela sciencia, e, como tal, prohibido pelo Estado. Para que a liberdade aproveite igualmente a todos, cumpre que cada um, no exercicio dos seus direitos, se lembre dos seus deveres, o que não se alcança senão quando a justiça é vigilante contra os esquecidos.

Isto pelo que respeita a interferencia do governo na lavra propriamente dicta. A acção do Estado, que se exerce por meio das leis de policia, pode ser um pouco mais extensa, e d'ella passo a occupar-me

Se ha trabalhos, a respeito dos quaes se pode com verdade dizer que todas as cautelas são poucas, são incontestavelmente os trabalhos de minas. É escusado demonstral-o; dispensa-me de o

(32) *Exposé des motifs de la loi du 21 avril 1810.*

fazer a natureza do meio em que elles são exercidos, e os perigos inherentes as obras de pòços, galerias de esgoto e de exploração, ao emprego de machinas, aos serviços prestados por animaes, ao uso constante de luzes em localidades onde é facil o desenvolvimento de gazes inflammaveis, e a natureza do producto que se quer extrahir.

São estes perigos tantos e taes, tão imprevistos, tão mysteriosos, que não será exaggerado dizer que o operario das minas deve estar sempre disposto para comparecer perante Deos, e portanto em paz com a sua consciencia e em relações benevolas com os seus companheiros de trabalhos e de perigos, varonilmente resignado ao golpe que de um instante para outro o pode ferir, e resolvido a cumprir o seu dever com a energia do soldado, e a paciencia do missionario.

Nestas circumstancias, cumpre ao governo intervir e lançar mão de todos os meios para prevenir os desastres. No proprio interesse dos exploradores de minas se torna necessaria a interferencia dos poderes publicos. Se os operarios não souberem que, contra os perigos que as suas existencias correm, se tomam todas as medidas possiveis; que a administração vela cuidadosamente pelo seu exacto cumprimento, se não virem na responsabilidade que as leis impõem, e que os poderes publicos tornam effectiva, contra quem as não observar, a verdadeira garantia de que as suas vidas são expostas apenas quanto é indispensavel, não havera salario que os convide, e as nações continentaes verão as minas abandonadas a falta de braços.

A prova d'isto está na Inglaterra. O espirito avesso a regulamentação, que lá predomina, a febre laboriosa, o genio empreendedor e ousado dos inglezes, concorreram para que até 1842 o governo representasse, em relação aos sinistros, o papel passivo de espectador. A estatistica funebre das minas fallou porém entao tão alto que foi necessario escutal-a. Diante dos algarismos, tristemente eloquentes, que mostravam que uma so especie de accidentes, as explosões do fogo *grisou*, matára nas *hulheiras* inglezas, em 22 annos, 1023 individuos; e que nas outras minas de carvão, desde 1810 até 1835, o numero das victimas das explosões subira a 2070, a repugnancia á regulamentação não

cessou, mas modificou-se, e esta modificação deu lugar ao Acto de 18 de agosto de 1842, seguido pelos Actos de 14 de agosto de 1850 e 14 de agosto de 1855. O fim de todas estas providencias era a diminuição dos desastres; o que infelizmente não se conseguiu, como se vera quando se tractar da legislação ingleza; não se devendo, porém, attribuir isto senão á insufficiencia e as lacunas dos tres Actos e quereferi.

A natureza das cousas, pois, e as lições da experiencia ensinam-nos que o Estado deve intervir em relação a este objecto, e que a sua intervenção não pode ser aferida, neste caso, pelos principios que regem as outras especies de intervenção. E materia em que mais vale facilitar á administração a pratica de uma exorbitancia, do que arriscarmo-nos a tirar-lhe a sua liberdade de acção.

A execução das leis de policia deve ser incumbida aos agentes da administração e aos engenheiros officiaes. A estes deve a lei dar a faculdade de, em caso de perigo, e sob sua responsabilidade, reclamar o auxilio das auctoridades, ordenar a suspensão dos trabalhos da mina, ou a construcção das obras que julgarem necessarias para evitar ou diminuir o accidente, etc

A disposição da lei franceza, que auctorisa a administração a mandar proceder a estas obras a custa do explorador, quando este se recusa a fazel-as, parece-me digna de ser adoptada, convenientemente limitada nos regulamentos.

Não basta empregar os meios para prevenir os accidentes, ou para os tornar menos terriveis no caso de não ser efficaz a prevenção; é necessario tambem attender aos desastres depois de realísados, e procurar attenuar os seus effeitos. Estes effeitos são de duas especies: uns relativos a victima do desastre, outros a sua familia.

Em relação aquelles deve a lei impor ao explorador a obrigação de ter sempre na mina os remedios e meios de soccorro que mais usualmente são necessarios; de ter, se as circumstancias da mina o pedirem, cirurgia especial para o tractamento dos doctes; e de avisar immediatamente e com urgencia a auctoridade administrativa, e, se for possivel, o engenheiro official (33).

(33) São estas as disposições da lei franceza, que me parecem acceptaveis.

Se a victima do desastre não morre, mas fica impossibilitada de trabalhar, têm os accidentes effeitos permanentes, que importa considerar, assim como os que dizem respeito á sua familia, no caso de fallecimento. Hoje, que tão condemnada tem sido a exploração do homem pelo homem, como anti-christã e anti-philosophica, tem-se admittido geralmente o principio de que é de equidade que aquelle que, em serviço d'outrem, se impossibilitou de ganhar os meios de subsistencia, receba d'este, se as circumstancias tiverem nesta parte alguma analogia com as do Estado, como têm as grandes empresas fabris e as explorações de minas importantes, o pão quotidiano.

Na Belgica a administração obriga os exploradores, não a sustentarem o operario inválido ou a sua familia desamparada, mas a crearem e dotarem caixas de previdencia com aquelle fim.

Reconheço que a obrigação pode ser julgada violenta; mas as circumstancias dos operarios de minas são taes, que não duvido sustentar que, se estas caixas se não poderem estabelecer sem a lei obrigar a isso os exploradores, e na localidade da mina não houver caixa economica ou instituição similhante, que preencha a falta d'aquellas, é um onus, cuja imposição é justificada pela vida rude e penosa dos homens em favor de quem é estabelecido. Não é proprio d'este trabalho expor a organização d'estas caixas, e por isso me abstenho de o fazer; mas no fim, em appendice, darei noticia da caixa de Liège, a mais perfeita de quantas tenho conhecimento.

Cabia aqui fallar da isenção dos mineiros do serviço militar; tendo, porém, de o fazer quando expozer a legislação prussiana, reservo para então as considerações que o assumpto pede.

Em França um decreto de 1848 fixou o maximo do dia de trabalho em 12 horas. Compreendendo os motivos da disposição, parece-me, todavia, que, em relação aos homens adultos, a fixação do dia de trabalho é objecto que escapa naturalmente a acção da lei. Os juizes das suas necessidades são os proprios operarios, que, não estando nas circumstancias de fraqueza, filha da pouca idade ou do sexo, têm o direito de se admirarem de que a lei saiba melhor do que elles o que lhes convem

Ja não penso do mesmo modo acerca das crianças, e ainda

das mulheres, em relação ás minas. A natureza, creando na humanidade dois sexos differentes e com differentes aptidões, destinou um para aquillo que naturalmente ao outro não cabe. Todavia era impossivel que não houvesse serviços, em que ambos se podessem occupar, sem quebra das leis naturaes. O trabalho das minas, porém, não pertence a este genero de serviços, porque é completamente inconciliavel com a natureza fraca e delicada da mulher. Como suppor a propria para uma ordem de trabalhos para que nem todos os homens válidos são aptos? Como se attende ás leis do pudor, admitindo a mulher a trabalhar nas trevas das minas?

A maior parte dos trabalhos da industria extractiva são também inconciliaveis com a natureza debil das crianças do sexo masculino. Não lhes devem, porém, ser prohibidos todos os trabalhos, não só porque para alguns não ha razão, mas principalmente porque é necessario habituar cedo as minas aquelles que, quando homens, devem vir a ser operarios nellas. Nesta materia, pois, a lei deve: 1.º prohibir todo o trabalho a mulher; 2.º prohibi-lo igualmente as crianças do sexo masculino até certa idade; 3.º não lhes permittir d'essa idade em diante até outra senão um certo genero de trabalhos; 4.º deixar ao poder regulamentar da administração a demarcação d'estes dois periodos, que deve ser feita em harmonia com diversas circumstancias, e a determinação dos trabalhos que são prohibidos em quanto se não chega á virilidade.

O Estado, tendo representado um papel importante na constituição da mina, não pode ser indifferente á cessação da exploração

Quando o abandono dos trabalhos de uma mina tem lugar da parte de um proprietario, que, para a constituir, não chamou em seu auxilio a auctoridade publica, é isso um acontecimento com que o governo nada tem que ver. Mas, se quem abandona a exploração é um proprietario, que, para a constituição da mina, invocou o auxilio publico, ou a pessoa a quem o Estado concedeu a mina que constitua e expropriara, por ser a exploração de utilidade publica, a indifferença é injustificavel. Quem reclama ou acceta a intervenção do Estado para conseguir alguma cousa de utilidade particular e publica, fica naturalmente obrigado a não deixar estereis

os esforços empregados pelo governo. Entendo, pois, que o abandono dos trabalhos de mineração, nestes casos, tem, depois de devidamente julgado, o effeito de repôr as cousas no estado anterior á intervenção do governo. A este compete em segunda ver o que melhor convem fazer em harmonia com o interesse geral. O julgamento do abandono é um acto de administração pura, e como tal pertencente aos agentes do poder executivo; mas os casos, em que elle tem lugar, devem estar taxativamente marcados na lei.

Finalmente, as pessoas interessadas no julgamento do abandono, isto é, aquellas que soffreram expropriação, deve facultar-se o requererem-n'o, quando a auctoridade competente for remissa no cumprimento d'este dever.

A intervenção do Estado na industria mineira exerce-se por meios directos e meios indirectos. Podia fallar primeiro d'aquelles e depois d'estes. Preferi não o fazer, a ter de quebrar a ligação natural das materias. Escusado é dizer que, num trabalho da natureza d'este, não podia ser minha intenção fallar de todos os meios pelos quaes o Estado pode auxiliar a industria, mas apenas referir aquelles que se me antelham como mais importantes

A questão dos salarios é incontestavelmente uma das mais importantes da economia politica, porque dos salarios depende em grande parte a produção. Segundo a opinião do sr. conselheiro Forjaz de Sampaio (34) podem fixar-se tres epochas ou phases na historia da retribuição do trabalho: *primeira* — retribuição em rateio, concluida a empreza, e portanto incerta e puramente eventual; *segunda* — salario estipulado, certo, independente do resultado da produção; *terceira* — (apenas encetada) salario ainda estipulado, mas empreitadas frequentes, gratificações extraordinarias, associação aos lucros da empreza.

Em relação ás minas, sobe de ponto a importancia dos salarios. Nos serviços que se executam á superficie do solo, a vigilancia sobre o trabalho dos operarios não é difficil de exercer; mas nos pões de exploração, e nas galerias subterraneas, a maior parte das vezes consideravelmente extensas, cujo accesso nunca é facil, e é arriscado de ordinario; em logares onde o mineiro tem por

(34) Obra citada, § 179

única luz o sombrio clarão da sua lampada, a vigilância é impossível. O pagamento do jornal é, nestas circumstancias, por via de regra a remuneração de um trabalho imperfeito, executado quasi sem vontade e sem intelligencia. As condições da produção não melhoram com o systema das empreitadas, cujo resultado é obter-se muita obra e pouco lucro; porque o operario, cujo interesse é unicamente fazer muito, applicar-se-ha a praticar escavações consideraveis com preferencia a seguir com attenção a beta (35).

O meio de estimular a um tempo a actividade e a intelligencia dos operarios é o systema seguido nas minas da provincia de Cornwall, que consiste em dividir em porções regulares a massa do minério que se quer explorar, entregando em seguida estes lotes aos mineiros que têm um interesse, previamente ajustado, e proporcional ao preço e á quantidade do minério extrahido do seu lote. Por esta forma o interesse da exploração é também o interesse dos operarios, cujos esforços tenderão a extrahir a maior quantidade de minério pelos processos menos dispendiosos. Com este systema ganha a produção e ganham os operarios. Sendo assim, porque não esta universalmente adoptado? Causa, que todos conhecem, inherentes á imperfeição humana, mas que me não cumpre estudar, explicam o facto.

Mas que tem o Estado com os salarios? Quasi sempre muito pouco, mas no nosso caso alguma cousa. Se as circumstancias que referi, tiverem determinado a exploração de alguma mina por conta do Estado, este com dobrada razão deve adoptar o systema de salarios que acabo de expor. Adoptando-o, põe em pratica o unico que julgo bom, e estimula os particulares a fazerem o mesmo. Não em these, mas em hypothese, comprehendendo a existencia de circumstancias que levern o governo, obrigado a lutar contra a rotina, a conceder algum privilegio as explorações que adoptarem este systema de salarios, para incitar as outras a abandonarem os que são prejudiciaes.

Tive ja occasião de fallar do principio da associação como quasi indispensavel em materia de exploração mineira. Effectiva-

(35) Ch. Dunoyer — *De la liberté du travail*, liv. VIII, cap. II.

mente é necessario o concurso de tantas e tão varias condições para que a industria extractiva dê os fructos que deve dar, que a simples enumeração bastaria para mostrar a verdade do que digo, se uma demonstração fosse necessaria. Dos beneficos effeitos da associação também não julgo necessario dizer cousa alguma, para não me arriscar a demonstrar aquillo de que ninguem duvida; citarei, porem, um exemplo. Fundou-se em Lisboa uma importante fabrica de tecidos, hoje *Companhia Industrial Lisbonense*. Em 1863 os negocios commerciaes d'esta fabrica estavam tão mal figurados, que ella chegou a achar-se na impossibilidade de satisfazer aos seus creditos. A liquidação forçada d'este estabelecimento, cujas vendas já então subiam a 30 contos de reis, teria deixado na miseria o seu fundador, industrial laborioso, intelligente e illustrado, e dado perdas de 75 % aos crédores. Estes, porém, tiveram e realisaram a feliz lembrança de invertir em acções os seus creditos, convertendo a empreza em sociedade, a qual depois se transformou em companhia anonyma. A liquidação teria dado os funestos resultados que disse, ao passo que — «a constituição da sociedade deixou ao empresario algum capital, deu-lhe uma regular posição como director, e salvou integralmente o capital dos interessados, que são hoje socios do seu devedor, e proprietarios de um estabelecimento que prospéra, que já elevou suas vendas a 40 contos de reis, e que tem o seu credito firme, porque possui agora o capital, que primitivamente não tinha (36).» Estes são os effeitos da associação, util aqui, quasi indispensavel, como disse, em relação á industria extractiva. Deve, por tanto, o Estado contribuir quanto possa para o desenvolvimento do espirito de associação, já favorecendo a formação de sociedades e companhias, por meio de uma bem ordenada legislação ácerca d'ellas, já preferindo para as concessões as companhias aos individuos, sempre que seja possivel.

O combustivel é tão necessario aos trabalhos de mineração como a agua á agricultura; mas o lavrador pode contar com copiosas chuvas todos os annos, e calcular pouco mais ou menos as epochas em que as suas terras serão fertilisadas por ellas, em quanto

(36) Sr. Fradesso da Silveira — *Visitas á exposição*, XVIII da 1.^a serie.

o mineiro nada tem que esperar além do combustível de que antecipadamente dispõe. Tudo isto concorre para que ao governo assista a obrigação de cuidar da arborisação do paiz, principalmente em relação ás localidades mais favorecidas pela natureza com riquezas subterraneas, tanto quanto caiba na sua acção.

As vias de comunicação e transporte são igualmente uma importante condição de existencia e de desenvolvimento da industria mineira, não só pela necessidade de haver meio de transportar para a mina tudo aquillo de que a exploração carecer, e que tenha de vir de fora, mas principalmente para que a offerta dos productos d'ella seja facil e pouco dispendiosa. Por tres modos pode o Estado intervir em relação a esta condição: 1.º preferindo as directrizes das estradas de viação accelerada e ordinaria, que tiverem a vantagem de serem proximas de alguma mina; 2.º coadjuvando os exploradores de minas na construcção de estradas com as quaes luere o paiz, lucrando tambem elles; 3.º declarando de utilidade publica a expropriação dos terrenos necessarios para os exploradores construirem, por si sós, estradas de que necessitem, e cujo uso deve ser franqueado a todos, sendo possível.

As considerações, antecedentemente expostas por mais de uma vez, sobre a importancia da industria extractiva e as difficuldades com que ella tem de luctar, mostram que o Estado tem obrigação de lhe prestar todo o auxilio, compativel com as circumstancias particulares, em relação ás vias de comunicação e aos meios de transporte, tendo tambem em consideração as tarifas, assumpto da mais alta importancia relativamente ao consumo dos productos da exploração.

Agora duas palavras acerca da descoberta das minas. É possível que num paiz se dê tal concurso de circumstancias que não haja necessidade de se animar a descoberta das minas; mas nos paizes continentaes não succede, por ora, isso. A descoberta de uma mina é um augmento da riqueza social, e, em regra, não é uma tarefa simples: tanto basta para que o Estado deva favorecer os descobridores, de sorte que este favor seja a um tempo recompensa aos que trabalham, e incitamento para que outros trabalhem. Em que deve consistir a recompensa? Num premio? pago

por quem? em participação na exploração e ganhos da mina? num interesse proporcional aos lucros? E materia esta que sai fóra do quadro do meu trabalho, e que só pode ser bem considerada em vista das circumstancias particulares de cada paiz.

APPENDICE

A caixa de previdencia das minas de Liège foi fundada em Maio de 1837, e para ella concorrem diversas companhias de exploração, o que só é possível em localidades onde estejam em exploração varias minas. O fundo social é de 1 % do salario pago em cada mina aos operarios. Metade da quantia é deduzida dos salarios, e metade é dada pelos exploradores.

Os soccorros são ou *ordinarios* ou *extraordinarios*: aquelles são pensões temporarias ou vitalicias; estes são os que a commissão administrativa dá a pessoas que, sem direito a pensão, são julgadas, em vista da sua posição e das suas necessidades, merecedoras de alguma assistencia. O *quantum* das pensões é designado pela commissão administrativa.

Tem direito a pensão vitalicia: 1.º o operario mutilado e incapaz de trabalhar, em consequencia de feridas, recebidas trabalhando no interior ou no exterior da exploração; 2.º as viúvas dos operarios que morrerem em virtude de accidente, trabalhando na exploração; 3.º os pais e os avós dos operarios que morrerem em virtude de accidente, quando, não podendo sustentar-se, não tinham amparo senão no morto.

Tem direito a pensão temporaria: 1.º os filhos, em tenra idade, das viúvas cujos maridos tiverem perecido por accidente, trabalhando na exploração; 2.º os orphãos, cujo pai ou mãe, o *ultimo sobrevivente* (37), tiver perecido por accidente, trabalhando na explo-

(37) Textual.

ração; 3.º os irmãos e irmãs jovens do operário, morto do mesmo modo, no caso de ficarem desamparados.

As segundas nupcias ou o concubinato da viuva fazem perder o direito a pensão, e o mesmo effeito tem a condemnação a pena afflictiva ou infamante (38)

A legitimidade é sempre condição para o direito á pensão (39).

Os estatutos não marcam os casos em que os soccorros extraordinarios devem ser concedidos, e apenas dizem, como vimos, que são destinados ás pessoas que, não tendo direito a pensão, são todavia merecedoras de alguma assistencia, em vista da sua posição particular e das suas necessidades. O juiz aqui é a commissão administrativa, juiz que me parece reunir todas as condições para julgar bem, porque, sendo a commissão composta por chefes das explorações associadas e mestres mineiros, deve ter sciencia e consciencia; sciencia, porque, habituada á mina, esta habilitada para conhecer as circumstancias em que os soccorros são merecidos; consciencia, porque em decidir com acerto é ella um dos primeiros interessados

SEGUNDA PARTE

(38) Em these sou contrario ás disposições d'esta natureza, que todavia, neste caso, me parecem ter algum fundamento. Sendo o fim da pensão prover á subsistencia da viuva, o facto de passar a segundas nupcias parece que faz cessar a causa. O mesmo pelo que diz respeito ao concubinato, e tambem porque qualquer dos factos cortava ou devia cortar as ligações com o marido, e so em razão d'elle é que a pensão é dada.

(39) Com esta disposição não posso concordar. Não reconheço principios que justifiquem a aggravação da afflicção ao afficto, nem que façam admitir a hereditariedade da culpa, que é o que aqui se dá em relação aos descendentes e collateraes.

« Por maiores que sejam os desejos de iniciar, ou desenvolver a industria fabril em um paiz, que precisa das dictas materias, a industria nunca tera senão uma existencia ephemera e improductiva, ou estéril, e a sua duração será muito limitada, embora se façam os maiores sacrificios para a conservar. Buscar, por tanto, o carvão e o ferro não é menos necessario para a prosperidade de uma nação, do que procurar a instrucção do povo, dotar o paiz de bellas vias de communicacão, ou de outra qualquer medida de reconhecida utilidade.

« Sem facéis vias de communicacão não ha commercio; e sem ferro e carvão não pode haver industria que floresça (40) ».

Verdadeiras, em geral, estas observações, são-n'o tambem em relação a Portugal, cuja mineração e cujas condições economicas em relação as minas o sr. Carlos Ribeiro conhecia perfeitamente, quando escreveu aquellas linhas

Infelizmente, peza-me dizel-o, a industria extractiva não tem tido entre nos o desenvolvimento que era de desejar Mas para satisfação da geração actual deve tambem dizer-se que tem tido aquelle que era de esperar, em vista das circumstancias geraes do paiz, e especiaes d'esta industria, quando os poderes publicos principiaram a consideral-a devidamente.

No estudo das causas que têm concorrido para que a nossa producção mineira não esteja ao nivel das necessidades do paiz, nem em relação com os dons que a natureza dispensou ao nosso solo, devemos considerar causas geraes e causas especiaes, umas

(40) Sr. Carlos Ribeiro — *Revista Peninsular* de Março de 1857.

relativas ás circumstancias geraes do paiz, outras ás condições particulares da industria extractiva.

A industria mineira, do mesmo modo que todos os outros ramos de producção, devia resentir-se em Portugal, e de facto se resentiu, do vicioso meio economico e social em que foi forçado a exercer-se. A substituição, que nos primeiros reinados da terceira dynastia principiou a operar-se, da cooperação valiosa e patriótica das côrtes pela vontade omnipotente do soberano, vontade muitas vezes esclarecida, mas nem sempre imparcial (41), e mais de longe, o espirito monachal, o estabelecimento da inquisição, a expulsão dos judeus, as exações de uma administração fiscal, a pratica dos systemas economicos mais prejudiciaes, e, em consequencia dos grandes estabelecimentos coloniaes, o espirito aventureiro que, desviando completamente a actividade nacional do trabalho regular na metropole, dirigia todas as forças para os domínios d'alem-mar, são as causas geraes do longo periodo de decadencia da nossa industria, que temos atravessado.

Se a estas causas geraes junctarmos as tres especiaes que vou enumerar, teremos de sobejo explicado o atrazo da industria mineira entre nos. Estas causas são: *primeira*, o gosto das expedições longinquoas, que fez nascer no paiz uma profunda indifferença pelo progresso economico, e, deshabitando do trabalho applicado ao solo, por maioria de razão deshabitou da exploração, sempre difficil e incerta, das minas; *segunda*, a ausencia da iniciativa individual, que faltou sempre em relação aos trabalhos de minas; *terceira*, a legislação, que, consagrando o principio do direito realengo, nunca facultou, a favor dos particulares, a constituição da propriedade mineira por modo que animasse os trabalhos subterraneos.

Hoje não podemos esperar muito para breve; mas não devemos desanimar de o conseguir com o tempo, obtendo desde já alguma cousa. A remoção das principaes causas que aponteí, e a construcção das estradas de viação accelerada e ordinaria têm corrido e hão de concorrer para attenuar as más consequencias do nosso espirito pouco industrial, e da nossa posição no extremo

(41) Nas côrtes de 1668 exerceram os estados pela ultima vez o direito de votar os subsidios. Vej. a *Memoria* de J. P. Ribeiro sobre as fontes do Cod. Philipp. no t. 2.º das de Literat. da Academia

da Europa. Mas é necessario não esperar demasiadamente dos caminhos de ferro; podem muito, mas não podem tudo, e a sua benéfica acção fica em grande parte inutilizada, se não for auxiliada pela multiplicação e pelo aperfeiçoamento das estradas ordinarias e das vias fluviaes.

Por outro lado cumpre não esquecer que temos ainda muito que fazer. Falta-nos o ensino profissional, e, se quizermos engenheiros de minas, devemos mandar estudar ao estrangeiro (42).

O estudo das legislações estrangeiras parece-me sempre um subsidio importante para a apreciação da nossa, e mais ainda em relação ao assumpto de que me occupo (42a). Não deixarei por tanto de as consultar, expondo-as sempre, e apreciando-as de leve, apenas uma ou outra vez, quando a importancia do assumpto o pedir.

I

A lei franceza sobre minas é de 21 de abril de 1810, e veio substituir a lei de 12 de julho de 1791, lei malfadada, que, tendo repellido o principio da inherencia da propriedade subterranea a da superficie, mereceu que d'ella se dissesse que, não sendo senão uma transacção entre diversos systemas, não tinha satisfeito ninguém.

Segundo as ideas de Napoleão, a lei devia estabelecer, em primeiro logar, o principio de que a mina faz parte da propriedade da superficie, e basear-se por consequencia na theoria da

(42) Já em 1857 a commissão encarregada de examinar o projecto sobre minas do vogal do conselho de obras publicas, o dr. Izidoro Emílio Baptista, no seu parecer de 29 de setembro d'aquelle anno, publicado no *Boletim do Ministerio das Obras Publicas*, de fevereiro de 1857, era de opinião que a escolha dos alumnos, destinados a irem estudar em paizes estrangeiros a arte de minas, devia ter logar immediatamente, indo dois para França, um para Allemanha, e um para Hespanha.

(42a) Reg. de 30 de janeiro de 1802, tit. 1.º § 3.º, "... revalidando eu a seu respeito em tudo o que foi applicavel ás circumstancias presentes das minas d'este reino, e conforme ao direito publico metallico de Allemanha, o qual quero que fique servindo nesta materia de direito subsidiario. ... " Reg. de 23 de outubro de 1856, art. 27. "A legislação estrangeira ácerca de obras publicas fica sendo subsidiaria á legislação patria sobre este objecto, na conformidade do § 9 da Lei de 18 de agosto de 1769."

accessão. Attendendo a isto, é que ao concessionario foi imposta a obrigação de pagar ao proprietario um *quantum* annual do rendimento da mina, marcado no acto da concessão, mas que, segundo M. Block, a pratica tem fixado em 10 centimos (18 réis) por hectare. A opinião do imperador foi porém algum tanto sophismada, porque o artigo 5 da lei dispõe que as minas não podem ser exploradas senão em virtude de um acto de concessão deliberado em Conselho de Estado, e em parte nenhuma a lei da preferencia ao proprietario. Alem d'isto o *quantum* dado ao senhor do solo é tão diminuto que M. Chevalier diz, como já referi, que é apenas uma cortezia ao direito.

Nos artigos 1 — 4 a lei distingue as minas das mineiras e das pedreiras, distincção admissivel em relação ás leis de inspecção e policia, mas que julgo injustificavel pelo que respeita á propriedade, como já tive occasião de expor. As pedreiras que existem a superficie do solo são consideradas como fructos ordinarios da propriedade, e a sua exploração apenas está sujeita a simples vigilancia da policia, e á observancia das leis e regulamentos geraes ou locais, salvo se for feita por meio de galerias subterraneas, caso em que fica debaixo de uma mais forte vigilancia por parte da administração das minas.

As mineiras comprehendem os mineraes de ferro chamados de alluvião, as terras pyritosas proprias para serem convertidas em sulphato de ferro, as terras aluminosas e as turfeiras. A sua exploração é permittida ao proprietario do terreno, independentemente de licença, formalidade necessaria, se quem tenta explorá-las não é o senhor do solo. Se este porém não usa do seu direito, ou se não extrahе productos em quantidade sufficiente para as necessidades das officinas vizinhas, os donos d'estes estabelecimentos podem desapossal-o, indemnisando-o, e obtendo previamente licença do prefeito. Cumpre advertir que para a exploração principiar legalmente por parte do proprietario, deve elle fazer uma declaração ao prefeito, e que, sendo necessario abrir poços e galerias, é indispensavel satisfazer ás mesmas formalidades e condições que para obter a concessão de uma mina.

A exploração das minas não pode ter logar senão em virtude de um acto de concessão, deliberado em Conselho de Estado, que

constitue a propriedade da mina como distincta da propriedade da superficie. A concessão torna a mina propriedade definitiva do concessionario, transmissivel como qualquer outra (excepto por parcelas sem previa auctorisação especial), e sujeita ás expropriações nos termos da lei commum as outras especies de propriedade.

A Circular de 3 de agosto de 1810, com o fim de evitar fraudes, que não seria difficil praticar á sombra da lei, ordenou que a concessão, no caso de se tractar de minas descobertas de novo, só se effectue quando os jazigos estiverem por tal forma reconhecidos que haja certeza de exploração util. As razões d'estas disposições são facéis de conhecer, principalmente para quem não ignora a facilidade com que alguns especuladores podiam abusar da boa fé de quem, fiado na publicidade que o governo não pode deixar de dar á concessão de uma mina, não tivesse duvida em empregar os seus capitães numa empreza que lhe parecia garantida até certo ponto pela auctoridade publica. O outro fim, que geralmente se diz ter-se tido em vista nesta disposição — evitar, pela prudencia dos engenheiros officiaes e technicos, as temeridades de especulações ousadas — reclamava exame mais demorado, se o meu fim fosse entrar na analyse das disposições da Lei franceza. Como porém só procuro dar noticia das disposições capitães d'esta Lei, apreciando apenas uma ou outra, limitar-me-hei a citar Cotelle — *Curso de direito administrativo applicado as obras publicas*, tom 2.º liv 6.º

O concessionario, alem da indemnisação annual que tem de pagar ao proprietario do solo, e de que já fiz menção, é obrigado a pagar-lhe outra relativa aos prejuizos e occupação de terreno resultantes da exploração. Dada a hypothese de requerer a concessão da mina o descobridor, e não a obter, sendo supplantado por outro competidor, este ultimo, para ser declarado concessionario, tem de dar áquelle um premio proporcional á importancia da descoberta, e de o indemnizar das despesas feitas nos trabalhos anteriores á concessão.

Depois de concedida a mina, a sua lavra não se pode considerar como uma industria perfeitamente livre. Entendeu-se que a acção do Estado não podia limitar-se a impedir que as minas

fossem exploradas por quem não estivesse em circumstancias de o fazer. A Circular de 3 de agosto de 1810, esclarecendo o sentido dos artigos 47 e 50 da Lei, dispoz que o concessionario se conformaria com os methodos de trabalho e de lavoura prescriptos pelo governo. Admittido o systema que attribue a propriedade das minas ao Estado, esta disposição tem nelle um apoio mais ou menos firme. Quer-me todavia parecer que a providencia é exaggerada, não só absoluta, mas tambem relativamente a França.

O concessionario tem de pagar ao Estado duas especies de impostos, um fixo, outro proporcional. O fixo é regulado segundo a superficie da concessão, e foi fixado em 10 francos (1\$800 réis) por kilometro quadrado. O proporcional é uma contribuição a que estão sujeitos os productos das minas, e que não pode nunca elevar-se acima de 5 0/0 do producto liquido.

O Decreto de 3 de janeiro de 1813 estabeleceu as obrigações do concessionario em relação a desastres. São as que já mencionei, mas que referirei de novo: *primeira*, ter sempre na mina os remedios e meios de soccorro que lhe forem indicados pelo ministro numa instrução regulamentar feita para esse fim; *segunda*, ter um cirurgião especial, mas isto só nas minas designadas pelo ministro, vista a sua importancia e o numero dos operarios empregados; *terceira*, avisar immediatamente e com urgencia, no caso de accidente, o *maire* e o engenheiro, que devem apresentar-se no local do sinistro, e dar as ordens necessarias como em caso de perigo imminente.

Outro direito importante, que o Estado tem, é a faculdade que lhe dá a Lei de 27 de abril de 1838, de obrigar os concessionarios de minas vizinhas a executar junctamente, e por sua conta, as obras necessarias para enchugar as minas inundadas, ou para suspender a inundação. Além d'isto pode, nos casos marcados nos regulamentos, mandar proceder as obras que julgar necessarias, por conta do explorador, quando este, depois de intimado para as fazer, não tiver satisfeito.

A Lei de 21 de abril de 1810 impõe, ainda, aos concessionarios de minas de ferro duas obrigações especiaes: *primeira*, fornecer as officinas, que costumam prover-se do mineral nos logares comprehendidos no campo da concessão, a quantidade neces-

saria para as suas obras, e pelo preço marcado pela administração; *segunda*, no caso em que o jazigo, concedido como mina, tivesse sido anteriormente explorado como mineira, indemnizar os proprietarios do solo, a favor dos quaes a exploração tivesse tido lugar, não por meio do *quantum annual* de que já fallei, mas na proporção dos ganhos que elles tiravam da exploração da mineira.

Os actos do concessionario que importam a caducidade da concessão e a privação da propriedade da mina são os seguintes: *primeiro*, reunião de minas sem previa auctorisação do governo (Decr. de 23 de outubro de 1832) (43); *segundo*, falta de pagamento das quotas relativas ao esgoto em commun de muitas minas inundadas (Lei de 27 de abril de 1838); *terceiro*, falta de pagamento das despesas das obras feitas nos casos em que a lei ou os regulamentos auctorisam a administração a proceder a ellas por conta do concessionario (mesma Lei) (44); *quarto*, restricção ou suspensão da exploração de modo que prejudique a segurança publica ou as necessidades do consummo (mesma Lei).

A Belgica é regida, em materia de minas, pela Lei franceza de 21 de abril de 1810 com algumas modificações, das quaes as mais importantes são tres, consignadas na Lei de 2 de maio de 1837. A primeira consiste em não se poder fazer concessão alguma contra a opinião do Conselho de minas, contrario ao que esta estabelecido em França e entre nós.

A segunda é relativa aos interesses do proprietario da superficie, mais considerados na Belgica do que em França. A citada Lei de 2 de maio de 1837 concede ao senhor da superficie uma indemnisação fixa, que não pode ser inferior a 25 centimos (45 réis) por hectare, e uma taxa variavel de 1 a 3 0/0 do producto liquido da mina. O proprietario da superficie tem tambem preferencia

(43) A reunião de diversas minas, constituindo uma unica propriedade, é um facto que a legislação franceza reputa tão grave que o Decreto de 23 de outubro de 1832, — «considerando que, em certos casos, estas reuniões são de natureza a prejudicar gravemente os interesses do commercio e da industria» — prohibiu a reunião de concessões da mesma natureza, fosse qual fosse a forma da aquisição, sem auctorisação do governo.

(44) Estes casos são desabamento, incendio, inundação parcial e a mina isolada.

para a concessão, preferencia que o governo pode desatender, seguindo a opinião do Conselho de minas, no caso de concorrência com o descobridor, ou com alguém que peça, não uma concessão nova, mas uma extensão de concessão anterior.

Finalmente as concessões das minas e das mineiras de ferro são regidas pelos princípios consignados na Lei de 21 de abril de 1810; mas a Lei de 2 de maio de 1837 contém no art. 1 uma disposição, em virtude da qual o Conselho de minas (45) entendeu que estava suspensa a faculdade de fazer taes concessões.

A lei belga protege os interesses dos operarios da mina até onde se pode admitir a intervenção, sem violenta invasão do direito individual; e com este fim obriga os concessionarios a fundar uma caixa de previdencia.

A Prussia offerece, na sua legislação sobre minas, um contraste completo com a legislação ingleza, de que adiante terei occasião de fallar. A lei prussiana, tendo adoptado o principio da regalia e da intervenção do Estado, não teve duvida em os exaggerar, levando esta aos seus extremos.

Como as minas fazem parte do dominio do soberano, nenhuma pode ser explorada senão por elle ou em virtude de concessão, ficando os exploradores sujeitos á vigilancia especial dos agentes superiores da auctoridade. As contribuições eram pesadissimas, mas foram reduzidas a metade, isto é, 6 0/0 do producto bruto, pela Lei de 12 de maio de 1851.

Nenhum estabelecimento metallurgico pode ser fundado sem previa auctorisação; e, se a mina for lavrada por uma companhia, a lei não permite que o numero de acções exceda o de vinte, pertencendo duas ao proprietario da superficie (salvo disposição em contrario da lei provincial), duas á igreja e a eschola da localidade, e uma a caixa de previdencia e á caixa dos pobres do municipio.

As pesquisas dos jazigos não se podem tentar sem licença official, passada pelo empregado das minas da localidade, e não podem ter logar senão a distancia de quatro pés (prussianos) das habitações e estabelecimentos de exploração.

(45) Aviso de 10 de agosto de 1849.

Os agentes das minas (denominação dada aos empregados a que está incumbida a inspecção das minas) têm uma auctoridade extensissima. Entre as suas obrigações figura a de informar se o concessionario dirige a lavra como bom pai de familia, e vigiar pela execução dos regulamentos policiaes. Compete-lhes alem d'isto: *primo*, determinar o *quantum*, e a cobrança das prestações supplementares, com que hão de entrar os accionistas, se o producto extrahido não chegar para cobrir as despesas; *secundo*, fixar os dividendos no caso de haver lucros.

A legislação da Prussia impõe ao proprietario da superficie, quando a concessão é feita a um terceiro, obrigações mais pesadas do que as estabelecidas nas leis da maior parte dos outros paizes. Estas obrigações são as seguintes: *primeira*, não só ceder o terreno do perimetro da mina, mas tambem consentir nos trabalhos e construcções indispensaveis para a exploração; *segunda*, fornecer a agua necessaria para a lavagem do mineral, *emboira fiquem esgotados os seus tanques e paradas as suas azenhas*; *terceira*, fornecer das suas matas, e pelos preços da localidade, o combustivel destinado a fundição dos metaes.

Os direitos do proprietario da superficie no caso de concessão a um terceiro são: I ser indemnizado de todas as perdas e privações de gozo, que a exploração lhe causar; II receber uma parte do producto da mina; III em algumas provincias ser meeiro na exploração, se dentro de tres mezes declarar a sua vontade em relação a este objecto.

A propriedade das pedreiras é inherente a superficie, e por tanto a sua exploração permittida ao senhorio, com tanto que obedeça aos regulamentos de policia. Se o proprietario não explora a pedreira, pode qualquer pessoa exploral-a, indemnizando-o, se provar que a exploração é de utilidade publica, e a sua vantagem superior ao inconveniente de limitar o direito de propriedade. Os litigios a que der logar a exploração das minas têm jurisdição especial.

Os mineiros são isentos do serviço militar; e, no caso em que as circumstancias os façam chamar ao exercito, servem no corpo de sapadores.

A venda do mineral para o estrangeiro não é permittida sem

licença especial do governo Nos direitos de que o Estado goza em relação as minas, e de que é costume fazer menção no acto da concessão, ha ainda um da mais alta importancia, que consiste na preferença para compra dos productos da exploração, e especialmente no que respeita ao ouro e á prata.

Do que fica escripto se vê que a intervenção do Estado na Prussia perde o character de intervenção, tomando o de tutela; e todavia as condições que devem determinar o maior ou menor grau de intervenção, pronunciam-se todas naquella paz pela liberdade.

Isto mesmo partindo do principio da regalia, pelo que respeita á propriedade das minas; e muito mais, se a base adoptada fosse aquella que na primeira parte d'este escripto tentei mostrar que era a unica juridica

Se por um lado se dão ao proprietario da superficie direitos importantes, por outro impõem-se-lhe obrigações que a sciencia não justifica. A industria mineira é importante, ninguem o nega, e é digna de que o Estado a anime por todos os meios legitimos; mas não é a unica que merece a protecção dos poderes publicos. Ora contra esta doutrina levanta-se a legislação prussiana, quando manda ao proprietario da superficie que forneça agua até que se esgotem os seus tanques, e parem as suas azenhas

Não me alongarei em outras considerações; mas é facil de ver que muitas vezes os agentes officiaes da administração tomam o logar da sociedade que explora a mina, ou do concessionario. Não passarei adiante sem declarar que ha na legislação que acabo de expor, uma disposição que merece a todos os respeitoes a minha approvação. E a que isenta os mineiros do serviço militar A profissão do mineiro é de sua natureza tão rude, que alguém poderia suppor que os annos tomados pelo serviço militar seriam antes um allivio do que um gravame, um desafogo e não uma prisão. Creio que tal não acontece. Por dura que seja a vida de operario de minas, vê-se que nenhum a quer trocar pela de soldado Naquelle ha o habito que a tudo affaz, os encantos que nos não comprehendemos, mas que todos encontram na sua profissão, as relações com os companheiros de trabalhos e de perigos, muitas vezes uma familia querida, numa palavra, todas as raizes que nos prendem

ao solo em que vivemos, ao serviço em que nos empregamos, as esperanças que nos sorriem, aos pezares cuja memoria nos é preciosa. Verdade é que estas razões podem ser invocadas a favor de todas as profissões, mas a minha opinião é que nenhuma, salvo talvez a dos pescadores, merece tão sollicita protecção como esta. A disposição da lei prussiana não é, porém, somente abonada por esta ordem de razões Julgo que o seu fim foi evitar desfalque nas fileiras, quasi sempre raras, dos operarios de minas. Dizem alguns escriptores que a classe mineira é a que manifesta maior necessidade de permanecer na mesma localidade, e isto juncto as difficuldades que sempre se encontram na sua organização, parece-me razão sufficiente para justificar a disposição de que tenho tractado.

Ha quatorze annos foi revogada toda a legislação austriaca sobre minas, e estabelecida uma jurisprudencia uniforme para todo o imperio O preambulo do Decreto de 25 de Maio de 1854, que promulga e sanciona a Lei de 22 do mesmo mez e anno, é concebido nos seguintes termos:

« Nós, Francisco José 1.º etc., na nossa convicção de que a legislação das minas actual é insufficiente, que differe em muitas provincias da monarchia, e que enfim não esta já em harmonia com as outras partes da legislação geral, julgamos urgente o submeter as differentes leis em vigor, relativas as minas, a um exame serio, e em seguida redigir uma lei nova que satisfaça as necessidades actuaes da exploração das minas, e que esteja em relação com os outros ramos de administração publica »

A base da lei moderna é a mesma que a das leis antigas: o direito realengo. Não foi para a alterar que o imperador Francisco José publicou a Lei de 1854.

Ja tive occasião de mencionar as causas que preponderaram para que na Austria se seguisse o systema de exploração por conta do Estado, e agora devo dizer que um dos fins d'esta lei foi removel-as. Apesar de adoptado o principio regalista, e levado até ao ponto de não poder o proprietario fazer pesquisas no seu terreno sem licença previa, vê-se que ella foi zelosa em favorecer a multiplicação e o desenvolvimento das explorações, ja facilitando as

concessões, já empregando todos os meios para attrahir e fixar operarios, subtrahindo os trabalhos subterraneos ao regimen dissolvente do arbitrio, exigindo que cada concessionario redija e submetta á approvação do tribunal das minas um regulamento que seja como que uma carta, servindo de medida as obrigações dos operarios e dos exploradores, e de egide aos seus respectivos direitos. No mesmo intento, finalmente, a lei estabelece associações fraterneas, que o concessionario é obrigado a fundar e organisar convenientemente, e cujo fim é soccorrer os operarios necessitados, as viúvas e os orphãos.

Sem embargo, porém, tem continuado a prevalecer o systema da exploração por conta do Estado, porque a industria particular não se aumou, quanto esperavam, com a acção da Lei de 1854. E provavel comtudo que, tendo a Austria entrado numa epocha de reforma social, em que os seus interesses e os da liberdade tanto têm que ganhar, chegue á industria extractiva a occasião de occupar naquella paz a posição que lhe compete, e que não occupa ainda por falta de alguns elementos.

Resumir agora as disposições capitais da Lei de 22 de maio de 1854. Ninguém pode fazer pesquisas sem licença do soberano, licença necessaria, como já disse, até em relação ao proprio senhor do solo. Contrariamente a quasi todas as outras legislações, não se exige, para as pesquisas em terreno alheio, o consentimento do proprietario desse terreno. A auctorisação para as pesquisas não é concedida senão por um anno; mas, terminado este prazo, é renovada pelo tribunal das minas, se os trabalhos tiverem sido encetados. As pesquisas não são permittidas sem consentimento do proprietario: I no interior dos edificios habitados; II nos pátios cercados de muros; III nos terrenos situados a distancia de menos de tres toezas das propriedades indicadas.

Todas as pessoas que, em resultado de pesquisas legalmente feitas, descobrirem jazigos mineraes, têm direito á concessão pelo menos de uma *medida de mina*, e entende-se por medida de mina um rectangulo de 12,544 toezas quadradas (46). Se o jazigo é de hulha, o direito á concessão é pelo menos de duas medidas.

(46) A toeza quadrada de Vienna é igual a 3^m.597.

Estas medidas dobram quando a busca do jazigo foi feita por galerias a 50 toezas abaixo do solo. Muitas medidas de mina, encerradas todas na mesma concessão, formam um *campo de mina*.

Não se pode obter concessão definitiva senão depois de ter sido exposto a vista, e reconhecido como exploravel, o deposito das materias subterraneas.

Passarei em silencio as formalidades do processo para se obter a concessão definitiva, porque fazem parte da economia particular da lei, e o meu fim é só expor os pontos capitais.

Os effeitos principaes da concessão são tres: *primeiro*, direito exclusivo de explorar; *segundo*, aquisição da propriedade da mina, considerada pela lei como immovel; *terceiro*, faculdade de transmitir a propriedade da mina, com a unica obrigação de participar a transmissão ao tribunal das minas, antes de estar feito o registro da transferencia, e de junctar o contracto da venda, se esta tiver sido a forma da transmissão.

As principaes restricções ao direito de propriedade, impostas ao concessionario, são as seguintes:

I A reunião de muitas minas não pode realisar-se sem auctorisação previa, que não é concedida senão quando as minas são contiguas, e a reunião parece ser vantajosa para a exploração;

II O desmembramento de uma mina não pode igualmente ter logar sem auctorisação do governo, e debaixo da condição de que cada parte será reunida a uma mina contigua e independente,

III O concessionario é obrigado a sujeitar-se, no modo de aproveitar a sua propriedade, a todos os regulamentos administrativos;

IV O concessionario é obrigado a ter a mina em estado de lavra, salvo os casos de força maior;

V A propriedade das minas é sujeita as eventualidades de annullação da concessão, a qual todavia só pode ter logar em virtude de acto illegal, praticado pelo concessionario.

Na Suecia e na Noruega a base da legislação é o direito realengo, mas o governo so excepcionalmente explora por sua conta alguma mina, sendo todas as outras concedidas. Em obter uma

concessão ha notavel facilidade, e não pode, em caso nenhum, ser recusada ao descobridor. Este systema tem vantagens, mas tambem tem inconvenientes. Para as pesquisas é necessario consentimento do senhor da superficie, ou supprimento do governo.

O proprietario da superficie goza do importante direito de se associar com o descobridor, supportando uma parte proporcional dos encargos, e recebendo uma parte proporcional dos lucros. Alem d'isto o proprietario ha de ser indemnizado dos prejuizos que lhe forem causados

O concessionario, alem de ficar sujeito ás leis de policia e a quaesquer outras que o governo estabelecer, é obrigado a satisfação do imposto. Este consistia, segundo as antigas ordenanças, num decimo do producto liquido; mas, ou porque esta taxa tenha sido diminuida, ou porque o governo conceda modificações e isenções, no que sempre houve grande facilidade, a verdade é que as minas pagam realmente muito menos do que nos outros paizes. A prova d'isto está nos orçamentos. Em 1863 o imposto sobre as minas rendeu na Suecia 50:000 *especies*, e em 1860 na Dinamarca apenas subiu a 39:000 (47).

As minas estão sujeitas a tutela do Estado, cujo primeiro representante é o Collegio das minas, fundado em 1649 pela rainha Christina.

Para favorecer o recrutamento dos operarios de minas a lei sueca isenta-os do serviço militar, e de todas as contribuições. O governo occupou-se tambem em lançar as bases do credito mineiro, exemplo bem digno de ser seguido. Nesta empreza foi o Estado consideravelmente auxiliado pela sociedade dos concessionarios e proprietarios de minas (48). Finalmente o estabelecimento de instituições de soccorros está muito desenvolvido na Suecia. «Nas minas importantes (49) ha ordinariamente tres especies de caixas: uma de soccorros para os doentes e feridos; outra chamada dos pobres, que soccorre os operarios indigentes, enfermos ou in-

(47) Cada especie é igual a 18015 réis — *Quadro comparativo da estatistica geral de todos os paizes da Europa*

(48) Vej Delebecque — *Traité de la législation des mines*, t 1º p.º 229

(49) Durocher — *Ann des mines*, t 8º pag 252

validos; e outra chamada das escholae, que paga as despesas feitas com a instrucção dos filhos dos mineiros.»

Na Russia as minas são do proprietario da superficie, e como o soberano é o primeiro proprietario do imperio, é elle o senhor do maior numero de minas. Foi um Ukase de Pedro 1.º que estabeleceu o principio de que o proprietario tem o direito de explorar livremente os jazigos mineraes, situados debaixo do solo da sua propriedade, ou de conceder a outrem a exploração.

Para fazer pesquisas nas propriedades da coroa deve-se obter previamente licença do governo, a qual é concedida ou negada pelo ministro da fazenda. Se, em consequencia das pesquisas, se chega a descobrir uma mina, o descobridor fica com direito á concessão, que regularmente lhe não pode ser negada. Esta preferencia tem razão de ser, num paiz como a Russia, coberto de obstaculos naturaes, quem procuraria minas se não tivesse direito á concessão?

O tempo por que é feita a concessão varia, não em harmonia com uma regra fixa, mas segundo o arbitrio do governo. Um Ukase recente declarou que a concessão das minas da Siberia caduca no fim de doze annos; e as minas de carvão de terra, situadas na Russia meridional, são concedidas por vinte. O desejo de estabelecer disposições contrarias ao desenvolvimento da industria mineira encontraria nestas a sua completa satisfação. Alem d'isto o Estado pesa sobre as minas com impostos exorbitantes, cuja base é sempre o producto bruto, e cuja taxa é incerta, regulando ordinariamente, para as minas de ouro e prata, por 40%, e para as outras por 25%.

O governo pode tambem obrigar os exploradores a vender-lhe os productos da mina por preços previamente marcados por elle (50).

Em vista d'estas obrigações que trazem grandes obstaculos ao desenvolvimento de uma industria, a qual não necessitava d'elles para ter grandes difficuldades em progredir, entende Legoyt

(50) Vej o citado Commentario do sr Rebello da Silva, no Boletim do Ministerio das Obras Publicas de outubro de 1877

(51) que não ha, por conta dos particulares, exploração possível, senão na hypothese de que quantidades consideraveis de productos escapem a acção do fisco por se lhe occultar o verdadeiro rendimento, ou por connivencia com os agentes d'elle; o que julgo facil na Russia, cuja administração, tão espirituosamente satyrisada por N. Gogol no *Inspector*, offerece o typo da corrupção

Pergunto: pode desenvolver-se, normal e regularmente, uma industria que só não morre asphyxiada se recorrer á fraude?

Não param porem aqui os pesados encargos que a legislação moscovita impõe á industria mineira, que tão florecente podia ser naquelle paiz, se o Estado, em vez de a hostilisar, a auxiliasse. Os exploradores de minas concedidas pelo governo têm de sustentar uma população numerosa, porque por conta d'elles está tudo o que respeita á familia dos mineiros. Para avaliar a violencia d'este encargo basta saber que os recenseamentos de 1851 manifestam o seguinte:

População das minas — 587.000 individuos, dos quaes são	
operarios	150.000
	<hr/>
	437.000

A cargo dos exploradores fica por tanto o fornecimento de meios de existencia a 437.000 individuos, estranhos aos trabalhos das minas na sua quasi totalidade, porque é possível que um pequeno numero preste insignificantes serviços.

Se nos lembrarmos de que a isto accresce que os concessionarios são responsaveis pela conservação e decencia das igrejas, escholas e hospitaes da localidade das suas minas, despezas de sua natureza incertas, não antipathicas mas totalmente estranhas á laboração propriamente dicta de uma industria; teremos de sobejo explicado porque a Russia occupa o terceiro logar na producção do ferro, apesar de possuir elementos para ter uma lavra igual á do paiz que tem o primeiro, sem embargo das desvantagens,

(51) *Du de l'écon pol verb mines*

filhas da situação das suas minas mais importantes, do atrazo das vias de communicação, e das mas condições do commercio (interno) do ferro.

Se a solidariedade das industrias faz com que não seja só a Russia que soffre com este estado de cousas, é necessario reconhecer que ella é a primeira prejudicada, a principiar nos interesses do thesouro. Quem em 1865 lutou com as difficuldades inherentes a um deficit superior a quinze mil contos de réis, devia considerar que a industria extractiva, logo que as leis a colloquem em circumstancias normaes, pode contribuir efficazmente para o melhoramento das condições financeiras do imperio. Antes d'isso não.

Fallarei agora da Hespanha. Ligados os dois povos pela communidade de um grande numero de interesses, e separados pela lei das nacionalidades, nada do que respeita a um deve ser indifferente ao outro.

Causas por todos conhecidas, e entre as quaes occupa o primeiro logar a descoberta da America, contribuíram para que a industria mineira em Hespanha tivesse de trocar o seu antigo esplendor pelo mais deploravel abatimento. Era este em 1820 tão grande, que, á excepção da lavra das minas de mercurio de Almaden e das de ferro em algumas provincias, a industria extractiva jazia em completo abandono. Foi por esse tempo que a abolição dos regulamentos, e a promulgação de uma legislação harmonica com os typos modernos (52), deu algum alento a exploração das minas. E isto o que se vê na producção das fundições de ferro, que foi em

1820 de	18.700	quintaes
1823 de	234:000	»
1827 de	374:000	»

As ricas minas de chumbo das Alpujarras, abandonadas desde a expulsão dos mouros, chegou a sua vez de exploração com o decreto de 1821; e em 1826 estavam abertas perto de 4:000

(52) *Deer* das cōrtes de 22 de junho de 1821.

minas nas serras de Gador e de Lujar. Este Decreto das côrtes de 22 de junho de 1821, a que a industria mineira tanto deve, está, no meu modo de ver, longe dos principios em que se deve basear a legislação sobre minas; mas incontestavelmente foi elle quem arrancou a industria dos nossos vizinhos do estado de abatimento em que tinha cahido.

Hoje a Hespanha é regida nesta materia pelas Leis de 11 de Abril de 1849 e 6 de Julho de 1859, e Regulamento de 23 de Fevereiro de 1863, cuja exposição se pode ver na excellente obra do illustrado jurisconsulto, o Dr. D. Manuel Colmeiro, *Derecho administrativo hespañol*.

As produções mineraes silicosas e calcareas, as areias, as terras argilosas, as margas e outras substancias d'esta natureza, uteis a construção, á agricultura ou ás artes, não são consideradas pelo direito hespanhol como produções de minas (53). Para o aproveitamento d'estas substancias não ha necessidade de licença alguma, e nem elle está sujeito a legislação especial; todavia, se o dono das substancias enumeradas, que têm applicação á industria fabril, as não aproveita, e nega o seu consentimento a alguém que pretenda aproveitá-las para lhes dar aquella applicação, pode o consentimento ser supprido pelo governo, embora não seja quem as pede que as deva empregar nos usos indicados. Para que o governo conceda a auctorisacão, é necessario que quem a pede preencha um certo numero de condições, estabelecidas todas em favor do proprietario; ao qual a lei concede uma indemnisação excedente á quinta parte do valor do terreno, alem da reparação dos prejuizos e depreciações do predio.

E a applicação do principio de expropriação por utilidade publica, mas onde figura tambem um interesse particular, neste caso indispensavelmente ligado a ella. Estas concessões caducam: I se os trabalhos da exploração não são principiados dentro de um anno; II se as substancias exploradas não são empregadas no objecto para que foram pedidas.

As areias auríferas, e todas as outras produções mineraes dos rios, podem ser aproveitadas independentemente de licença, sempre

(53) Colmeiro, n.º 1583. Vej tambem os n.ºs seguintes.

que o aproveitamento seja feito por meio de estabelecimentos volantes.

As explorações, que se fazem independentemente de auctorisacão, e aquellas em que esta é unicamente para supprir a licença do proprietario, estão sujeitas apenas aos regulamentos de policia e a vigilancia relativa a segurança dos trabalhos.

São tambem de livre aproveitamento as terras ferruginosas, como ocres e almagres; porém, se a metallurgia do ferro as reclamar como matérias primas, reputam-se pertencas mineiras (54).

A legislação hespanhola adoptou o principio de que as minas são propriedade do Estado; e deve-se dizer que, no harmonisar similhante principio com os interesses da industria particular, conseguiu o que nenhuma outra conseguira ainda.

Os trabalhos de pesquisa por meio de *calicatas* (55) são permittidos a nacionaes e estrangeiros. Se o terreno que se quer pesquisar é particular, e contem arvores ou vinhas, ou é destinado a pastos e trabalhos, é necessario obter licença do proprietario, a qual, no caso de recusa, pode ser supprida pelo governador da provincia, com recurso para o ministro do fomento. Da negação de licença por parte do proprietario não ha recurso para a auctoridade, se a pesquisa tiver de ser feita em jardins, hortas ou terras de rega. O proprietario pode exigir, sempre que o julgue necessario, uma fiança que lhe garanta a indemnisação dos prejuizos.

Finalmente é prohibido abrir *calicatas*, a distancia menor de 40 metros de qualquer edificio, caminho de ferro, estrada, canal, fonte, bebedouro, ou outros logares gravados com alguma servidão publica, sem auctorisacão do governo; e a distancia menor de 1.400 metros das praças fortificadas sem licença da auctoridade militar. Nestes casos não ha recurso da negação do consentimento para a abertura das *calicatas*.

Descoberta uma mina, ninguem tem direito a explorá-la senão o Estado, que de ordinario o transmite, concedendo a mi-

(54) Colmeiro, n.º 1595.

(55) A *calicata* consiste numa excavação que não deve exceder 2 metros de extensão e 1 de profundidade.

na; o que importa para o concessionario a aquisição da propriedade d'ella. A concessão faz-se por um de dois meios: a *investigação* e o *registro*. Nesta parte afasta-se a lei hespanhola das leis dos outros paizes.

Se eu accettasse a doutrina que ensina que as minas são do Estado, avaliaria agora o merecimento relativo das diversas legislações, comparando-as nesta parte com a hespanhola; mas como a rejeito, facil é de ver que apenas me compete expor.

«A investigação differença-se da calcata, porque suppõe trabalhos muito mais extensos e importantes ... que podem ser ou deixar de ser continuação d'aquelles (56)». Registro é a petição de uma *pertenencia* (57), esteja ou não esteja descoberto o mineral, tenha ou não tenha havido *calcatas*. O registro applica-se tambem as minas antigamente exploradas e ás modernamente concedidas, mas cuja concessão caducou.

Quem preferir, para obter a concessão de uma mina, o meio da investigação, deve fazer um requerimento ao governador da provincia pedindo licença para começar os trabalhos, e fazendo uma serie de declarações que a lei exige para evitar duvidas posteriores. Quaes sejam estas declarações pode vêr-se na obra citada do Dr. Colmeiro, n.º 1614. Em acto continuo a apresentação do requerimento deve o governador da provincia lançar-lhe a declaração de que o admite, salvo sempre melhor direito. O requerimento é lançado num livro denominado de *Investigações*; e neste lançamento devem-se observar todas as formalidades que asseguram a applicação do principio — *qui prior est tempore, potior est jure*. Os requerimentos do registro são lançados em livro identico, destinado para este fim e com as mesmas formalidades.

Em seguida, compete á auctoridade dar toda a publicidade aos requerimentos de investigação ou de registro. Depois da publicação quem se julgar com melhor direito a concessão da investigação ou do registro da mina, deve reclamar perante o governador da provincia; e tem então logar um processo que termina pela decisão do mesmo funcçionario, da qual ha recurso para o governo.

(56) Colmeiro, n.º 1612

(57) Por esta palavra exprimem os hespanhoes a superficie da concessão, o perimetro.

A licença para investigação dura seis annos; e, se passados elles, continuam os trabalhos em grande profundidade, o ministro pode, depois de informado pela auctoridade administrativa e pelo engenheiro respectivo, prorogar-a por outros seis annos.

A permissão para investigar não importa a livre disposição dos mineraes

O registrador é obrigado a executar um *trabalho legal* dentro de 4 mezes contados da apresentação do seu requerimento, ou desde o dia em que lhe tiver sido notificado o decreto favoravel á sua pretensão, no caso em que tenha sido necessario o supprimento do consentimento do proprietario do solo, ou em que tenha havido opposição de terceiro.

A lei chama trabalho legal uma obra subterranea de poços ou galerias de 10 varas (8,^m40) de comprimento (58), e cujo fim é tornar certa a existencia do mineral.

Ao registrador é lícito converter em investigação o registro, antes ou depois de estar concluido o trabalho legal

Para ter logar a concessão é ainda necessaria a demarcação previa, que ha de ser requerida pelo registrador dentro dos 3 mezes posteriores á admissão do registro, e pelo investigador logo que tenha encontrado minerio sufficiente. Nos 30 dias immediatos á demarcação deve o governador da provincia remetter ao governo o processo acompanhado pelos termos das opposições, se as tiver havido, e pelo seu informe motivado.

Se tiver havido opposição, o governo decide, ouvindo a secção de governação e fomento do Conselho de Estado; e, se as duvidas versarem sobre pontos technicos, a Junta superior facultativa de minas. Decidida pelo governo a concessão, expede-se ao concessionario um titulo de propriedade, em que vão declaradas as obrigações geraes e especiaes a que fica sujeito. As concessões são por tempo illimitado.

Constituida a propriedade subterranea a favor do concessionario, a primeira obrigação que a este incumbe é lavar a mina, objecto da concessão. A lavra não pode ser feita senão em virtude de um plano combinado com o governo.

(58) Vej. A. F. Pothier na obra já citada, pag. 40

As minas estão sujeitas a duas especies de impostos, um canon fixo que para umas é de 200 reales de vellon, para outras de 300 por cada rectangulo de 200 metros de largura e 300 de comprimento, e outro proporcional de $\frac{3}{10}$ do producto bruto. Do primeiro imposto são isentas por 20 annos as *pertenencias* de minas de ferro; e do segundo são alliviados, tambem por 20 annos, os combustiveis mineaes, os muerios de ferro, a calamina, a falsa-galena e os seus productos (ferro, coke e zinco).

Os casos em que o concessionario perde a propriedade da mina são: 1.º quando as clausulas da concessão indicadas no titulo de propriedade não são cumpridas; 2.º quando os trabalhos ameaçam ruina em consequencia de má direcção ou execução, e sempre que o explorador desobedeça ás intimações que lhe forem feitas para consolidar os trabalhos em harmonia com as instrucções do engenheiro official; 3.º quando, pela falta do pagamento do canon devido ao Estado, o explorador foi declarado insolvente, 4.º quando os trabalhos não são conservados no estado de actividade prescripto pela lei. Como causas justificativas das faltas mencionadas nos numeros 1.º e 4.º a lei admite os casos de guerra, fome e peste, num raio de 60 kilometros, e os de terremoto, incendio, inundação e tempestades, que obstem ao trabalho, assim como todos os outros casos de força maior, devidamente provados.

Do que fica exposto se vê que o senhor do solo não tem direito senão á indemnisação dos prejuizos, o que constitue quasi uma singularidade em legislação de minas, sendo, porem, para notar que, neste caso, a coherencia esta do lado da excepção, porque, se as minas são do Estado, o proprietario da superficie não tem direito nenhum a receber uma parte do producto da exploração.

Para concluir a exposição da legislação hespanhola, acrescentarei que o systema de exploração por conta do Estado é ainda seguido em relação ás minas mais importantes, taes como as de mercurio de Almaden e de Almadegenos, as de cobre do Rio-Tinto, as de chumbo de Linares, e outras.

Expuz a lei da Hespanha com maior extensão do que costumo, por motivos facéis de avaliar, o interesse que nos deve merecer tudo o que é relativo aos nossos vizinhos, e tambem as particularidades da propria lei, que em algumas partes, taes como os dois

systemas de investigação e registro, se afasta completamente de todas as legislações dos outros paizes.

Em todos os Estados da Allemanha está adoptado o principio do direito realengo como base da legislação, e não ha especialidades nas leis de cada um que as tornem dignas de serem expostas detidamente. Expol-as-hia, em resumo, se não fosse o receio de alongar demasiado esta parte do meu trabalho. Não devo, porém, passar em silencio a legislação da Saxonia, embora a razão apontada me obrigue a ser breve.

O direito realengo esta dividido na Saxonia em alta e baixa regalia. A primeira comprehende o ouro, a prata, o sal-gemma e as gemmas; a segunda abrange todas as outras substancias mineaes (59).

A exploração por conta do Estado não é frequente como na Austria e na Prussia, e as minas são quasi todas concedidas. Pesa, porem, sobre ellas uma variedade de impostos realmente notavel, não porque sejam muito onerosos, mas porque são em numero de tres para algumas minas, e de quatro para outras. O descobridor da mina goza do direito de preferencia para a concessão, excepto se a mina e de hulha, porque então o preferido é o proprietario da superficie, em virtude das disposições de uma Ordenança de 1749 (60).

A concessão annulla-se, se a exploração esta parada durante seis mezes, ou se ha demora de um anno na satisfação dos impostos.

O proprietario da superficie tem direito, alem da indemnisação, apenas a uma das acções que representam a propriedade da mina. Negando ao proprietario participação no producto da exploração, do mesmo modo que em Hespanha, a lei concede-lhe, porém, gratuitamente uma insignificante parte naquella propriedade.

Os trabalhos da exploração estão sujeitos, não á approvação, mas a direcção da administração, representada por um numero pessoal tecnico, que pensa, em tudo e por tudo e a todos os momentos, sobre a iniciativa dos concessionarios.

Um privilegio de que o Estado goza, e com o qual não

(59) Vei Dalloz, *Jurisprudence générale*, verb *mines*, n.º 34

(60) Delebecque, na obra citada, tom 1.º, n.º 103

posso concordar (61), é o monopólio do tratamento dos minérios, e a obrigação que os exploradores têm de lh'os venderem por preços anteriormente fixados.

Os auxílios prestados pelo governo á industria mineira são importantes. Para attrahir operarios, estabeleceu uma caixa de socorros, que assegura protecção aos necessitados e enfermos. Para animar a industria, creou uma caixa particular chamada de auxilio, cujo fundo é constituido pelo producto de certos direitos reaes, para lhe fazer adiantamentos e empréstimos sem juro. Finalmente é vulgar mandar o governo proceder, por sua conta, as obras mais dispendiosas, taes como galerias de esgoto, que certas companhias não poderiam emprender. As minas a que o Estado presta este serviço pagam-lhe um imposto, a que as outras não estão sujeitas.

A lei que rege as minas nos Estados Pontificios, é o Editto do Cardeal Camerlengo, de 7 de abril de 1820; vigorava em 1863 nos antigos Estados romanos que foram annexados ao reino de Italia, excepto nas Marcas. Ignoro se posteriormente houve providencia a este respeito, alem da publicação do Código civil de que fallarei adiante.

Distinguem-se, nos Estados Romanos, quatro especies de substancias mineraes e fosséis. 1.^a minas de metaes propriamente dictas; 2.^a minas de substancias não metallicas; 3.^a pedreiras de marmore, alabastro e outras pedras valiosas; 4.^a pedreiras de pedras para construcção, pedras calcares e outras do mesmo genero.

Em virtude do principio realengo, o governo pontificio tem o direito exclusivo de explorar as minas, ou de conceder a exploração a particulares. Hoje apenas explora por sua conta as minas de sulphato de ferro de Viterbo, e a de alun da aldeia de Allumiera.

No acto da concessão o governo impõe aos concessionarios as condições que julga conveniente, e entre ellas a de pagarem um canon na vespera de S. Pedro na *camara dos tributos*, e a de repararem todos os prejuizos causados ao proprietario da superficie.

(61) Vej pag 32

A administração das minas está a cargo do thesoureiro geral.

Antes da constituição do reino de Italia havia, alem da legislação romana, que acabo de expor, legislações diversas para o Piemonte, para a Toscana e para as Duas Sicilias. A Lei sarda, cuja data é de 20 de novembro de 1859, vigorava tambem na Lombardia e nas Marcas.

O principio da regalia prevaleceu na Toscana até 1788. Nesse anno o celebre Acto de 13 de maio denominado *Motu proprio*, publicado pelo grão-duque Pedro Leopoldo, aboliu o direito realengo, e declarou que a todos era permittido, sem necessidade de auctorisação previa, procurar todas as ordens de riquezas subterraneas e assenhorear-se d'ellas. O artigo 2 do Decreto estabeleceu que, para pesquisas em propriedade alheia, era indispensavel o consentimento por escripto do proprietario. Finalmente no mesmo Decreto foram tomadas algumas providencias de policia, mas só relativas á segurança publica.

O artigo 477 do Código civil do antigo reino de Napoles dispunha o seguinte: «A propriedade do solo comprehende a propriedade da superficie e da parte subterranea.» É a consignação da theoria da accessão. A disposição d'este artigo foi desenvolvida e regulamentada na Lei de 17 de outubro de 1826, que auctorisava o proprietario a procurar e explorar minas no seu terreno, e a concedel-as a outrem. No caso, porem, de haver evidentes signaes da existencia de uma mina, e o proprietario se recusar a procural-a ou a exploral-a, intervem o governo concedendo a outrem o direito de explorar. O concessionario é obrigado a dar uma compensação ao proprietario, a qual, na falta de accordo, é arbitrada pelo juiz.

As minas encontradas em terrenos publicos são concedidas ao descobridor. Em 1806 as minas foram obrigadas ao imposto territorial.

A Lei sarda, que é a Ordenança de 20 de novembro de 1859, foi modelada pela Lei franceza. Segundo ella ha sempre necessidade de concessão, e ate as pesquisas não podem ser feitas sem consentimento do governo. O descobridor da mina goza do direito de preferencia, que é absolutamente recusado ao proprietario da superficie.

A concessão confere ao concessionario a propriedade definitiva, salvas as disposições de interesse geral, e especialmente a obrigação de explorar e a prohibição de abusar (62).

Depois da annexação da Toscana e de Napoles, nenhum d'estes antigos Estados deixou de se reger pela sua lei mineira, anterior á constituição do reino de Italia.

Hoje ha o Codigo civil obrigatorio para todas as provincias do reino, e promulgado a 30 de junho de 1865. As disposições que ahí nos interessam são as seguintes: — Art. 431 «As minas e as salinas são reguladas por legislação especial.» Art. 436 «A propriedade é o direito de gozar e dispor das cousas da maneira a mais absoluta, com tanto que d'ellas se não faça um uso prohibido pelas leis ou pelos regulamentos.» Art. 440 «Quem tem a propriedade do solo tem igualmente a do espaço superior e de tudo o que se acha sobre a superficie e debaixo d'ella.»

Qual é a legislação especial de que falla o art. 441? Sera a Ordenança de 20 de novembro de 1859? Sera o *Motu proprio* para a Toscana, e a Lei de 17 de outubro de 1826 para Napoles?

E o que não posso dizer. E porém de presumir que a Italia queira hoje a sua legislação de minas unificada, e que, por isso, exista ou venha a existir um regulamento geral que dê execução ao artigo 431 do Codigo.

Segundo o Alcorão so Deus é proprietario real e absoluto da terra, e o sultão seu administrador. O solo é julgado, pois, pertença do Estado, tanto á superficie como no interior. O direito realengo, mais absoluto e elevado a altura de um dogma religioso, e, por tanto, na Turquia o fundamento de toda a legislação mineira.

Em consequencia d'isto o sultão é, como representante de Deus na terra, proprietario de todas as minas, das quaes a maior parte são exploradas por conta do Estado. Este systema, vicioso em si, como já se viu, não tem aqui por causa, como em alguns Estados da Allemanha, a insufficiencia da industria particular, e por fim o aproveitamento da riqueza mineral, que sem a intervenção do governo ficaria perdida para todos.

O direito realengo é na Turquia um instrumento do fisco, e

os interesses do thesouro são o unico alvo a que mira a exploração das minas. Nos outros paizes em que as minas são exploradas por conta do Estado, uma parte dos productos da exploração é destinada a despezas feitas com a industria extractiva, taes como construcção e reparos das vias de communicação, aperfeiçoamento dos methodos de extracção, subvenções as caixas de soccorros, etc., ao passo que no imperio ottomano nem um seutil e distraído do thesouro a favor das minas.

Nos ultimos tempos, isto é, ha doze annos, o governo turco tem mostrado vontade de ceder a exploração de varias minas á industria particular; mas, como o fim da concessão é crear novos recursos para o thesouro, os capitalistas têm geralmente fugido d'esta ordem de empresas. Nem outra cousa era de esperar em vista da lei que rege as concessões, e cujos pontos capitaes passo a expor.

Em virtude do Hatti-Humayoun de 18 de fevereiro de 1856 todos os subditos turcos podem obter uma concessão, e explorar uma mina, faculdade de que não gozam os estrangeiros. A concessão é temporaria, e regula entre 10 e 20 annos. Como se ha de esperar que o concessionario empreehenda obras dispendiosas, se não pode tirar proveito d'ellas senão durante 20 annos quando muito? Que interesse pode ter o explorador em seguir os methodos de lavra que mais poupam as forças do jazigo, se não pode contar com a exploração senão durante um curto espaço?

Alem d'isto os concessionarios não podem vender nem trocar os minerios, os quaes, apenas extrahidos, são entregues aos agentes do governo, que os paga por preços por elle determinados e sempre muito baixos.

Juncte-se a estas desfavoraveis condições, em que a lei colloca o concessionario, o imposto de 20 0/0, e fica explicada a razão por que raras são as pessoas que se arriscam a accetar uma concessão.

O possuidor do solo, debaixo do qual a mina é encontrada, e o descobridor, se ella é situada em terreno publico, gozam do direito de preferencia para concessão, de que geralmente não usam, pelas razões expostas.

Na Grecia a Lei geral de minas data apenas de 22 de agosto

(62) Vêj Dic Pol verb — *propriété souterraine*

de 1861, e na sua redacção tomou-se por typo a Lei franceza. As substancias mineraes são divididas em tres classes: minas — mineiras — e pedreiras. A exploração das minas não pode ter lugar senão em virtude de concessão, as mineiras podem ser exploradas logo que se obtenha uma simples licença do governo; finalmente, o aproveitamento das pedreiras é independente de qualquer auctorisação.

A lei declara que a propriedade mineira é uma instituição puramente civil, que não tem existencia anteriormente a concessão, e que esta só pode ser feita pelo governo.

O proprietario do solo não tem direito de preferencia para a concessão, mas so a uma parte do producto da exploração, que não pode exceder a 5 0/0.

As restricções, a que a propriedade mineira está sujeita na Grecia, são as seguintes: I sujeição ás leis de policia; II prohibição de transferencia e ainda de aluguel sem previa auctorisação; III obrigação de conservar a mina num certo estado de lavra; IV prohibição de executar trabalhos, sem licença do interessado, a distancia menor de cem covados reaes (64^m.748) dos logares habitados ou cercados de muros.

O descobridor não tem direito de preferencia para a concessão, mas deve-lhe ser retribuido o seu serviço por meio de um premio, que é determinado no acto da concessão, e a favor do qual ha hypotheca legal sobre a mina.

Os proprietarios de minas são obrigados:

I A satisfazer todas as obrigações impostas no acto da concessão;

II A indemnisar o proprietario do solo, cujos terrenos occupam;

III A indemnisar os proprietarios das minas vizinhas, quando os trabalhos da exploração lhes causem algum prejuizo;

IV A dar, no caso de fazerem trabalhos debaixo de construcções habitadas, ou dos logares a cuja superficie se façam outros trabalhos de industria ou agricultura, todas as garantias de que os prejuizos serão reparados;

V A proseguir nos trabalhos da exploração sem interrupção;

VI A pagar ao Estado o respectivo imposto de 5 0/0 do pro-

ducto liquido. As pedreiras 10 0/0. As mineiras não têm taxa fixa, mas não podem ser obrigadas a mais de 10 0/0.

Em relação a estas cumpre advertir que ha dois casos em que a sua exploração depende de concessão: 1.º se a exploração a ceu aberto é impossivel; 2.º se, ainda que possível, deve ser de curta duração, e torna impossivel a exploração por poços e galerias.

As providencias de policia e de segurança publica são analogas as da legislação franceza, sendo porem omissa a Lei de 22 de agosto de 1861 nas disposições relativas ao caso de perigo imminente, porque não auctorisa os engenheiros de minas ou as auctoridades locais a proceder com as cautelas que as circunstancias muitas vezes exigem.

O producto liquido das minas está sujeito ao pagamento de um centesimo por drachma, destinado a caixa de socorros, creada a favor dos operarios e das suas familias (63).

A Inglaterra não tem lei geral que abranja as disposições genericas e especiaes que a lei de minas deve conter. Em alguns pontos rege-se não por direito escripto, mas pelos costumes.

O direito realengo vigorava para as minas de ouro e de prata, cujos productos eram destinados á cunhagem da moeda. Um Acto do parlamento do primeiro anno do reinado de Guilherme e Maria (1688) determinou que nenhuma mina de estanho, chumbo ou cobre, fosse considerada mina real; e veio assim restringir a legislação anterior, a qual conferia ao soberano a propriedade das minas que contivessem ouro ou prata misturado com o metal principal. Um outro Acto do mesmo reinado (1693) ampliou a disposição de 1688 a todas as minas nas circunstancias referidas, que a esse tempo pertencessem ao soberano.

A jurisprudencia applicada ás minas reaes continha duas hypotheses (64). Ou a coroa tinha o direito de entrada, ou não tinha. No primeiro caso pertencia-lhe auctorisar as pesquisas, e fazer

(63) Vej ácerca das circunstancias das minas na Grecia Edmond About — *La Grèce contemporaine*, pag. 166 a 170.

(64) Vej o sr. Rebello da Silva no já citado Commentario, pag. 118, no Boletim do Ministerio das Obras Publicas de julho de 1859.

a concessão; no segundo não podia dar licença para as pesquisas, mas, aberta a mina, podia impedir o proprietario de a explorar, e explorá-la directamente, ou concedel-a

Refiro estas disposições como pertencentes a historia, não porque fossem legalmente abolidas, mas porque cahiram completamente em desuso, regendo hoje a materia o principio da inherencia da propriedade subterranea a superficie

A intervenção do Estado nesta industria é quasi nulla Limita-se a fiscalisar a execução dos Actos de 1846, 1850 e 1855; o primeiro dos quaes não permite ás mulheres e as crianças do sexo masculino, menores de 10 annos, o trabalho subterraneo, e proíbe que os pagamentos aos mineiros sejam feitos em tabernas

Todas as outras disposições d'estes Actos referem-se, como já se viu, aos desastres (65) Infelizmente o fim que se tinha em vista, com a publicação d'estas providencias, não se realisou; o que não admira, attendendo ás lacunas dos Actos de 1848, 1855, e especialmente do de 1850; o qual, mesmo em caso urgente, não authorisa os inspectores a tomarem as providencias proprias para prevenir o perigo ou tornar menos terriveis os seus effeitos, e apenas manda que intimem os exploradores para que tomem estas providencias. Nestas circumstancias era de suppor que a desobediencia a intimação tivesse penalidade marcada na lei Pois não tem, e tudo se reduz a entregar o engenheiro ao explorador uma declaração escripta, enumerando os perigos, e a mandar um duplicado d'esta declaração ao secretario de Estado. O Acto de 1855 podia ter preenchido esta e outras lacunas, mas não o fez.

Antes de fallar da legislação especial que rege algumas minas da Gran-Bretanha, direi que o systema de liberdade, tal qual actualmente vigora não é approvado por alguns escriptores d'esta materia. Dalloz (66) não confia no systema, e entende que elle traz necessariamente graves inconvenientes, e que, se a industria mineira está florescente em Inglaterra, não é em virtude de semelhante regimen, mas apesar d'elle O Sr. Rebello da Silva, apesar de partidario fervoroso do direito realengo, parece não

(65) Vej pag 49 e 50

(66) *Jurisp gén. verb. mines*, n.º 29.

condemnar absolutamente o systema, e so o rejeita para os paizes continentaes, chegando a dizer que na Gran-Bretanha não produziu elle senão estímulo e progresso, e que lá nos apparece victorioso e bem accerto.

O systema inglez (salvo na parte em que diz respeito a desastres) parece-me harmonico com os seus principios economicos e com as circumstancias da Inglaterra. No dizer de Dalloz, a riqueza do solo e o espirito eminentemente pratico e industrial dos inglezes têm sido os correctivos do systema da liberdade, e eu entendo que, logo que ha uma força capaz de combater os abusos que d'este systema podem nascer (de todos nascem), não ha que hesitar em se dever abraçá-lo, como unico admissivel Quem nega hoje a excellencia da liberdade de industria? A quem não peza que o atrazo social, relativo ao espirito de associação, á iniciativa individual, á confiança dos capitaes em alguns ramos da industria, e as vias de comunicação, obste a pratica ampla e completa dos bons principios economicos sobre liberdade industrial? E se isto assim é, achando-se a Inglaterra nas circumstancias de lhe poderem ser applicados estes principios, como é que se diz que a industria mineira floresce em Inglaterra *apesar do regimen liberal?*

Encerrarei a exposição do direito inglez com a menção das especialidades relativas a algumas minas — As de estanho dos condados de Cornwall e Devon, e as de chumbo do Derbyshire estão sujeitas a regulamentos, cuja execução é rigorosamente vigiada. Nas provincias de Cornwall e Devon, os fins principaes d'estes regulamentos são (67): I regular o direito dos proprietarios do solo e o dos exploradores das minas; II compellir os exploradores a cumprir as obrigações que lhes foram impostas, de pagamento de imposto ao Estado, e de indemnisação ao proprietario do solo, III. assegurar, por medidas rigorosas de policia, a percepção exacta do rendimento do soberano, e a circulação do estanho no commercio, quando o metal deve ser entregue ao mercado com um peso legal; IV prevenir as fraudes entre os consocios da empreza, e reprimir os delictos commettidos por todos os que estão sujeitos a jurisdicção do *stanary* (68)

(67) Delebecque na obra citada, n.ºs 252 e seguintes

(68) *Stanary* é o tribunal a que privativamente estão sujeitos os minei-

As disposições particulares ao condado de Derby contêm: — I. as regras que se devem seguir para obter a faculdade de pesquisar uma mina novamente descoberta, ou recommençar antigos trabalhos, dessecando-as por meio de machina ou de galeria de esgoto; II as condições a que deve satisfazer, quem quizer explorar uma mina e tratar os minérios, para os vender em seguida com todas as seguranças que exige a lealdade do commercio; III o modo de proceder no caso de contestação, quer ella verse sobre o direito á mina, quer tracte de arresto sobre ella, quer a duvida seja entre diversos pretendentes a uma mina nova, ou entre explorações vizinhas, ou enfim entre os operarios e o proprietario da mina por causa de retenção do salario; IV. as attribuições particulares do *bergmayster* (69), ou do seu delegado nos casos — 1.º de arresto ordenado pelo tribunal, 2.º de demora por parte dos associados no cumprimento dos seus compromissos; 3.º de visita a mina feita por elle ou por um dos 24 jurados; 4.º da morte d'algum mineiro dentro da mina, V. as penas que a lei impõe aos concessionarios que trabalharem em concessão alheia, aos associados remissos em pagar, aos que roubarem o mineral ou qualquer objecto pertencente á mina; VI. finalmente o modo de distribuição das multas impostas aos delinquentes, e os meios de assegurar o pagamento de todas as que forem devidas segundo o uso das minas (70).»

Na Polonia os direitos da propriedade particular foram sempre escrupulosamente respeitado, e o direito allemão sobre minas nunca foi applicado senão ás situadas em terrenos da coroa. O direito absoluto de propriedade chegava ás profundidades da terra, ainda através do estreito rego do pequeno proprietario.

Quando o Codigo civil francez foi declarado lei do grão-ducado de Varsovia (1 de Maio de 1808), a disposição do artigo 552 (71) encontrou na Polonia um paiz habituado a ella. A Constituição

ros O seu presidente é o lord warden das minas, e das suas sentenças não ha appellação senão para o Conselho privado do Duque de Cornwall.

(69) *Bergmayster* é pessoa a quem o rei cedeu o direito de propriedade.

(70) Delebecque n.º 259, citado por Dalloz n.º 30

(71) « La propriété du sol emporte la propriété du dessus et du dessous »

de 1815 e o Estatuto de 1832, confirmando aquella disposição, não fizeram mais do que consolidar uma legislação secular. Em todos os Estados prevaleceu, mais ou menos, o direito realengo; só a Polonia soube manter intacto o direito de propriedade (72).

Fôra da Europa mais de uma razão me determina a dizer quaes são os principios que regem a materia nos Estados-Unidos, e algumas palavras ácerca do Brazil

E escusado fallar da riqueza subterranea da grande republica americana, e das condições que la favorecem a industria extractiva. Todos sabem que o seu solo é abundantissimo em ouro, prata, cobre, ferro, zinco, chumbo, nickel, betume, sal, e sobre tudo em carvão; e que ali se encontram, alem da riqueza, as condições quasi indispensaveis de numerosas vias de comunicação, abundancia de combustivel e genio emprehendedor nos seus habitantes.

Segundo o calculo do engenheiro de minas Laur, a zona aurifera da California forma uma superficie de 19:000 kilometros quadradados, cuja produção ainda em 1862 apresentou um excesso de 22 milhões de dollars em relação a de 1859. A superficie do terreno carbonifero descoberto até 1864 era então avaliada por diversos modos; os que a julgavam menor, reputavam-n'a em 133:133 acres, em quanto outros a elevavam a 200:000 acres. A media é de 166.566½, algarismos a que julgo prudente limitar a avaliação, e que davam naquelle anno aos Estados Unidos um territorio carbonifero onze vezes superior ao de Inglaterra. Isto basta para que não deva passar em silencio a legislação americana sobre minas, embora sejam escassos os elementos de que disponho para a expor; mas a todos occorre que num paiz, onde quasi não ha restricções ao exercicio dos direitos civis e politicos, a propriedade das riquezas subterraneas não pode ser considerada do Estado, nem este intervir directamente na industria mineira. Effectivamente, a propriedade mineira aproxima-se na America da propriedade territorial, quanto é possivel, e adquire-se como dependencia d'esta, ou em virtude do direito de occupação, quando se tracta de jazigos

(72) Vey na *Revue critique de législation et de jurisprudence*, t. 14, um artigo de M. L. Woloswki.

situados em terrenos que não tenham sido ainda apropriados. O rendimento das minas esta, como todas as fontes de receita particular, sujeito ao imposto; mas não posso dizer qual é a sua taxa porque a ignoro, sendo provavel que não seja forte.

Os principios que regem a intervenção do Estado são os mesmos que a regulam nas outras industrias, isto é, deixam ao industrial toda a liberdade possivel; liberdade que tao bem comprehendida tem sido pelos americanos, que não sei que se possa desejar a uma industria maior prosperidade do que a das minas tem tido na republica de Washington.

O Brazil, depois de se separar de Portugal, continuou a reger-se pela Ord. liv. 2.º, tit. 34, sendo por conseguinte necessaria a concessão para a exploração de qualquer mina. A Lei de 26 de Outubro de 1827 reduziu o imposto do quinto a 5⁰/₁₀ do producto liquido.

Posteriormente algumas providencias especiaes têm sido publicadas, mas de que não vale a pena fazer aqui menção (73).

II

Chego finalmente ao estudo da legislação portugueza, sempre importante, interessantissimo hoje depois da publicação doCodigo Civil. Antes, porem, procurarei a filiação do Decreto com força de lei de 31 de Dezembro de 1852, que constituiu, até 22 de Março do presente anno, a nossa Lei de minas.

Em Portugal dominou sempre o principio do direito realengo, já reconhecido numa lei de D. Affonso III, e que D. Duarte consignou e desenvolveu noutra lei. Esta passou para a Ord. Aff. liv. 2.º tit. 24. — *Dos direitos reaes*, que diz no § 26: «Item. Direito real é argentaria, que significa veias de ouro e de prata, e qualquer outro metal, as quaes todo o homem poderá livremente cavar em todo o logar, comtanto que antes, que o comece a cavar,

(73) Sobre o direito comparado vej. Dalloz, verb. *mines* — Si Rebello da Silva no já citado Commentario — Delebecque na obra citada — Dic. Pol. verb. — *propriété souterraine* — Dic. de l'économie politique, verb. *mines*

de entrada pague a El-Rei oito escrupulos de ouro, que valem tanto como uma coroa de ouro cada um; e alem d'estes oito escrupulos de ouro, que assum ha de pagar de entrada, por cavar qualquer metal, aquelle que cavar ouro, por ser em si mais nobre e excellente metal, que outro nenhum, pagara mais em cada anno ao dicto Senhor sete escrupulos de ouro; e quando qualquer outro metal, que não seja ouro, cavar, pagara em cada um anno uma libra de quatorze onças; e alem d'isto pagara mais a El-Rei de todo o metal, que purificar, duas dizimas, se o dito metal for cavado em terra de El-Rei; e sendo cavado em terra de alguma privada passoa pagara ao dito Senhor uma dizima, e a outra pagara ao senhor da terra, e toda a maioria será d'aquelle que o hover cavado.»

Esta doutrina passou igualmente para a Ord. Ph. que no liv. 2, tit. 26, diz: «Direito real é poder crear capitães na terra e no mar. § 16 Item os veieiros e minas de ouro, prata, ou qualquer outro metal.» No mesmo liv. tit. 34, — *Das minas e metaes* — estabeleceu o legislador as providencias que julgou mais proprias para a fiscalisação dos interesses do soberano, e para animar a exploração das minas, permittindo a todos a busca de veias de ouro, prata e outros metaes, dando ao descobridor um premio de 20 cruzados, e concedendo-lhe a exploração. Posteriormente, publicaram-se muitas providencias especiaes de diversa natureza e para diversos fins, cuja enumeração se pode ver no *Reportorio* de Fernandes Thomaz, verb. *minas* (74).

Em 1832 o direito realengo levou um golpe de que nunca deveria levantar-se, se as desgraçadas condições economicas do paiz lhe não dessem a mão em 1836.

O Decreto de 13 de Agosto de 1832 é um documento que se recommenda, independentemente da sua materia, pelo nome illustre do seu auctor, José Xavier Mousinho da Silveira. Mas, se o nome recommenda a obra, o que se não deverá dizer d'ella, sabendo-se que o seu fim foi revogar a Ord. liv. 2.º tit. 26? Extinguindo os direitos reaes, o legislador não podia esquecer, e não

(74) Vej. tambem o Commentario do Si. Rebello da Silva, pag. 164, no Boletim do Ministerio das Obras Publicas de Maio de 1857

esqueceu as minas. O art. 17 diz: «As minas de ouro, e de prata, e de qualquer outro mineral são inherentes a propriedade, e fazem parte d'ella, salvo as contribuições.»

Esta disposição mereceu ao illustrado commentador da nossa lei de minas algumas censuras, com que me não posso conformar, salvo o respeito devido a tão grande auctoridade. «Determinando que as minas eram inherentes á propriedade e faziam parte d'ella, diz elle, o Decreto de 13 de Agosto enunciou apenas um principio absoluto e contestavel, sem fixar uma regra unica para o tornar exequivel, nem prever nenhuma das difficuldades, que suscitava, com prejuizo de muitas industrias, e ruina inevitavel da riqueza mineral do paiz.

«Quem appellar para a letra e para o espirito do art. 17 do Decreto deve revestir-se do valor necessario para tirar logicamente todas as consequencias que elle envolve. Tem de ser logico e coherente com a doutrina que abraça, cedendo os direitos do Estado, abdicando a sua acção e tutela, e entregando os thesouros subterraneos, como propriedades communs, a ignorancia e á avidez de falsos exploradores.

«Não foi este de certo o intuito de Mousinho. Repugna á illustração do seu auctor.»

Não, o intuito de Mousinho não era este; era abolir as disposições de um tit. da Ord. que não eram baseadas na justiça. Ser o principio contestavel não é defeito exclusivo da doutrina do Decreto. Se enunciasse o principio da regalia, não seria o sr. Rebello da Silva que o acharia contestavel, mas poderia achal-o duvidoso Dumoyr. Se o Decreto não previu nenhuma das difficuldades que o principio suscitava, nem fixou uma unica regra para o tornar exequivel, não seria por ventura porque, sendo elle uma lei civil, cujo fim era revogar um tit. da Ord., não era ali o logar proprio para legislar sobre a intervenção do Estado numa industria?

Pergunto: como é que o Decreto havia de dar bons resultados, se, apesar das pessimas condições economicas em que foi publicado, nem uma linha appareceu regulamentando a industria extractiva, regulamentação que Portugal não podia dispensar naquella epocha?

Queixam-se de que o Decreto de 1832 não deu bom resul-

tado no curto espaço de quatro annos, e não têm medo que se lhes pergunte pelos effeitos do Decreto de 1836 no longo periodo de quatorze annos?

Foi effectivamente em 25 de novembro de 1836 que se publicou um novo Decreto com força de lei, o qual, sem revogar directamente o art. 17 do Dec de 1832, preparou o caminho para o predomínio do direito realengo. «approximando-se mais da Ord. Ph. do que do Decreto de Mousinho (75).»

A Lei de 25 de julho de 1850 (unica das quatro publicadas de 1832 a 1852 que não foi dictatorial) adoptou o direito realengo sem todavia fallar d'elle, como se vê do art. 10, que diz: — «Todos os jazigos de substancias mineraes, que demandam trabalhos de arte, so poderão ser lavrados, e os seus productos beneficiados, com previa licença do governo»; e do art. 14, que confere ao governo o direito de fazer a concessão, sem attender ao proprietario do solo, nem ao descobridor.

A dictadura de 1852 publicou, no ultimodia d'esse anno, um Decreto com força de lei, que desenvolvido nos Regulamentos de 6 de Dezembro de 1853 e 17 de junho de 1858, tem constituido até agora a nossa Lei geral de minas.

No relatorio que precedeu o Decreto lê-se: «Deixa-se livre ao proprietario do solo, ou a qualquer com o seu consentimento, fazer pesquisas para descobrir e reconhecer os depositos de substancias mineraes: suppre-se com a auctorisção do governo a falta do consentimento do proprietario do solo, dando-se certas condições. Porém, quando os trabalhos tomam o caracter de exploração, isto é, quando a investigação tem de ser feita por pógos, ou galerias, não poderão ser estes trabalhos emprendidos pelo proprietario do solo, nem por qualquer outro sem previa permissão do governo; porque, podendo nelles ser compromettida a segurança de pessoas ou de cousas, é indispensavel sujeital-os a regras de arte e á vigilancia da administração.»

Quem d'aqui deprehendesse que a licença era apenas necessaria para o estabelecimento dos trabalhos de mineração, mas que

(75) Sr. Visconde de Seabra, *A Propriedade*, pag 152

o proprietario do solo era senhor da mina, enganava-se. Adiante diz o relatorio « ... não é justo que a importancia que o proprietario da superficie recebe, seja mais de metade do imposto pago ao Estado, que é o reconhecido proprietario das minas. »

Foi portanto o direito realengo o principio adoptado como base da legislação. Deixando de parte este ponto, em relação ao qual o Código Civil introduziu importantes alterações, como havemos de ver, examinemos a economia particular do Decreto, a que propriamente se pode chamar Lei de minas

Esta Lei divide os depositos de mineraes uteis em cinco classes : « 1.ª aquelles que podem aproveitar-se sem dependencia de formalidade alguma, como os depositos de alluvião aurifera no leito de rios ; 2.ª aquelles que podem ser aproveitados pelos proprietarios do solo, ou com o seu consentimento, como são pedras, terras, etc.; 3.ª aquelles que podem ser aproveitados pelo proprietario do solo, ou com o seu consentimento, mas precedendo permissão do governo, como são as turfeiras, cuja lavra tem de ser rigorosamente subordinada a um plano previamente elaborado, que satisfaga ás condições de salubridade publica, e ao maximo aproveitamento da substancia util; 4.ª aquelles que podem ser aproveitados por estranhos com permissão do governo, que suppra a falta do consentimento do dono do terreno, como são as pedras ou terras, que tenham de ser empregadas em algum estabelecimento de industria fabril, ou em construcções de interesse publico; 5.ª aquelles que, em todo o caso, não podem ser lavrados sem previa concessão, em consequencia de sua lavra exigir grande numero do conhecimentos e emprego de muitos capitães. »

Quando fallei da lei franceza disse que a distincção entre minas, mineiras e pedreiras, admissivel pelo que respeita ás leis de policia, é injustificavel em relação á propriedade. E o que então lá disse tem agora applicação aqui. Admittido, porém, o systema realengo, que colloca o aproveitamento das riquezas mineraes em constante dependencia do Estado, a classificação feita pela nossa Lei tem razão de ser, porque distingue todas as hypothèses que se podem dar.

Segundo as disposições do capitulo III, secção 1.ª da Lei, de-

seenvolvidas no capitulo IV, secção 2.ª do Regulamento (76), todos podem fazer pesquisas para descobrir e reconhecer quaesquer depositos de substancias mineraes em terrenos proprios, ou com o consentimento dos proprietarios do solo, o qual pode ser supprido, no caso de recusa, pelo governo. Depois de ter o administrador do concelho empregado todos os esforços para que o proprietario e o pesquisador cheguem a um accordo, o governador civil instaura um processo. Este magistrado, tendo ouvido as partes e exigido fiança aos prejuizos, manda reconhecer o terreno, e verificar as allegações dos interessados pelo engenheiro competente, e envia em seguida o processo ao governo.

O governo, ouvindo o Conselho de obras publicas e minas, concede ou nega a licença.

As municipalidades podem dar immediatamente licença para a pesquisa, bem como exercer por si proprias o direito de pesquisar, nos terrenos cuja propriedade lhes pertencer; mas no caso de recusa o consentimento é supprido pelo governo. (Lei art. 4, Regul. art. 12.) Para as pesquisas, a distancia menor de 1:320 metros das explanadas das praças de guerra, ou de postos fortificados, a licença ha de ser concedida ou negada pelo ministerio da guerra.

São prohibidos os trabalhos de pesquisa, de exploração ou de mineração: 1.º nos caminhos ou estradas publicas, 2.º nos recintos das praças e postos fortificados, 3.º no seio das povoações não ruraes. A licença para pesquisas em terreno da nação é concedida ou negada pelo governo.

A permissão para fazer pesquisas dura o espaço de dois annos, podendo renovar-se, ouvido o Conselho de obras publicas e minas, e os proprietarios do solo. Perde-se o direito conferido pela permissão, não começando os trabalhos tres mezes depois, ou tendo-os suspensos pelo mesmo tempo. (Lei art. 6.)

Agora é necessario saber em que consistem as pesquisas. Dê-o o art. 18 do Regulamento: « São trabalhos de pesquisa todas as investigações á superficie por meio de sargetas, sondagens, e poços ou galerias, que não excedam onze metros. Todos os tra-

(76) Decreto regulamentar de 9 de Dezembro de 1853.

balhos de investigação por poços mais profundos, ou galerias mais longas, que as acima indicadas, constituem os trabalhos de exploração » Com esta disposição quiz-se obstar a fraude de explorar quem apenas tem licença para pesquisar; e para remediar os inconvenientes que deviam nascer de, em muitos casos, se chamar exploração ao que era pesquisa, a Lei e o Regulamento distinguiram a pesquisa da investigação, dizendo que esta pode ser feita por trabalhos de exploração, para o começo dos quaes e necessaria previa permissão do governo (Lei art. 7. Regul. art. 19.) A permissão para a investigação por trabalhos de exploração é concedida por via de um processo, analogo ao que tem lugar quando o proprietario do solo recusa licença para as pesquisas, com as importantes differenças filhas de ser aqui a permissão do governo indispensavel, ao passo que acola só é necessaria como supprimento do consentimento particular.

Depois de obtida a permissão o processo continua para a demarcação do terreno. O interessado designará, dentro de tres mezes, o campo necessario para exploração; e o governador civil, ou o respectivo administrador do concelho, marcará dia e hora para se proceder á demarcação, que ha de ser feita pelo engenheiro competente, na presença do administrador do concelho, secretario da administração, e proprietarios do terreno e das minas vizinhas.

No caso de haver contestação sobre parte do terreno pedido, demarcar-se-ha tambem esta, para se resolver depois conforme fór de justiça. Estas questões são resolvidas pelo governador civil, com recurso para o governo. A licença pode ser prorogada pelo governo no fim de dois annos, ouvido o governador civil, o engenheiro respectivo e o Conselho de obras publicas e minas.

A licença caduca se o pesquisador não der fiança aos prejuizos, deixar passar seis mezes sem começar os trabalhos, ou os tiver suspensos por mais de tres mezes depois da protogação (Regul. capitulo IV secção 2.ª).

Sobre esta materia dispõe oCodigo Civil o seguinte:

Art. 465 «Todos têm o direito de pesquisar e lavrar minas independentemente de auctorisação do governo, nos predios rusticos que possuirem.» Art. 466 «É tambem concedido o direito

de pesquisar em predios rusticos alheios, com o consentimento do dono, consentimento que aliás, em caso de recusa, pode ser competentemente supprido. Porem a lavra neste caso fica dependente de concessão previa »

O art. 465 estabeleceu uma innovação importante, porem mais em relação a lavra do que as pesquisas. Não distingue entre pesquisas e investigação, nem devia distinguir, porque no art. 467 diz o seguinte: «A designação das substancias, que devem ser consideradas como mineraes, para que a sua pesquisa e lavra fiquem sujeitas a legislação relativa a este assumpto; as limitações aos direitos mencionados nos artigos precedentes; a designação das formalidades previas, e das condições para o seu exercicio e o modo d'elle; bem como a especificação dos direitos dos possuidores do solo e dos descobridores das minas no caso de concessão, ficam reservadas para legislação especial » Portanto é nesta legislação especial que d'isso se deve tractar, e não na lei civil. Qual é hoje a legislação especial, de que falla o art. 467? Indubitavelmente o Decreto de 1852, nas partes em que o Codigo o não alterou. Em materia de pesquisas continua a vigorar a mesma legislação, excepto se o proprietario do solo quizer pesquisar por meio de trabalhos de exploração. Neste caso a Lei de minas exigia licença do governo, a qual agora não é necessaria, porque nem para a lavra o Codigo a exige.

Depois das pesquisas segue-se a constituição da propriedade da mina. Aqui introduziu o Codigo Civil importantes alterações. Segundo o Decreto de 1852 as minas são do Estado, e o senhor do solo tem a ellas tanto direito como qualquer outra pessoa. A doutrina contraria, que na primeira parte d'este escripto me esforcei por sustentar, foi abraçada pelo Codigo como se vê do art. 465, ja transcripto.

O legislador de 1867 fez justiça ás ideas de Mousinho da Silveira. O principio do art. 17 do Decreto de 13 de agosto de 1832 foi adoptado no Codigo Civil, que declara que todos têm direito de lavrar minas nos seus predios rusticos, independentemente de auctorisação do governo. E a abolição do direito realengo, e o triumpho dos verdadeiros principios, juridicos e economicos.

Não era este o pensar do sábio auctor do projecto do Código Civil, como se vê do art. 493. É uma auctoridade respeitavel que vejo no campo adverso, mas a qual felizmente posso oppor a não menos valiosa auctoridade do Código. Neste ponto pois caducou completamente a Lei de minas. Não assim na hypothese de não querer o proprietario do solo pesquisar nem lavar a mina. O art. 466 do Código manda supprir o consentimento para as pesquisas. A minha opinião sobre este objecto já é conhecida. Parece-me que para as pesquisas contra vontade do dono do predio não ha direito.

Todavia, se quem tenta pesquisar, funda a sua pretensão em razões de tal ordem, que no entender dos homens competentes a existencia do jazigo procurado é quasi certa, poder-se-ha admitir o supprimento do consentimento. Nos outros casos não, e era isto o que eu desejaria vêr estabelecido no Código Civil.

No caso de haver necessidade de supprir o consentimento do dono do predio para as pesquisas, manda o Código que a lavra fique dependente de concessão previa. No meu modo de vêr é isto uma forma de expropriação. Tendo o Código no art. 465 reconhecido o direito do proprietario do solo sobre as minas subjacentes, e facultando no art. 466 a lavra a um terceiro, contra vontade do senhorio da superficie, a concessão por parte do governo não pode deixar de ser uma forma de expropriação. Em these a minha opinião é que esta expropriação deve ser feita segundo os principios do direito *commun* (77), e isto vou de harmonia com o pensar de Batbie.

Segundo o art. 467 do Código a especificação dos direitos dos possuidores do solo e dos descobridores das minas, no caso de concessão, fica reservada para legislação especial, que por em quanto é o Decreto de 31 de dezembro de 1852.

Segundo elle a companhia ou o particular que descobrir uma mina, e quizer assegurar o seu direito a concessão, deve fazer registrar na respectiva camara municipal uma nota do descobrimento, e enviar certidão do registro ao ministerio das obras publicas, acompanhada de amostras dos mineraes, e de uma descripção da

(77) Vêj pag. 85 e seguintes.

localidade, e posição do jazigo, com indicação do terreno que deseja reservado (78). Em seguida o governo deve fazer verificar, á custa do requerente, a existencia do deposito, a natureza e riqueza do minerio, e as suas principaes condições no seio da terra. Depois d'isto passa-se pelo mesmo ministerio uma certidão da propriedade da descoberta da mina, impondo-se ao requerente a obrigação de dentro de seis mezes mostrar que possui a quantia necessaria para a lavra do deposito, ou de organizar uma companhia que explore a mina. A falta de cumprimento d'esta obrigação auctorisa o governo a pôr a concurso a concessão, arbitrando um premio ao descobridor.

Depois de passada a certidão da propriedade dos direitos de descoberta da mina, segue-se a concessão provisoria. O requerimento para ella deve apresentar:

«1.º A certidão dos direitos de descobridor;

2.º Os nomes, idade, estado civil, naturalidade, residencia e profissão dos pretendentes, particular, ou directores da companhia.

3.º Os documentos com que prove ter os fundos necessarios para fazer a lavra;

4.º Os estatutos da companhia, havendo-a.»

Admittido o requerimento, o governo manda affixar editos no concelho em que a mina fôr situada, e publicar-os no *Diario do Governo*. Qualquer reclamação que appareça é resolvida pelo governo, ouvido o Conselho de obras publicas e minas. Sendo a decisão favoravel ao requerente, passa-se-lhe titulo de concessão provisoria, em que se lhe impõe a obrigação de dentro do prazo de seis mezes apresentar o respectivo plano de lavra, e um engenheiro competentemente habilitado. A falta do cumprimento d'esta obrigação importa a perda do direito a concessão.

Em virtude d'esta obrigação, deve o concessionario provisorio, no mencionado prazo de seis mezes, apresentar, em duplicado, a planta do terreno de concessão, levantada na escala de um por dez mil, e o plano geral da lavra, traçado sobre ella, assim como sujeitar á approvação do governo a escolha do engenheiro que ha de dirigir os trabalhos. Depois d'isto compete ao governo passar um

(78) Vêj Lei de minas cap. IV.

título de concessão definitiva, que confere a propriedade da mina; e é um decreto assignado pelo rei e referendado pelo ministro das obras publicas. Neste Decreto devem ser expostas as condições geraes ou accidentaes, a que o concessionario fica sujeito. As condições geraes são: 1.^a executar os trabalhos de mineração conforme as regras da arte, submettendo-se os donos, empregados, e trabalhadores as regras de policia que marquem os regulamentos;

2.^a Responder por todos os damnos e prejuizos, que por causa da lavra possam resultal a terceiro;

3.^a Resarcir os damnos e prejuizos, que possam sobreir a terceiro, por causa do apparecimento de aguas dentro da sua mina, sua conducção para fora, ou incorporação em rios, arroios ou desaguadouros;

4.^a Resarcir aos seus vizinhos os prejuizos que occasionie pelas aguas accumuladas nos seus trabalhos, se, tendo sido intimado, não as seccar no tempo que se lhe marcar;

5.^a Dar principio aos trabalhos dentro de dois mezes, contados da data do decreto da concessão, ficando salva a circumstancia de força maior;

6.^a Ter mina em estado de lavra activa;

7.^a Dar as providencias necessarias, no prazo que lhe for marcado, quando a mina ameace ruina pela má direcção dos trabalhos;

8.^a Não difficultar ou impossibilitar, por uma lavra ambiciosa, o ulterior aproveitamento do mineral;

9.^a Não suspender os trabalhos da mina com intenção de abandonar, sem dar antes parte ao governador civil, e deixar a sustentação dos trabalhos em bom estado;

10.^a Satisfazer pela mina e seus productos os impóstos que estabelecem ou estabelecerem as leis;

11.^a Enviar ao ministerio das obras publicas, nas epochas que lhe forem marcadas, relatorios sobre os trabalhos feitos no periodo anterior;

12.^a Não admittir novo engenheiro para dirigir os trabalhos de lavra sem licença do governo, precedendo informação do Conselho de obras publicas e minas.

13.^a Estabelecer as obras necessarias para a segurança e sa-

lubridade das povoações ou dos operarios. Estas obras são as que ordenar o governador civil, ouvindo o engenheiro respectivo, e no caso de não assentimento do empresario, as que ordenar o governo, ouvindo o Conselho de obras publicas e minas;

14.^a Executar as obras que, nos termos expressos na anterior condição, se prescrevem para evitar o extravio das aguas e das regas;

15.^a Não extrahir do solo senão as substancias uteis indicadas no decreto da concessão, e aquellas que se acharem com ellas associadas no mesmo deposito;

16.^a Tolerar no campo da concessão trabalhos de pesquisa de outras substancias uteis, quando o governo julgue conveniente permittir-las (Regul. art. 70).

Alem d'estas condições geraes podem impor-se outras especiaes, das quaes vêm dois exemplos no art. 71 do Regulamento. Se o concessionario, a quem é expedido o titulo, não admittir alguma das condições, o governo pode fazer a concessão a quem a admitta. (Regul. art. 72).

O art. 35 da Lei estabelece os casos em que se perde o direito a mina concedida. São os seguintes: 1.^o não apresentando a planta do terreno da concessão no prazo de seis mezes, contados da data do titulo provisório;

2.^o Faltando as condições da concessão, e em especial as seguintes:

3.^o Não começando os trabalhos no prazo de dois mezes contados da data do decreto;

4.^o Não tendo a mina constantemente em estado de lavra activa;

5.^o Se o concessionario não der as providencias necessarias no prazo que lhe for marcado, havendo perigo por má direcção dos trabalhos;

6.^o Quando, em virtude de uma lavra ambiciosa, se difficile ou impossibilite o ulterior aproveitamento do mineral.

Nos casos designados nos n.^{os} 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o fica salva a circumstancia de força maior, devidamente provada, que tenha tornado impossivel o andamento dos trabalhos. O art. 36 da Lei declara o contencioso administrativo como tribunal competente para o julgamento do abandono.

As concessões julgadas abandonadas, bem como aquellas a que perderem o direito os descobridores ou os concessionarios provisionarios, são postas a concurso, e adjudicadas em conformidade com o disposto na Lei de minas.

A propriedade de uma mina não pode transmitir-se sem aprovação do governo. (Lei art. 32, § unico.)

Sobre o aproveitamento das substancias pertencentes as quatro primeiras classes das cinco que enumerei, veja-se o Regul capitulos VII e VIII

Nada mais direi em relação a concessão das minas, porque devemos considerar a Lei que a regula como moribunda. Se hoje aproveitamos d'ella as disposições que o Código não revogou, é forçoso confessar que a legislação especial, de que falla o art. 467, não deve continuar a ser uma Lei anterior, cuja base foi o direito realengo. Deve-se pois esperar que os poderes publicos elaborem e publiquem brevemente um regulamento, que, revogando os decretos anteriores, dê execução ao art. 467 do Código

A actual Lei de minas foi um progresso relativamente a anterior, mas, viciada na sua origem pela falsidade do principio regalista, não pode ser applaudida por quem sustenta a theoria da accessão. Todavia, em relação a parte da Lei que fica exposta, são applicaveis as considerações que apresentei e desenvolvi na primeira parte d'este escripto.

Os direitos e obrigações do dono do terreno em que a mina esta situada constituem o objecto do capitulo VII da Lei, cujas disposições são as seguintes: Art. 38 « Os concessionarios de minas serão obrigados a pagar aos proprietarios da superficie do terreno uma quantia proporcional ao producto liquido, que nunca excedera dois e meio por cento (79) Os proprietarios do solo têm direito a este pagamento em quanto a extracção se fizer do fundo correspondente a sua propriedade. Pode ser convertido em renda fixa, e em prazo marcado por convenção mutua, podendo intervir o governo como arbitro na falta d'esta » Art. 39 « Os

(79) Segundo o art 3, do Decreto de 15 de Abril de 1862 este imposto annual pago o proprietario da superficie será sempre de 50% do imposto proporcional que o Estado ha de receber, quando o governo julgar conveniente modificar o imposto dos 5%

proprietarios do solo são obrigados a soffrer nos seus terrenos; 1.º as expropriações que forem necessarias para abertura de poços e galerias, estabelecimento de armazens, officinas e depositos, servidões, encanamento de aguas e outras obras: 2.º a occupação de todo, ou de parte do seu terreno, por tempo limitado sobre informação do Conselho geral de obras publicas e minas.

« Os concessionarios serão obrigados a pagar previamente o valor das expropriações, e a dar fiança idonea á indemnisação dos prejuizos, que causarem durante a occupação temporaria do terreno. No caso de o proprietario do solo e o concessionario não virem a um accordo a similhante respeito, seguir-se-hão os tramites marcados na lei de expropriações por utilidade publica. »

Avultam aqui os inconvenientes de se separar da superficie o interior do solo, sobre os quaes tanto insisti a paginas 12 e seguintes. A Lei, dando uma parte do producto da mina ao proprietario da superficie, estabeleceu uma disposição que se encontra em quasi todas as legislações, mas com a qual me não posso conformar. Que os sectarios da theoria da accessão entendam que, no caso de expropriação, se dê uma parte do producto da exploração ao proprietario, comprehende-se, e é a minha opinião; mas que uma lei, como a nossa, feita debaixo da influencia do principio regalista, considere o senhor do solo com direito a parte do rendimento da mina, parece-me uma verdadeira contradicção. Se o Estado é o dono da mina, que direito pode ter o senhorio da superficie ao rendimento d'ella? E se não tem direito, para que se ha de impor ao concessionario um onus que nada justifica?

O Código Civil, acabando com o direito realengo, acabou tambem com esta contradicção, que todavia não quiz deixar de mencionar. Nos casos em que o Estado intervem para expropriar uma mina, acho acertado que a lei que regular a expropriação, estabeleça, como indemnisação da perda da mina, que o expropriado tenha um interesse na exploração; julgo até que é o unico modo de regular este objecto convenientemente, mas estas disposições são inconciliaveis com o direito realengo, segundo o qual a parte subterranea não é expropriada, porque pertence ao Estado.

A disposição final do art. 39 merece todos os meus louvores, e entendo que deve passar para a futura legislação especial, que

der execução ao art. 467 do Código Effectivamente na expropriação dos terrenos necessários para a exploração, quer esta seja tractada entre o Estado e o proprietario, como é minha opinião, quer entre aquelle e o concessionario, como manda a nossa Lei, não ha razão alguma para se pôr de parte o direito commum, cujas disposições devem ser igualmente favoraveis ao expropriante e ao expropriado.

Para bem se comprehender a intervenção que o governo portuguez exerce na industria mineira, é necessario conhecer previamente a organização da nossa administração de minas.

O ministro das obras publicas, agricultura, commercio e industria occupa o primeiro lugar na organização administrativa relativa a minas. E elle que decide todas as questões, cujo conhecimento a Lei diz que compete ao governo, cumprindo-lhe, portanto, entre outras attribuições, passar a certidão da propriedade dos direitos de descoberta, decidir as concessões, tanto provisórias como definitivas, mandar abrir concurso para a adjudicação de minas, preferir o concorrente que melhor satisfizer, etc (80).

Juncto do governo funciona o Conselho geral de obras publicas e minas. Até 1850 esta instituição não existia entre nós. A Lei de 23 de julho d'aquelle anno no capitulo 1.º creou uma Comissão consultiva de minas, que foi extinta pelo Decreto de 10 de novembro de 1852. Este Decreto no art. 2 estabeleceu o seguinte. «E creado mais um lugar no Conselho das obras publicas e minas, que sera exclusivamente desempenhado por pessoa competente em relação a especialidade de minas, que faz parte das attribuições do referido Conselho.»

O Conselho geral tinha sido creado por Decreto de 30 de agosto do mesmo anno, e como não se exigia em relação aos outros vogaes habilitações relativas a minas, ficou apenas com uma pessoa competente. Os inconvenientes d'esta organização são facéis de vêr; e foi, reconhecendo-os, que o ministro das obras publicas, o sr. Antonio de Serpa Pimentel, disse no relatório que precedeu o Decreto de 5 de outubro de 1859: «Até hoje era o

(80) Vej o Regulamento no capitulo I

Conselho das obras publicas e minas que, tendo apenas um vogal especial neste ramo, consultava sobre todos os assumptos de minas. Não tendo os outros membros pela maior parte estudado a parte technica e administrativa d'este serviço, não sendo essa a sua profissão, nem lhes sendo possível occupar-se d'ella, preoccupados como sempre estão com os assumptos cada vez mais numerosos e mais proprios de attribuição do Conselho, as consultas sobre minas não exprimiam de ordinario mais do que o voto do vogal especial, cuja falta podia demorar o andamento dos negocios. Os inconvenientes de um tal estado de cousas são demasiado obvios para merecerem indicar-se.» Em consequencia d'isto um Decreto da mesma data creou o Conselho de minas independente do Conselho de obras publicas. Finalmente o plano do corpo de engenharia civil de 3 de outubro de 1864 no titulo vi (81) fundiu os dois conselhos em um, denominado Conselho geral de obras publicas e minas, composto de duas secções — a de obras publicas, e a de minas. As funções d'este Conselho são meramente consultivas, e podem vêr-se no artigo 1 da Lei.

No ministerio das obras publicas ha tambem uma repartição de minas, cujo chefe, hoje, é tambem inspector geral das minas do reino.

Esta repartição foi creada pelo Decreto de 5 de outubro de 1859, e um Decreto de 20 do mesmo mez e anno creou os lugares de inspector geral e de quatro inspectores de districto. O primeiro districto comprehende os districtos administrativos do Porto, Braga, Vianna, Villa Real e Bragança; o segundo, Aveiro, Coimbra, Vizeu, Guarda e Castello Branco; o terceiro, Lisboa, Santarem, e Leiria; e o quarto, Portalegre, Evora, Beja e Faro.

As funções dos inspectores vêm mencionadas no artigo 2 da Lei, e desenvolvidas nos capitulos II e III do Regulamento.

Esta é a organização administrativa relativa a minas, (alem das funções dos governadores civis, administradores de concelho e camaras municipaes, que já referi), a qual foi estabelecida quando o legislador partia do principio da inherencia da pro-

(81) Esta parte do plano está em execução, e foi regulamentada pelo Decreto de 7 de março de 1868.

priedade subterranea á soberania. Hoje que o artigo 465 do Código Civil consagra a theoria da accessão, deverá esta organização ser alterada? Seja qual for a theoria adoptada, a minha opinião é que o Conselho de minas é util, e a existencia dos inspectores indispensavel. Se a organização do Conselho deve ser alterada, é assumpto de que os limites d'este trabalho não permitem que me occupe.

A intervenção do Estado exerce-se por via dos inspectores — «sob a auctoridade dos governadores civis, ou sob a d'estes e dos administradores de concelho, no que diz respeito á policia, salubridade, e segurança das minas (82).»

Os inspectores têm obrigação de visitar annualmente as minas do districto a seu cargo, alem das visitas extraordinarias que forem julgadas convenientes.

Devo lembrar aqui o que disse acerca da intervenção dos agentes da administração em relação a desastres. «E materia em que mais vale facilitar a administração a pratica de uma exorbitancia, do que arriscarmo-nos a tirar-lhe a sua liberdade de acção (83).»

Neste ponto, portanto, reconheço á administração direitos que lhe nego em relação a outros assumptos; e, em harmonia com estas ideas, approvo as disposições da nossa Lei, cujo fim é prevenir ou remediar os accidentes, mas por outro lado devo dizer que ella é susceptivel nesta parte de grandes melhoramentos. Assim, a collocação dos inspectores de minas sob a auctoridade do administrador do concelho, de que falla o artigo 81 do Regulamento, é uma disposição que deve ser modificada; e talvez mesmo restringida tambem a auctoridade do governador civil em relação a desastres. Tanto a auctoridade local como o governador civil podem, sob sua responsabilidade, afastar-se da opinião do engenheiro; mas perguntarei — de que vale uma responsabilidade, seja ella de quem for, e muito mais d'um leigo, quando se tracta da segurança de uma mina, na qual podem ir interessadas as vidas de centenares de pessoas? E se alguma responsabilidade pode valer, prefiro muito a do inspector á da auctoridade administrativa.

(82) Regulamento art 82

(83) Pag. 50

No serviço relativo á policia, salubridade e segurança das minas, é necessario que as auctoridades administrativas e os engenheiros officiaes cooperem, mas cada um na esphera que lhe é propria. E ninguem dirá que a esphera das auctoridades administrativas se estende até embaraçar a execução das ordens do inspector, cujo cumprimento este julgar urgente.

Por outro lado nem o Regulamento de 9 de dezembro de 1853, nem o Regulamento dos inspectores de minas de 3 de abril de 1860 são tão explicitos, como convinha, em relação ao papel que a administração deve representar nos casos de desastres (84).

Em outros pontos vai a acção do Estado mais longe do que deveria ir. Os principios que a regem em relação a sinistros, não podem ter applicação a outros objectos. Assim, a disposição do artigo 83 do Regulamento, que incumbe ao governador civil o obrigar os exploradores a executar as medidas indicadas pelo inspector para a melhor direcção dos trabalhos, parece-me contraria aos bons principios de policia economica; e já me pronunciei contra ella a paginas 33, quando disse que o Estado não devia pretender obrigar a industria a produzir melhor nem mais barato.

A necessidade de ser approvada pelo governo a escolha do engenheiro director da exploração constitue uma obrigação, cuja conveniencia não vejo. Quem dá a certeza de que o engenheiro escolhido ha de ser competente não é a approvação do governo, cujas ordens podem ser illudidas ou sophismadas; é o interesse do explorador, que bem sabe que a empresa não pode dar lucro, se as obras não forem bem planeadas e bem executadas.

Antes de passar a outra ordem de ideas mencionarei uma obrigação imposta ao explorador, que, apesar de não vir mencionada no artigo 90 do Regulamento, costuma vir exarada nos Alvaras de concessão definitiva. E a seguinte: «Executar no paiz o tratamento mechanico e metallurgico dos mineraes extrahidos, quando a lara attingir o conveniente desenvolvimento e o governo assim o determinar.» Uma disposição analoga a esta arruinou a poderosa empresa das minas de Mouraías na Argelia. Esta empresa pediu em 1845 licença temporaria para exportar os seus

(84) Vej pag 49 e seguintes

minerios para o estrangeiro. A licença foi negada, e a companhia obrigada a fundar em Caronte, perto de Marselha, uma officina de tratamento do minerio de cobre. Era tarefa superior as suas forças, e cujo resultado foi a ruina da companhia, que teria prosperado á sombra da liberdade, vendendo o minerio em Inglaterra.

Foi-me incumbido um trabalho sobre a industria mineira, e não sobre a industria mineralogica, ficando por isso fora dos limites do meu escripto tudo o que diz respeito a officinas de tratamento dos minerios; mas a obrigação de que me estou occupando pode affectar por tal modo a industria mineira, que me não posso dispensar de a apreciar. Partidario da liberdade do trabalho, não aceito restricções que não tenham base solida, que a esta falta completamente. Estou de accordo sobre a conveniencia de haver em Portugal officinas metallurgicas, mas não posso concordar acerca da competencia do governo para decidir da opporrtunidade do seu estabelecimento. O explorador é a unica pessoa apta para saber se as circumstancias favorecem a creação e a conservação da officina de tratamento, porque o interesse pessoal e nestas materias o elucidador competente.

Mas, diz-se-ha: se o governo não tiver a faculdade de obrigar o explorador a crear officinas, elle preferirá sempre um lucro menor com a venda do minerio bruto ou quasi bruto, a fazer as despesas necessarias para o conveniente tratamento mechanico. E um engano. Favoreça o governo a industria extractiva, desenvolvendo as vias de communicação e habilitando um pessoal tecnico e competente, que não faltarão estabelecimentos de tratamento, mechanico e metallurgico, com os quaes ganharão os particulares e o paiz.

Vejamos agora se se fez alguma cousa tendente a promover o espirito de associação em relação a industria mineira. «As circumstancias especiaes em que nos achamos em relação a falta do conhecimento geologico do nosso solo, a carencia de pessoas instruidas e praticamente habilitadas para aconselharem e dirigirem trabalhos de exploração de minas, e á não existencia de outros meios que em outros paizes activam este genero de industria, é que devemos o grande atrazo em que nos achamos sobre o conhecimento da nossa riqueza mineral; é necessario por tanto ten-

tar todos os meios para chegar a este conhecimento, e por isso se adoptou o de dar, por meio de concurso, privilegio, por tempo e extensão limitados, a companhias, que emprehendam estes trabalhos de investigação de minas, que mal e mui incompletamente poderiam ser feitos por conta de particulares (85).» Pondo em execução este pensamento e-tabeleceu a Lei, na secção 2.^a do capitulo III, o seguinte Art. 8.º «O governo, ouvindo o Conselho geral de obras publicas e minas, podera dar privilegio, por concurso, para fazer pesquisas e explorações, a qualquer companhia que mostrar ter os fuados necessarios, realizados por meio de acções numerosas e de pouco valor. § 1.º A duração do privilegio sera de dois annos, e a superficie do terreno concedida não poderá exceder alem de cinco legoas quadradas. § 2.º Uma companhia pode obter dois ou mais privilegios para explorações, se mostrar que possui os meios e faculdades para emprehender muitos trabalhos simultaneamente.» Art. 9.º «Tres mezes antes de expirar o tempo do privilegio poderá o governo renovar-o, e marcar novos limites ao campo da exploração, quando a companhia privilegiada o requerer, precedendo consulta do Conselho geral de obras publicas e minas sobre a importancia dos trabalhos que se tiverem emprehendido.» Os direitos a concessão com que estas companhias ficam, no caso de descoberta, são os mesmos que tem qualquer outro descobridor; isto é, exclusão de concorrência durante o prazo de seis mezes, e preferencia, se durante este tempo se habilitar com os meios necessarios para a exploração (86). Nada mais fez a nossa legislação para fomentar a formação de companhias exploradoras.

A respeito de ensino estamos atrazados. Na Universidade ha, na Faculdade de Philosophia, a cadeira de Mineralogia, Geologia e Arte de minas, e um Decreto de 31 de dezembro de 1852, que acompanhou a Lei de minas, creou na Eschola polytechnica de Lisboa uma cadeira especial de Montanistica e Docimasia. Mais nada.

Suppre-se, todavia, bem a falta do ensino scientifico man-

(85) Relatório do Decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852.

(86) Vej. pag. 102 e 103

dando alumnos ao estrangeiro, mas o que se não pode supprir é a falta do ensino profissional. Em muitos Alvaras de concessão definitiva se impõe ao concessionario a obrigação de consentir na mina o estabelecimento de uma escola de mineiros, quando o governo julgue opportuno estabelecê-la. Até hoje, porém, nenhuma foi creada.

Em relação a salarios e a caixas de previdencia não estamos mais adiantados. Nem admira este atraso, porque o limitado desenvolvimento da industria mineira entre nos não facilita, por em quanto, a introdução de melhoramentos, que com o tempo devemos conseguir, se os poderes publicos representarem o papel de protectores esclarecidos.

Segue-se falar agota do imposto que as minas portuguezas pagam.

Para se comprehender bem esta materia de impóstos julgo conveniente que previamente se conheça o numero de minas que ha no paiz, e qual a qualidade de minério em que são mais abundantes os diversos districtos mineiros. Para alcançar este conhecimento não lançarei mão dos registros feitos nas camaras municipales, a maior parte dos quaes caducam, mas sim das Portarias que reconheceram os direitos de descobridor e fizeram concessões provisórias, bem como dos Alvaras que concederam definitivamente a propriedade das minas.

Guiando-me por estes documentos achei que em 31 de dezembro de 1867 havia em Portugal as seguintes minas :

COM INDIÇÕES
DE DESGASTA (87) PROVISÓRIAS N.º (87) CONDIÇÕES
DEFINITIVAS (87)

1.º districto mineiro

Antimonio	2	2	2
Carvão	4	4	4
Chumbo	1	1	1
Cobre	5	4	0
Estanho	12	10	6
Feiro	1	1	1
	<u>25</u>	<u>22</u>	<u>14</u>

2.º districto

Carvão	3	3	2
Chumbo	12	11	6
Cobre	10	7	6
Estanho	2	0	0
	<u>27</u>	<u>21</u>	<u>14</u>

3.º districto

Betume	1	1	1
Carvão	1	0	0
Carvão e ferro	5	5	5
Chumbo	3	3	1
Cobre	1	1	1
Feiro	3	3	3
Lenhite	2	2	2
	<u>16</u>	<u>15</u>	<u>13</u>

4.º districto

Antimonio	2	2	2
Chumbo	7	7	0
Cobre	30	22	16
Feiro	16	3	3
Manganez	39	26	16
	<u>94</u>	<u>60</u>	<u>37</u>
<i>Total nos 4 districtos</i>	<i>162</i>	<i>118</i>	<i>78</i>

(87) Incluo aqui algumas minas que foram concedidas antes de 1852, e

Classificadas as minas por minérios temos :

	COM DIREITOS DE DESCOBERTA	CONCEDIDAS PROVISORIAMENTE	CONCELI- TIVAS.	DEFINITIVAS.
Antimonio	4	4	4	
Betume	1	1	1	
Carvão	8	7	6	
Carvão e ferro	5	5	5	
Chumbo	23	22	8	
Cobre	46	34	23	
Estanho	14	10	6	
Ferro	20	7	7	
Lenhite	2	2	2	
Manganéz	39	26	16	
	162	118	78	

Vê-se do exposto que por em quanto devemos considerar o nosso solo mais abundante de cobre e manganéz que de outros metaes.

O 4.º districto mineiro (Alentejo e Algarve) é por ora o mais favorecido. Se lhe falta carvão, é abundante em cobre (30 minas descobertas), e possui, com exclusão dos outros, o manga-

nez, segundo um mappa publicado no Boletim do Ministerio das Obras Publicas de agosto de 1854, e-taxam em exploração em 1853

Quando a impressão d'este escripto ia na ultima folha publicou-se o 4.º n.º do jornal *A America*. Por um artigo publicado nelle *O systema protector e a industria portugueza* tive conhecimento da existencia do livro *Notice sur le Portugal* do sr J J Rodrigues de Freitas. A benevolencia de s. ex.ª devê, por intervenção de um amigo commum, um exemplar, que com o maior prazer consultei. A pag. 66 d'este livro apparece noticia do estado das minas em 31 de dezembro de 1865. Esta noticia diversifica da que apresento Julgo que a causa d'esta diversidade está no differente modo de expor, e talvez nas fontes a que cada um se soccorreu. O sr Rodrigues de Freitas apresenta como minas, cujos direitos de descoberta tuham sido reconhecidos, apenas aquellas em relação ás quaes ainda não havia concessão provisoria, em quanto eu comprehendí naquelle classe todas as que tinham sido objecto de certidão de direitos de descoberta embora estivessem ya concedidas. O mesmo pelo que respeito ás concessões provisórias em relação ás definitivas.

O mappa que apresento foi feito, como disse, em vista das Portarias e Alvarás publicados no Boletim do Ministerio das Obras Publicas, que é uma publicação official

nez, metal de que ja ha descobertas 39 minas. E se o manganéz, infelizmente, não possui as qualidades que constituem o ferro um metal precioso, tem, todavia, hoje importantes applicações, gozando os seus oxydos da propriedade de dar ao vidro a côr de violeta, e de produzir, depois de fortemente aquecidos, uma certa quantidade de gaz oxygeneo. E como o oxygeno obtido por meio do oxydo de manganéz está sendo amplamente empregado na preparação do chlore, - «cujo nome é hoje conhecido em todo o mundo, e que, descoberto pelos trabalhos dos sabios modernos, presta desde ja os maiores serviços, como substancia desbotante e como substancia desinfectante (88),» as minas d'aquelle metal constituem uma grande riqueza.

O cobre em que abunda o 4.º districto mineiro é muito mais importante do que o manganéz. Para se conhecer isto basta observar as variadas e importantes applicações que se pode dar a este metal, e saber-se que algumas das minas do Alentejo são abundantissimas.

A mina de S Domingos (concelho de Mertola) pagou em 1863 um imposto proporcional de 16.495\$144 réis, e em 1864 18.863\$252 réis. Os outros impostos, taes como direitos de exportação etc., subiram em 1864 a 18:72\$420 réis, quantia que, juncta ao imposto proporcional, dá uma somma de 37.608\$592 réis.

O minério d'esta mina produziu em Inglaterra no anno de 1863 1 212.426\$600 réis, e em 1864 1 386.200\$000 réis (89).

As minas do Bugalho, Cacharroeira (ambas no concelho do Alandroal) e da Coutada (concelho de Extremoz) não podem deixar de ser consideradas tambem muito importantes. Basta dizer que em 1867 se fundou para as expl'orar a *companhia portugueza de mineração de cobre*, cedendo o concessionario os seus direitos pela quantia de 225-000\$000 réis e metade do producto liquido.

(88) Vêj *Histoire élémentaire des minérales usuelles*, por J Reynaud, pag. 271 - 273

(89) Vêj Boletim do Ministerio das Obras Publicas de julho de 1865

O cobre e o manganéz são, portanto, as feições características do quarto districto mineiro, que possui também duas minas de antimónio, metade das existentes em todo o paiz.

E, cousa notavel, a 12 de maio de 1856 escrevia o sr Sidney Droz: «As minas descobertas em Portugal até hoje estão geralmente situadas nas provincias da Extremadura e Beira; . . . Indícios de minerio de cobre foram encontrados em Aljustrel no Alemtejo e também no Algarve (90) » Mostra isto que só ha pouco se principiou a cuidar da mineração no Alemtejo, e effectivamente os primeiros alvaras, que concederam minas de cobre e de manganéz nesta provincia, são datados, um de 1859 e outro de 1861.

O estanho é o metal que predomina no 1.º districto mineiro, o qual tem também duas minas de antimónio, que junctas a outras duas que ha no 4.º districto, constituem tudo o que por ora possuímos neste artigo. A regular-mo-nos pelas descobertas, são as minas de cobre as mais numerosas no 1.º districto, depois das de estanho, mas como das cinco descobertas nenhuma foi concedida, nem mesmo provisoriamente, apesar da data das portarias, que concederam os direitos de descobridor, serem todas entre 1851 e 1865, deve-se concluir que a lavra dos jazigos de carvão (ha 4 minas concedidas definitivamente) offerece neste districto vantagens muito superiores ás que offereceria a exploração das minas de cobre descobertas.

O chumbo e o cobre são os metaes de que ha maior numero de minas no 2.º districto; no qual, até hoje, se têm descoberto jazigos de carvão, chumbo, cobre e estanho, sendo por isso o districto mais pobre em variedades, mas o segundo na quantidade de minas descobertas, porque tem 27, ao passo que o 1.º tem 25 e 16 o 3.º. Este é de todos os districtos o mais rico em variedades, e o mais pobre em relação ao numero de minas. Possui jazigos de betume, carvão, carvão e ferro, chumbo, cobre, ferro, e lenhite. Avultam neste districto as minas de carvão e ferro, das quaes ha cinco concessões (todas no districto administrativo de Leiria). A exploração d'estas minas não deu bom resultado;

(90) Vej. o numero de agosto de 1857 do citado Boletim

mas, como as causas do mau successo foram estranhas ás condições dos jazigos, deve esperar-se que venham um dia a prosperar com vantagem do paiz e de quem as explorar convenientemente (91).

A materia de impostos está regulada no capitulo VIII da Lei de minas e nas Instrucções regulamentares de 17 de Junho de 1858, publicadas e mandadas executar por um Decreto da mesma data.

O art. 40 da Lei estabelece que—«os concessionarios das minas são obrigados a pagar um imposto fixo annual dependente da superficie do terreno demarcado, e um imposto proporcional ao producto liquido das despesas de extracção. O imposto fixo será de oitenta réis por dez mil braças quadradas. O imposto proporcional não poderá exceder a cinco por cento do producto liquido...»

Na segunda parte do artigo estabelece-se que o governo podera, depois de ouvido o Conselho de obras publicas e minas, aliviar o pagamento do imposto proporcional, modificar-o, ou convertel-o em uma renda annual fixa por ajuste com o concessionario.

As minas concedidas depois da publicação da Lei ficam isentas do pagamento de impostos durante dois annos. O capitulo VIII das instrucções regulamentou a disposição da segunda parte do art. 40 da Lei, declarando que o concessionario tem direito a um abatimento ou isenção do imposto proporcional, quando, por acontecimentos extraordinarios, tenha experimentado perdas na lavra da mina. Para se conseguir o abatimento ou isenção é necessario que o concessionario faça um requerimento ao governador civil, expondo e fundamentando a sua pretensão, a qual é decidida pela direcção geral das contribuições directas, de accordo com o ministerio das obras publicas, e depois de competentemente informada pelo respectivo engenheiro de minas, e pelo proprio governador civil.

As minas concedidas até á data da publicação da Lei de 25 de julho de 1850 pagam, em virtude da disposição final do art. 40 do Decreto de 31 de dezembro de 1852, sómente 50/0 do producto

(91) Vej. no *Jornal do Commercio* n.º 4274 (25 de Janeiro de 1868) um artigo do Sr. Conselheiro Silvestre Ribeiro, publicado debaixo do titulo—*Volte-se a exploração das minas no districto de Leiria*

liquido, como estava estabelecido na legislação anterior a concessão

A disposição do art. 41 da Lei merece também ser mencionada. Diz elle: «O producto d'estes impostos (fixo e proporcional) formará um fundo especial, que sera applicado para o melhoramento d'este ramo de industria pelo modo que o governo julgar mais conveniente, ouvindo o Conselho geral das obras publicas e minas.»

Sobre as disposições que ficam referidas pouco é o que tenho que dizer. Na primeira parte d'este trabalho ficam expostos os principios que justificam algumas d'estas disposições, bem como aquelles a que me soccorri para combater outras. Assim, a paginas 43—44, sustentei a legitimidade do imposto lançado as explorações mineiras, e declarei que comprehendia a existencia de circumstancias que justificassem a suspensão da percepção d'elle por algum tempo, as quaes por em quanto se dão em Portugal. A exemplo de quasi todas as nações da Europa estabeleceu a nossa Lei o imposto fixo contra o qual me pronunciei a paginas 45, e, se aquelle que os exploradores portuguezes pagam é modico (80 réis por 10 000 braças quadradas), nem por isso esta isento dos vicios que la aponta.

A disposição do art. 41 do Decreto, que ha pouco transcrevi, parece-me insignificante e pouco propria de uma lei. Os impostos devem ser confundidos todos na receita geral do Estado, da qual devem sahir todas as despesas, sem se perguntar se foi o imposto pago pela agricultura que forneceu os meios para auxiliar a industria extractiva, ou se é ao commercio que se devem os elementos para soccorrer e animar a industria fabril.

Lamé Fleury emprega, contra a opinião que combato, um argumento que me não parece procedente nem em relação á França, nem em relação a Portugal. Diz elle — «Este systema (o do art. 41 da nossa Lei) não esta em relação com as condições da industria moderna, que deve saber dispensar as animações do Estado, sobre tudo quando se tracta de um ramo da actividade nacional, que data de tão longe como a industria das minas (92) » Não é por isto que eu rejeito o systema. A industria mineira necessita de protecção

(92) *La question houillère en 1860*

não só em Portugal, mas também em França, e o argumento adduzido acaba com todos os auxilios. Que diria Lamé Fleury, se o legislador francez acaba-se com a applicação do principio de expropriação por utilidade publica aos terrenos necessarios para a construção de estradas indispensaveis as explorações mineiras?

Não é, portanto, por não carecer de auxilio a industria mineira que rejeito a disposição do art. 41 da Lei, mas sim porque é inutil. Pergunto: — se a industria extractiva necessitar de auxilios que reclamem despesas superiores a quantia produzida pelos impostos lançados as minas, que se ha de fazer? Lançar mão dos outros recursos do Estado. E se aquella quantia exceder as despesas? Applicar-a aos outros encargos do Estado. De que serve então a disposição de art. 41 da Lei? De nada. Mas sera prejudicial? Cuido que não; mas como não é util, não deve existir na legislação.

O imposto proporcional é lançado ao producto liquido das despesas de extracção (93). Mas o que é producto liquido, e o que são despesas de extracção? «Chama-se producto liquido a differença entre as despesas de extracção feitas com uma dada quantidade de minério posta a bocca da mina, e o preço por que o mercado avalia essa mesma quantidade de minério também á bocca da mina (94).» Despesas de extracção são — «aquellas que respeitam ao desmante da substancia que faz o objecto da lavra, e ao seu transporte até á bocca da mina; e são as seguintes: — 1.º com os jornaes dos operarios e trabalhadores empregados no desmante, transporte interior e extracção da substancia que faz o objecto da lavra; com a condução dos materiaes para o enchimento dos vazios subterraneos, e enchimento dos mesmos vazios; com os jornaes dos guardas dos armazens, medidores e carregadores

2.º Com o penso das cavalgaduras que servirem no transporte interior, ou que forem empregadas como motores de extracção, de esgoto, ou de ventilação

3.º Com a conservação de todos os trabalhos subterraneos

4.º Com o entretenimento dos motores, machinas e aparelhos

(93) Lei art. 40.

(94) Instrucções regulamentares art. 1

empregados na extracção, descida e subida dos mineiros e mais empregados nos trabalhos e subterraneos, no esgoto e ventilação.

5.º Com o aluguel do terreno necessario para lançar os desentulhos ou os productos estereos provenientes dos trabalhos da lavra.

6.º Com a conservação dos telheiros, casas, officinas e armazens immediatamente dependentes da lavra.

7.º Com a conservação de todas as ferramentas para os trabalhos da lavra, com a pólvora e estopins exclusivamente empregados no desmonte da substancia util, e com as machinas e escombramentos dos trabalhos provisorios que servirem immediatamente ao desmonte indicado.

8.º Com o expediente do escriptorio e o administrador junctos a mina, e com o engenheiro que dirigir a lavra (95).» Quaes são as despesas da lavra que não devem ser contadas para a avaliação do producto liquido? «São excluidas como despesas de lavra propriamente dicta, e por consequencia não devendo ser consideradas para a redução do precedente liquido, todos os gastos feitos:

1.º Com o premio conferido ao descobridor legal da mina.

2.º Com a aquisição da concessão.

3.º Com os trabalhos de exploração ou pesquisas em qualquer epocha que seja.

4.º Com a abertura e o estabelecimento de todos os trabalhos e obras d'arte, de caracter permanente, para o serviço, extracção, ventilação e esgoto.

5.º Com a compra, construcção e assentamento das machinas ou de ferramentas.

6.º Com a construcção das officinas e das casas.

7.º Com a compra de cavalgadas.

8.º Com as expropriações e aquisições de terrenos ou de aguas.

9.º Com as indemnisações dos prejuizos causados pelos trabalhos de lavra.

10.º Com os juros ou amortisações dos capitales empregados, ou com os dividendos.

(95) Ins'rucções regulamentares art. 2

11.º Com os vencimentos dos directores das empresas.

12.º Com o imposto pago a propriedade superficial (96).»

Sai fora dos limites d'este escripto expoi o processo que as Instrucções mandam seguir para a determinação do producto liquido, e basta saber que nelle intervem o governador civil, o engenheiro official e o delegado do thesouro, os quaes, com dois vogaes, nomeados pelo primeiro d'estes funcionarios, compõem a junta de avaliação, das decisões da qual ha recurso para o Conselho de districto, e d'este para o de Estado.

Este systema tem grandes inconvenientes, filhos da necessidade de intervir a auctoridade nos negocios dos exploradores para bem conhecer qual é o rendimento collectavel; mas, adoptado o producto liquido como base do imposto, era necessario lançar mão de meios d'esta ordem, cujo emprego me parece preferivel a tomar-se por base do imposto o producto bruto.

O imposto proporcional não pode ser superior a 5 0/0 do producto liquido, e compete ao governo determinar, até este *maximum*, o *quantum* para cada anno. Como o governo tem a faculdade de conceder, quando as circumstancias o pedirem, uma diminuição no imposto e ate a completa isenção, não vejo a conveniencia de deixar ao arbitrio d'elle (sempre perigoso em materia de fazenda) o determinar a taxa do imposto até 5 0/0.

E devera este maximo ser por em quanto de 5 0/0? Ninguem dirá que as condições de desenvolvimento e prosperidade, que Portugal pode offerecer actualmente a industria extractiva, são comparaveis com as que lhe offerece a Belgica; e como apesar d'isso, a taxa do imposto foi fixada neste paiz no anno de 1823 em 2 1/2 0/0 do producto liquido, e se tem conservado estacionaria, parece-me que ganharíamos muito em seguir este exemplo.

Mas, dir-se-ha, as circumstancias financeiras da Belgica são muito superiores as nossas, e por isso não nos é possivel reduzir o imposto sobre as minas a taxa a que aquelle paiz o reduziu.

Infelizmente é verdade que as nossas circumstancias financeiras são inferiores ás da Belgica, mas isso não é senão mais uma razão para pouparmos a industria extractiva, a fim de que ella, des-

(96) Instrucções regulamentares art. 3

envolvendo-se larga e regularmente, possa vir a produzir quanto ha que esperar da riqueza do nosso solo, e a offerecer, por consequencia, uma materia collectavel realmente importante

Por outro lado as Instrucções de 11 de junho de 1858, nas disposições para a avaliação do producto liquido, estão envidadas de um vicioso espirito fiscal, que me parece ter impedido o legislador de attender aos interesses da industria

No meu modo de vêr não ha producto liquido senão depois de deduzidas todas as despesas feitas directa e necessariamente com a extracção para fora da mina, e com a realisação em dinheiro dos productos mineaes; e por consequencia para a avaliação d'elle não basta attender sómente ás despesas de extracção de que falla o art. 2 das Instrucções (97)

Parece-me, portanto, que esta parte da nossa legislação necessita de ser reformada em harmonia com os principios da sciencia da fazenda, e com as circumstancias da industria mineira.

As provincias ultramarinas têm legislação especial consignada no Decreto com força de lei de 22 de dezembro de 1852. As suas disposições são, em geral, análogas as da Lei de minas, e as especialidades são pouco dignas de menção. Mencionei, porém, a seguinte: — « Ao descobridor de qualquer mina, que não poder habitar-se nos termos da lei para obter a concessão para a lavra, pertencerá, como premio, uma superficie de terreno igual a um quadrado de 30 braças, que faz 900 braças quadradas no lugar do descoberto que elle escolher, sendo em terreno publico, (98). »

Ja dei noticia das disposições dos artt 465, 466 e 467 do Código Civil, que são quantos contem a secção III do capitulo IV do titulo III do livro I da parte II, que se inscreve: *Dos mineraes*. São estes artt os que interessam, em relação ao assumpto d'este escripto, mas não são os unicos que tractam de minas. A secção II do titulo VI do livro unico da parte III inscreve-se *Das exca-*

(97) Os impostos, fixo e proporcional, renderam em 1860 (avaliação de 1866) 24 267\$939 réis Devo esta informação ao sr João Maria Leitão, chefe da repartição de minas, que teve a bondade de m'a dar por intervenção de um amigo commum

(98) Decreto art 5, § 1

rações, e contem tres artt, cuja materia concorda com a dos artt. 465—467. Alem d'isto encontram-se disseminados no código artigos, taes como o 2213 e outros, que fallam de minas, mas cuja doutrina é alheia ao meu trabalho por tractarem de direito civil e não da intervenção do Estado na industria mineira

O respeito que todos tributamos ao saber do esclarecido auctor do projecto do Código Civil força-me a dizer a minha opinião sobre o systema adoptado nesta obra, comparado com o que foi seguido no Código

Os revisores do projecto do Código entenderam que a lei devia estabelecer os principios geraes, e deixar a legislação especial a regulamentação relativa a designação das substancias que devem ser consideradas como mineaes, a limitações dos direitos consignados nos artt 465—466, a designação das formalidades previas, e das condições para o seu exercicio e o modo d'elle, bem como a especificação dos direitos dos possuidores do solo e dos descobridores das minas, no caso de concessão.

Pelo contrario o sr Visconde de Seabra entendêra que, tractando da occupação dos objectos e productos naturaes, communs, ou não apropriados, e declarando que ninguem podia lavar minas sem previa concessão do governo, não devia deixar de fallar das diversas especies de pesquisas, dos direitos dos descobridores, da concessão das minas, dos direitos e obrigações do concessionario e do proprietario do solo, da perda da concessão, dos mineaes superficiaes e dos mineaes subterraneos (99)

Salvo o respeito devido a illustração do grande jurisconsulto, o systema do Código parece-me preferivel. Foi este o meu modo de entender quando a paginas 96 fallei do Decreto de 13 de agosto de 1832, e julgo que não são necessarias longas considerações para justificar esta opinião. A lei civil regula os direitos civis, e muitos dos artt. do projecto do código na secção denominada — *Dos mineraes* transcendem as raas do direito civil para abrangerem doutrinas relativas á acção do Estado em relação á industria mineira

Que um Código Civil diga de quem são as minas, accetto; mas que estabeleça a forma da concessão, legisle sobre os direitos

(99) Projecto do Código Civil, ed de Coimbra de 1859, art. 403—553.

dos pesquisadores, etc., é o que me não parece razoavel, em quanto se não disser que o Codigo é logar proprio para toda a ordem de disposições legislativas e regulamentares.

Tenho por vezes insistido na utilidade da exploração das minas, e agora, prestes a concluir este escripto, não quero deixar de chamar a attenção das pessoas que o virem para um ponto que me parece ser, ainda mais em relação a Portugal do que a outros paizes, da mais alta importancia. Fallo da utilidade da exploração das minas debaixo do ponto de vista da descentração do trabalho. A tendencia, sempre crescente, para as cidades e sobre tudo para as capitães traz geralmente um desequilibrio prejudicial aos interesses do paiz. As aspirações de muitos que procuram nas cidades consideraveis a satisfação de ambições mais ou menos legítimas, dando em resultado a despovoamento dos campos e aglomeração de operarios nos centros de população, concorrem poderosamente para aquelle desequilibrio.

Entre nós nota-se este mal, de que tanto se queixam hoje os francezes, e cuja remoção constitue um problema, para a solução do qual me parece que pode contribuir vantajosamente a exploração das minas, distribuindo pelo paiz forças que corriam o risco de se esterilisarem nas grandes cidades, e attrahindo para trabalhos industriaes, disseminados por toda a parte, pessoas que, a não ser isto, iriam embarçar os outros embarçando-se a si proprias

A industria mineira reclama, portanto, a mais desvelada attenção por parte dos poderes publicos, attenção que devemos esperar vêr-lhe concedida, porque de 1852 para cá diversas causas têm influído para que se va arreigando a convicção de que, dada a composição geologica de Portugal, a exploração das minas constitue um dos mais importantes objectos sobre que se pode exercer a actividade industrial, e de cuja prosperidade depende, em grande parte, o desenvolvimento das forças productivas e o progresso economico do paiz.

FIM.

Pag - Lin	Onde esta	Deve ser
13 11	metallurgico	metallifero
18 33	das regalias	da regalia
19 25	provisão	previsão
24 34	cessa de a explorar ?	cessa de a explorar
25 6	Cambacères	Cambacères
25 13	prevaleceru	prevaleceu
38 22	os seu	os seus
42 36	(23 Sr.)	(23) Sr.
" "	Samparo obra, citada,	Samparo, obra citada
50 7	e queferi	que ieferi
53 1	os eforços	os esforços
56 18	das exploração	das explorações
62 5	forçado	forçada
77 12	os dois povos	os dois povos da nossa peninsula
81 30	sugento	sujeito